



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
CURSO DE HISTÓRIA**

**LUCAS EDUARDO KNAPIK**

**A LUTA POR TERRA E MORADIA EM CHOPINZINHO/PR:  
UMA ANÁLISE DA OCUPAÇÃO DA RESERVA AMBIENTAL DA VILA RURAL  
ARAUCÁRIAS (1986-2024)**

**CHAPECÓ**

**2024**

**LUCAS EDUARDO KNAPIK**

**A LUTA POR TERRA E MORADIA EM CHOPINZINHO/PR:  
UMA ANÁLISE DA OCUPAÇÃO DA RESERVA AMBIENTAL DA VILA RURAL  
ARAUCÁRIAS (1986 – 2024)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para obtenção do título de Mestre em História sob a orientação do professor Dr. Humberto José da Rocha.

Orientador: Prof. Dr. Humberto José da Rocha

**CHAPECÓ**

**2024**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL**

AV. FERNANDO MACHADO, 108 E

CENTRO, CHAPECÓ, SC - BRASIL

CAIXA POSTAL 181

CEP 89802-112

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Knapik, Lucas Eduardo

A luta por terra e moradia em Chopinzinho/PR: uma análise da ocupação da Reserva Ambiental da Vila Rural Araucárias (1986-2024) / Lucas Eduardo Knapik. -- 2024. 141 f.

Orientador: Doutor Humberto José da Rocha

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Chapecó, SC, 2024.

I. Rocha, Humberto José da, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**LUCAS EDUARDO KNAPIK**

**A LUTA POR TERRA E MORADIA EM CHOPINZINHO/PR:  
UMA ANÁLISE DA OCUPAÇÃO DA RESERVA AMBIENTAL DA VILA RURAL  
ARAUCÁRIAS (1986-2024)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em DD/MM/AAAA.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Humberto José da Rocha – UFFS  
Orientador

---

Prof. Dr. Antonio Marcos Myskiw - UFFS  
Avaliador Interno

---

Profa. Dra. Ana Cristina Hammel - UFFS  
Avaliadora Externa

Aos moradores da ocupação da Reserva  
Ambiental da Vila Rural Araucárias e sua  
incrível vontade de viver.

## AGRADECIMENTOS

O Mestrado algumas vezes pode ser um processo doloroso a depender de cada pessoa. Por isso, os agradecimentos, além de finalizarem um processo de pesquisa, devem levar em consideração todos aqueles que, de alguma forma, estiveram presentes e ajudaram de alguma maneira, sejam eles os funcionários da Universidade que fazem dela um bom lugar para se estar ou mesmo aqueles que deram o apoio psicológico incondicional.

Neste processo de pesquisa passei por momentos altos e baixos, mas sempre tive o apoio de minha companheira, Luana Susko, que nunca me deixou chegar a pontos críticos, sendo que, sem o apoio dela, não seria possível finalizar esta etapa de minha vida. Serei grato pelo resto da vida por ela estar do meu lado neste momento tão importante.

São nestes momentos que percebemos a importância do amparo familiar e do ambiente gerado por pessoas que lhe acolhem, querem saber como você está e como anda o processo de pesquisa. Agradeço a meus pais e pelo apoio e compreensão e a meus irmãos que se preocuparam comigo. À minha irmã, Victória Raissa Knapik, não sei como agradecer pelas longas conversas de apoio mútuo e que serviram como sessões de terapia.

Falando em terapia, gostaria também de agradecer minha psicóloga Maria Luiz da Costa Oliveira, que me acompanhou durante quase todo o processo e que me ajudou a perceber os erros, acertos e conquistas. Em alguns momentos é fácil nos percebermos estagnados diante barreiras que surgem na pesquisa. É ainda mais difícil percebermos que a caminhada está acontecendo e que já chegamos longe. Muito obrigado, Maria.

Quero agradecer ao professor Dr. Antônio Marcos Myskiw por acreditar que minha pessoa e incentivar a pesquisa. Foi a partir das aulas na disciplina isolada História dos Movimentos Sociais no Campo que iniciei os trabalhos de pesquisa sobre o objeto que nesta pesquisa é analisado.

O apoio do Ms. Rafael Baldin foi de extrema importância tanto para iniciar o mestrado como para perceber questões relevantes para o processo de pesquisa como um todo. Estabelecemos conversas durante todo o processo e acabamos nos tornando grandes amigos. Saiba que fico muito agradecido de ter seu apoio e orgulhoso de ter um amigo que está sempre disposto a lhe escutar.

Agradeço ao meu orientador, o professor Dr. Humberto José da Rocha. A pesquisa ganhou contornos diferentes a partir do olhar acurado dele. Seria muito difícil finalizar este trabalho sem a capacidade de síntese de ideias de um professor especialista em movimentos sociais. Serei sempre grato pelo apoio de pesquisa e emocional fornecido por ele.

Por fim, agradeço à Capes pela oportunidade de realizar esta etapa de minha vida com uma bolsa de estudos. Foi essencial ter tempo para estudar e, sem a bolsa, provavelmente meu trabalho seria diferente em muitos aspectos. Muito obrigado.

Em todas as partes, indiferença bárbara e grosseiro egoísmo de um lado e, de outro, miséria indescritível; em todas as partes, a guerra social: a casa de cada um em estado de sítio; por todos os lados, pilhagem recíproca sob a proteção da lei; e tudo isso tão despudorada e abertamente que ficamos assombrados diante das consequências das nossas condições sociais, aqui apresentadas sem véus, e permanecemos espantados com o fato de este mundo enlouquecido ainda continuar funcionando (ENGELS, 2022, p. 68–69).

## RESUMO

O presente trabalho traz a história da ocupação da Reserva Ambiental da Vila Rural Araucárias, na linha rural do Lagoão, em Chopinzinho/PR. A ocupação se inicia em 2007, porém para entender a origem da ocupação, foi necessário também compreender qual a sua relação com outros movimentos sociais, sobretudo o MST. Diante disto, compreendemos que a história da ocupação perpassa não somente o momento de sua ocupação, mas também a experiência de sujeitos que participaram de outros movimentos sociais, alargando assim o recorte temporal entre 1986, que se refere à ocupação da Fazenda Corumbatá, na área rural de Chopinzinho, e 2024, por entendermos a continuidade do movimento até o presente. Através de referencial teórico que aborda os movimentos sociais, buscamos as relações entre os movimentos acima citados e como as dinâmicas, interações e lutas se mesclam ao longo do tempo. Da fundação da Colônia Militar do Chopim, perpassando as lutas por terra da década de 1940, 1950, 1960 e 1980 em diante, este trabalho busca analisar a ocupação no Lagoão através de uma perspectiva que vê uma continuidade no processo histórico das lutas que foram ou continuam sendo travadas no interior de uma sociedade extremamente desigual. Além disso, o trabalho versa sobre a ação do MST na ocupação da Fazenda Corumbatá, em 1986, tratando de um fato pouco estudado ou mesmo lembrado entre os moradores de Chopinzinho. Desta forma, através dos estudos sobre movimentos sociais e entrevistas orais realizadas com moradores ou não da ocupação, é possível compreender o processo histórico a partir das experiências dos sujeitos o produzem.

Palavras-chave: Chopinzinho/PR; Movimentos Sociais; Ocupação.

## **ABSTRACT**

This work presents the history of the occupation of the Environmental Reserve of Vila Rural Araucárias, in the rural area of Lagoão, in Chopinzinho/PR. The occupation began in 2007, however, to understand the origin of the occupation, it was also necessary to understand its relationship with other social movements, especially the MST. In view of this, we understand that the history of occupation permeates not only the moment of its occupation, but also the experience of subjects who participated in other social movements, thus extending the time frame between 1986, which refers to the occupation of Fazenda Corumbatá, in the area rural de Chopinzinho, and 2024, because we understand the continuity of the movement until the present. Through the theoretical framework that addresses social movements, we seek the relationships between the movements mentioned above and how dynamics, interactions and struggles merge over time. From the founding of the Chopim Military Colony, going through the struggles for land from the 1940s, 1950s, 1960s and 1980s onwards, this work seeks to analyze the occupation in Lagoão through a perspective that sees a continuity in the historical process of the struggles that were or continue to be fought within an extremely unequal society. Furthermore, the work deals with the action of the MST in the occupation of Fazenda Corumbatá, in 1986, dealing with a fact little known or even remembered among the residents of Chopinzinho. In this way, through studies on social movements and oral interviews carried out with residents or non-residents of the occupation, it is possible to understand the historical process based on the experiences of the subjects or those produced.

**Keywords:** Chopinzinho/PR; Social Movements; Occupation.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da Província de São Paulo .....	23
Figura 2 - Área de litígio da Questão de Palmas .....	25
Figura 3 - Mapa das Colônias Militares (Chopim e Chapecó).....	27
Figura 4 – Grandes grilos de terras no Paraná.....	32
Figura 5 - Mapa da localização de Chopinzinho (PR) e da Fazenda Corumbatá .....	74
Figura 6 - Acampamento na Fazenda Corumbatá (1986).....	77
Figura 7 - Acampamento na Fazenda Corumbatá (1986) .....	78
Figura 8 - Despejo dos acampados da Fazenda Corumbatá, em Chopinzinho (13/01/1987)..	80
Figura 9 - Policiais efetivando o despejo na Fazenda Corumbatá (13/01/1987).....	84
Figura 10 - Fotografia: Barracos de lona na PR-281, próximo a Fazenda Arco Verde, em Chopinzinho/PR (2004).....	95
Figura 11 - Fotografia: Barraca em lona nas margens da PR-281, próxima à Fazenda Arco Verde, em Chopinzinho/PR (2004) .....	96
Figura 12 - Fotografia: família Monteiro na ocupação da antiga usina de asfalto, em Chopinzinho/PR (2005).....	103
Figura 13 - Fotografia aérea da ocupação da Reserva Ambiental da Vila Rural Araucárias (2014).....	118
Figura 14 - Fotografia aérea da ocupação da Reserva Ambiental da Vila Rural Araucárias (2016).....	119
Figura 15 - Fotografia aérea da ocupação da Reserva Ambiental da Vila Rural Araucárias (2020).....	120
Figura 16 - Fotografia aérea da ocupação da Reserva Ambiental da Vila Rural Araucárias (2024).....	120
Figura 17 - Fotografia: Instalação de lixeiras e reflorestamento pelo Projeto Colabore e Ganhe (2022).....	121

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRA	Associação Brasileira da Reforma Agrária
ANAMPOS	Associação Nacional Movimentos Populares
ASSESOAR	Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
BPM	Batalhão de Polícia Militar
BRAVIACO	Companhia Brasileira de Viação e Comércio
CANGO	Colônia Nacional General Osório
CITLA	Clevelândia Industrial e Comercial Ltda.
CONAM	Central Nacional de Movimentos Populares
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
GESTOP	Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná
INCRA	Intituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
MASTEL	Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Litoral do Paraná
MASTEN	Movimento dos Agricultores Sem-Terra no Norte do Paraná
MASTES	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra do Sudoeste do Paraná
MASTRECO	Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste do Paraná
MASTRO	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra do Oeste do Paraná
MIRAD	Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PPGH	Programa de Pós-Graduação em História.
PR	Paraná, Partido Republicano
PSD	Partido Social Democrático
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SP	São Paulo
TFP	Tradição Família e Propriedade
UDN	União Democrática Nacional
UDR	União Democrática Ruralista
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul. Consulte
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1       FORMAÇÃO DE CHOPINZINHO E OS CONFLITOS AGRÁRIOS NO           PARANÁ.....</b>	<b>21</b>
1.1     DA “QUESTÃO DE PALMAS” À FUNDAÇÃO DA COLÔNIA MILITAR DO CHOPIM.....	21
1.2     CONFLITOS AGRÁRIOS NO PARANÁ.....	29
<b>2       MOVIMENTOS SOCIAIS NO SUDOESTE PARANAENSE .....</b>	<b>49</b>
2.1     UMA APROXIMAÇÃO DAS TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: AS OPORTUNIDADES E RESTRIÇÕES POLÍTICAS .....	50
2.2     OCUPAÇÃO E DESPEJO DA FAZENDA CORUMBATÁ .....	72
<b>3       A ORIGEM DA OCUPAÇÃO.....</b>	<b>86</b>
3.1     SUJEITOS: A EXPERIÊNCIA EM MOVIMENTO(S).....	86
3.2     A OCUPAÇÃO DA RESERVA AMBIENTAL DA VILA RURAL ARAUCÁRIAS .....	104
<b>4       A OCUPAÇÃO E A TEORIA DA AÇÃO COLETIVA .....</b>	<b>110</b>
4.1     A QUEBRA DO PARADIGMA CLÁSSICO DAS AÇÕES COLETIVAS E MOVIMENTOS SOCIAIS.....	110
4.2     MANCUR OLSON: COMO PENSAR A OCUPAÇÃO A PARTIR DA TEORIA DA AÇÃO COLETIVA? .....	112
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>130</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>134</b>

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa abordará origem da ocupação da Reserva Ambiental da Vila Rural Araucárias, em Chopinzinho, estado do Paraná. A ocupação, localizada na linha rural do Lagoão, às margens da BR-158, se inicia em 2007 através de um acordo entre o prefeito municipal e um grupo com cerca de 12 famílias que já ocupavam uma usina de asfalto desativada, no mesmo município. Atualmente, moram cerca de 90 famílias na ocupação, sendo difícil apontar um número exato por conta da mobilidade dos ocupantes.

A escolha do tema surgiu a partir da disciplina História dos Movimentos Sociais no Campo, oferecida pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), ministrada pelo professor Dr. Antonio Marcos Myskiw e pela professora Dra. Mônica Hass, quando da elaboração do trabalho final da disciplina. Estabelecemos contatos importantes com a ocupação, principalmente com Maria Rosângela Monteiro, liderança do movimento. Para realizar o trabalho, utilizamos os recursos da História Oral, o que nos proporcionou uma intensa interação com os moradores e suas realidades sociais. Diante disso, procuramos dar continuidade ao estudo da ocupação para entender sua origem. O trabalho mencionado acima deu conta de abordar a relação dos moradores com o poder público, as condições em que essas pessoas se encontravam e uma parte de suas trajetórias de vida.

Entretanto, após o ingresso no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UFFS, surgiram outros elementos importantes para entender a emergência da ocupação. Percebemos que os primeiros moradores a ocupar a área em 2007, estiveram envolvidos profundamente, em algum momento de suas vidas pregressas, com movimentos sociais de luta pela terra, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o que nos levou a algumas questões que permeiam o cerne deste trabalho. Qual a relação entre os primeiros ocupantes e outros movimentos sociais? Qual o peso da experiência adquirida dentro daqueles movimentos e em outras mobilizações para entender a origem da ocupação no Lagoão?

Isto posto, a pesquisa tem uma relação direta com o tema da luta por moradia, com conflitos agrários e movimentos sociais. O foco principal da pesquisa é compreender o processo de ocupação, porém, para realizar tal feito, precisamos entender algumas questões antes de chegarmos nela de fato.

Há, pelo menos, dois momentos essenciais à compreensão do processo. Primeiramente, a ocupação da Fazenda Corumbatá, realizada pelo MST no ano de 1986, em Chopinzinho, nos traz questões importantes. Uma delas: qual a experiência adquirida pelos ocupantes? Em segundo lugar, a ocupação realizada por cerca de 80 famílias em 2004, às margens da rodovia

PR-281, distante cerca de 6 quilômetros do centro urbano de Chopinzinho, traz uma relação direta com as estratégias levadas à cabo pelo MST. Evalter José Dalmazzo se tornou peça-chave para entender o processo. Ele participou tanto da ocupação da Fazenda Corumbatá como deu início à ocupação das margens da PR-281, em 2004. Diante disto, cabe a pergunta: qual o peso das experiências acumuladas por este sujeito histórico para entender a ocupação no Lagoão?

A partir deste momento, o leitor deve ter compreendido que para alcançarmos o objetivo almejado, precisamos alargar nosso recorte temporal para além daquele inicialmente utilizado na disciplina isolada (2007-2020). Entretanto, não apenas o recorte temporal precisou ser revisto, mas também o recorte espacial ou geográfico. Trabalhamos com um recorte temporal que vai de 1979, ano em que as ações do MST ficaram marcadas no Rio Grande do Sul, até 2024, pelo fato de a ocupação do Lagoão ainda estar em constante transformação. Sobre o recorte geográfico, nosso foco central está voltado ao sudoeste do Paraná, porém foi necessário entender a formação do MST no Rio Grande do Sul, a formação dos movimentos de luta pela terra no Paraná, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra do Oeste do Paraná (Mastro) e, principalmente, a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra do Sudoeste do Paraná (Mastes). Portanto, realizamos uma abordagem do processo histórico que propiciou a formação do MST, porém, inicialmente, focamos nas ações do Mastro, Mastes e, posteriormente, do MST, na região sudoeste do Paraná. Todo esse caminho foi necessário para uma compreensão da relação entre esses movimentos e a ocupação analisada.

Durante esse entendimento dos processos que culminaram com a ocupação no Lagoão, discutimos, ao longo das disciplinas cursadas no PPGH, uma série de reflexões que irão contribuir diretamente ao estudo de movimentos sociais, principalmente de ocupações que atuam a partir de experiências de sujeitos que, em algum momento, já haviam participado de movimentos sociais de qualquer natureza. Vejamos, a ocupação do Lagoão não tem vinculações diretas com movimentos sociais externos a ela, por exemplo, o MST. Porém, não podemos descartar a hipótese de que a atuação do MST na região influenciou sujeitos e produziu novas formas de luta. Aqui, enfatizamos que entendemos a ocupação do Lagoão como um resultado conquistado através da organização de movimento social e que, para isso, contou com a experiência acumulada por sujeitos que participaram de outros movimentos sociais. Portanto, a realização desta pesquisa perpassa um interesse social, haja vista que traz à tona a importância da atuação dos movimentos sociais na região.

Obviamente, a ocupação mudou muito desde seu início, em 2007. Porém, ela suscita várias questões sobre as condições sociais enfrentadas pelos moradores, os conflitos internos da ocupação, a realidade de sujeitos que encontraram vários desafios de subsistência, entre

outros fatores. Por fim, outra questão de extrema relevância, talvez a mais importante como função social, relaciona-se ao estigma que recai sobre os moradores da ocupação. Acreditamos que, com a divulgação e publicidade dos resultados, possa ocorrer um processo de entendimento dialético da situação dos moradores da ocupação. Dialético porque trata-se de um entendimento não apenas dos observadores externos que alimentam o estigma, mas também dos próprios moradores, que poderão perceber a emergência da ocupação e a si próprios como sujeitos históricos.

Até aqui, esperamos que o leitor tenha entendido o objetivo geral do trabalho: entender a origem da ocupação da Reserva Ambiental da Vila Rural Araucárias, em Chopinzinho, Paraná. Entretanto, há objetivos específicos que nos auxiliam neste processo mais abrangente. Faremos a explanação destes objetivos mais adiante, quando apresentarmos a divisão dos capítulos do trabalho.

Recentemente, Eleandro Vieira (2021) defendeu sua dissertação da emergência do Mastes através do conceito de *mediação* e o utilizou como unidade de análise. Neste trabalho, o autor explanou a formação do Mastes, permeada pelas interrelações e mediações entre o movimento social e outras instituições, como a Igreja Católica, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar), além de partidos políticos. A importância desse trabalho para nossa pesquisa é o fato de que Eleandro Vieira infere ao seu objeto, no momento em que trata as mediações não como interferências, filtros ou mesmo tutela das instituições sobre o movimento, mas como relações que se interconectaram, gerando experiências a todos os atores sociais envolvidos. Além disso, a abordagem da formação do Mastes é essencial para entender suas principais ações na região em que nossa pesquisa se insere.

Outro trabalho importante é a Dissertação de Mestrado em História produzida por Rafael Baldin. Em sua dissertação, Rafael Baldin (2022) construiu uma narrativa sobre a formação da Favela do Cabo Dito, que se iniciou na década de 1960, tendo seu desfecho na década de 2010 e que é tratada pelo autor como a primeira favela de Pato Branco, no Paraná. É um trabalho que tratou, majoritariamente, de aspectos de cunho estrutural, das relações de trabalho, relações entre campo e cidade, das migrações regionais, porém trouxe elementos socioculturais, como o estigma carregado pelos moradores da favela. Para realizar a explanação de seu objeto, Rafael Baldin trouxe elementos da formação de Pato Branco, o que nos auxiliou a compor parte do pano de fundo da formação regional. Além disso, nossa pesquisa liga-se diretamente à de Rafael Baldin no momento em que tratamos de conflitos estruturais que, apesar de possuírem recortes temporais e espaciais separados, ligam-se pelo cunho da luta pela

moradia, seja ela travada no campo ou na cidade. Os autores acima foram incluídos para abordar algumas pesquisas que se aproximam de nossa análise pela temática escolhida. Agora abordaremos alguns autores que nos guiam a partir de teorias mais abrangentes.

Georg Simmel (1983, p. 122) ao se debruçar sobre conflitos sociais em seu texto *A Natureza Sociológica do Conflito*, lançou um olhar ontológico sobre as relações que envolvem o conflito social que, para ele, “se toda interação entre homens é uma sociação, o conflito – afinal, uma das mais vívidas interações e que, além disso, não pode ser exercida por um indivíduo apenas – deve certamente ser considerado uma sociação”. O pensamento de Georg Simmel nos ajudou a pensar o conflito como uma relação viva e que gera uma unidade, independentemente de ela ser positiva ou negativa.

Apesar de não ter se concentrado efetivamente em reflexões sobre teorias dos movimentos sociais, Edward Palmer Thompson (1998) forneceu uma contribuição importante para analisa-los. O autor criticou a forma como pesquisadores trataram os conflitos políticos gerados a partir da transição de uma economia de tradições seculares na Europa, sobretudo na Inglaterra do século XVIII, e apontou que as análises feitas tratavam os protestos como reações às condições de vida da população. Conceitos de Thompson (1981, 1998), como *economia moral e experiência humana* nos auxiliaram na compreensão do processo.

A obra do geógrafo Bernardo Mançano Fernandes (1999), auxiliou na compreensão da formação do MST. O autor elaborou uma série de reflexões teóricas a partir das ocupações realizadas pelo movimento e trouxe importantes elementos do agir humano. São exemplos, os *trabalhos de base* do movimento, as relações conflituosas no interior dele, entre outros elementos que nos ajudaram a entender as influências geradas pelo MST na região e que propiciaram novas formas de luta pela terra.

A teoria de *Mobilização de Recursos*, desenvolvida por John D. McCarthy e Mayer N. Zald (1977, p. 1218) e exposta na obra *Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory* será abordada. Para os autores, um movimento social é definido como “um conjunto de opiniões e crenças em uma população que representa preferências para mudar alguns elementos da estrutura social e/ou distribuição de recompensas de uma sociedade”.

Sydnei Tarrow (2009) elaborou uma vasta reflexão sobre movimentos sociais em sua obra *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Para ele, os movimentos emergem em situações peculiares, onde surgem *oportunidades políticas* – ou a partir de *estruturas de oportunidades políticas* – para uma *ação coletiva* dos indivíduos. Tarrow utiliza o exemplo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) para apontar que nem sempre os movimentos sociais surgem quando os sujeitos estão investidos de liberdade plena.

Seguindo nesta linha de autores da *Teoria do Confronto Político*, da qual Sydnei Tarrow faz parte, também nos embasamos nas reflexões de Charles Tilly e Doug McAdam. Os três autores mencionados produziram a obra *Dynamics of Contention*, onde criaram uma série de premissas para estudar movimentos e situações de conflitos sociais. Como ressaltaram Tilly e McAdam (2001, p. 27), a teoria foi formulada para analisar interações episódicas em suas peculiaridades históricas.

Primeiramente, é necessário apontar que Charles Tilly é o principal formulador da *Teoria da Mobilização Política*. Angela Alonso (2012, p. 21) aponta que é uma teoria que procurou explicar os processos de mobilização coletiva a partir do contexto em que se insere ou a *estrutura de oportunidades e ameaças políticas*, sobretudo quando se tratam de episódios relacionados a embates de força entre autoridades alocadas no Estado e desafiantes, que estão ao lado de fora das esferas de poder.

Para entendermos o sentido que Charles Tilly (2001) quis dar ao conceito, podemos fazer a seguinte analogia: *um músico de Jazz, quando participa de uma Jam Session (quando os músicos tocam simultaneamente através de improviso) eles trazem um acúmulo de conhecimentos, de experiências e repertórios que o auxilia a dar andamento na harmonia da música improvisada* (ALONSO, 2012). Essa experiência do músico pode ser transpassada para analisarmos episódios de conflitos sociais. Porém, um elemento chave é inserido: o processo histórico.

Mas como isso ajudou a pensar nosso objeto de pesquisa? Utilizamos um episódio que nos apontou isso. Evalter José Dalmazzo participou de acampamentos desde o início da década de 1980. Inicialmente, ele não estava vinculado a qualquer “movimento organizado”<sup>1</sup>, porém foi se vinculando aos poucos ao Mastes e, posteriormente, ao MST. Com isso, Evalter acumulou experiências a partir do *repertório de ação coletiva* utilizado pelos movimentos, ou seja, os barracos de lona, os acampamentos em margens de rodovias, as ocupações de fazendas e a organização logística interna dos acampamentos, por exemplo.

As reflexões do sociólogo italiano Alberto Melucci, que produziu ativamente nas últimas três décadas do século XX, sob a perspectiva do que chamamos de “novos movimentos sociais”, também auxiliou esta pesquisa. Melucci (2001) lançou críticas a seus pares quando enfatizou que os movimentos sociais não deveriam ser analisados como uma ação coletiva homogênea – até mesmo no sentido ideológico –, haja vista que muitas vezes a homogeneidade não existe e os movimentos lutam para se manter coesos. Desta forma, Melucci (2001) buscou

---

<sup>1</sup> Aqui o leitor deve entender com a *organização de movimentos social* (SMO) no sentido em que McCarthy e Zald elaboraram (MCCARTHY; ZALD, 1977).

uma unidade de análise que levou em consideração a conjuntura do momento, porém deu ênfase a fatores culturais, regionais e, principalmente, o movimento em seu desenrolar.

Também analisamos a ocupação através da *teoria da ação coletiva*, elaborada por Mancur Olson (1999) na década de 1960. Trata-se de uma importante teoria sobre as ações coletivas e que leva em consideração os interesses individuais que fazem com que sujeitos se coloquem em ação ou não. Apesar de pouco utilizada, a teoria nos auxiliou a entender a ocupação por um viés que não vê os movimentos como coesos, além de indicarmos possíveis usos da teoria a outros pesquisadores.

A partir de agora, que já entendemos brevemente nosso referencial teórico e o objeto a ser analisado, iremos abordar a metodologia utilizada, assim como as fontes que embasam esta pesquisa. Inicialmente, o projeto de pesquisa contemplava apenas fontes orais. Porém, com o alargamento do recorte temporal e espacial, precisamos trazer à baila outras fontes que nos permitiram realizar um cruzamento entre elas, podendo assim trazer maior sustentação ao fato histórico que almejamos estudar. Começamos explanando as fontes orais, sua metodologia e referencial teórico que utilizado.

Como já dito, as fontes orais foram fundamentais para o início deste projeto. Através de entrevistas com moradores ou quaisquer outras pessoas que tiveram relação significativa com os episódios estudados, levantamos as primeiras informações sobre a origem da ocupação no Lagoão. Foram realizadas 14 entrevistas com sujeitos que atuam ou atuaram como moradores e ex-moradores da ocupação, ex-prefeitos, um vereador e funcionários públicos da assistência social do município. As entrevistas foram gravadas primeiramente com aparelho celular e, posteriormente, com gravador digital profissional, para ter uma melhor qualidade e possibilitar um melhor trato das fontes produzidas. As entrevistas foram armazenadas em computador particular e nuvem de dados. Todas as entrevistas foram transcritas e posteriormente serão disponibilizadas em acervo adequado. Para o tratamento das fontes orais, utilizamos literatura que aborda a metodologia de História oral, com autores como Verena Alberi (2012; 2004), Ecléa Bosi (1994), Miriam Hermeto e Ricardo Santhiago (2022) e Alessandro Portelli (2016).

Utilizamos também fontes oriundas da imprensa regional e nacional, assim como boletins de instituições, sendo eles: *Jornal dos Trabalhadores Sem-Terra*, *Jornal Correio de Notícias*, o *Expediente da Comissão Pastoral de 1988*, os boletins da *Associação Brasileira da Reforma Agrária (ABRA)*, e o *Jornal do Brasil*. Além disso, analisamos fotografias de alguns destes jornais, principalmente do *Jornal Correio de Notícias* que, entre 1986 e 1987, realizou a cobertura da operação que despejou os sem-terra da Fazenda Corumbatá. Todas estas fontes estão disponíveis na internet, também na *Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional*.

Para o trabalho sobre as fontes de imprensa, utilizamos autores que produziram reflexões sobre tal, principalmente Tania Regina de Luca e Ana Luiza Martins (2008).

Para atingir os objetivos articulando teorias e dados empíricos, este trabalho conta com quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, que foi dividido em dois subtópicos, faremos uma abordagem da formação das colônias militares, além de explicar sobre a formação regional e os conflitos agrários no sudoeste do Paraná. No subtópico 1.1, faremos uma revisão bibliográfica sobre a *Questão de Palmas*, um conflito que envolveu a disputa por terras entre a recém República do Brasil e República Argentina, entre 1890 e 1895. A disputa pelo território em uma fronteira física não delimitada, em que grupos de argentinos exploravam a região, principalmente extrativistas de madeira e erva-mate, fez com que o Império do Brasil elaborasse o decreto que estipulava as normas de funcionamento da Colônia Militar do Chopim. Apesar do decreto de 1859, a colônia só foi fundada em 1882. É nesse momento que surge o que viria a se tornar Chopinzinho, centro espacial da nossa análise.

No subtópico 1.2, faremos uma abordagem de conflitos que se ligam de alguma maneira com os conflitos agrários da década de 1980, no Paraná. Entre os conflitos explorados estão a *Guerra de Porecatu*, a *Revolta dos Posseiros de 1957*, a *Revolta de 1961* em Medianeira, o *Levante dos Posseiros de Três Barras* e os conflitos na terra Indígena de Mangueirinha. Escolhemo-nos não por serem os únicos dignos de atenção e nem por serem os mais importantes. Fizemos uma escolha baseada na construção analítica que almejamos, uma vez que os conflitos tratados a seguir possuem diversas ligações. Essas ligações se fazem através de vários fatores: a temporalidade; o avanço do capitalismo sobre o campo e o processo de modernização agrícola; o conflito entre conglomerados produtivos com sua lógica que alterou as vivências de regionais, principalmente dos trabalhadores e trabalhadoras do campo; a necessidade da construção de uma matriz energética que pudesse alimentar o crescimento nacional nas décadas de 1970 e 1980, principalmente o setor industrial. Buscamos dar atenção aos fatores que aproximam os dois conflitos, tendo como objetivo principal uma análise que os liga direta ou indiretamente à formação de movimentos sociais, sobretudo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que teve grande importância para entender a origem da ocupação da Reserva Ambiental da Vila Rural Araucárias, em Chopinzinho, no Paraná, nosso foco inicial de pesquisa.

O capítulo 2, “movimentos sociais no sudoeste paranaense”, está dividido em dois subtópicos. O subtópico 2.1 aborda a emergência de movimentos sociais, como o movimento *Justiça e Terra*, o Mastes, Mastro e MST, a partir de um olhar teórico, onde utilizamos o

conceito de *oportunidades e restrições políticas*, de Sydnei Tarrow (2009), para trazer elementos que impulsionaram a formação dos movimentos, quais sejam: os conflitos agrários no Rio Grande do Sul; a construção de barragens no Paraná; a expansão do capitalismo no campo e sua relação internacional; a modernização conservadora; as oportunidades e restrições entre o fim da ditadura militar e a redemocratização brasileira; a formação dos movimentos paranaenses de luta pela terra. O subtópico 2.2 analisa a ocupação da Fazenda Corumbatá, em 1986, na área rural de Chopinzinho, e faz uma ligação com o subtópico anterior à medida que a ocupação pode ser entendida como uma continuidade dos processos de luta pela terra das décadas de 1960 e 1970. Neste subtópico fizemos uma abordagem teórica a partir de autores que se debruçam sobre o tema dos movimentos sociais, como Sydnei Tarrow (2009), Charles Tilly e Doug McAdam (2001), Aberto Melucci (2001) e John D. McCarthy e Mayer N. Zald (1977). Por fim, o capítulo 2 partiu das fontes de imprensa, fotografias e, em menor medida, fontes orais.

No capítulo 3, analisamos as experiências dos sujeitos e buscamos compreender a origem da ocupação da Reserva Ambiental da Vila Rural Araucárias a partir delas. Destacamos a experiência como elemento central, o qual não apenas impulsiona o processo histórico, mas também serve de base para as teorias aplicadas ao longo deste estudo. No subtópico 3.1, exploramos a trajetória de um sujeito que desempenhou um papel fundamental: Evalter José Dalmazzo. Suas experiências em ocupações, desde o início da década de 1980, forneceram estratégias que ele utilizou para angariar outras famílias à ocupação das margens da PR-281, em Chopinzinho, no ano de 2004. Desta forma, compreendemos as formas de luta, ou estratégias, que Evalter José Dalmazzo inseriu ao *repertório do movimento* que surgiu em 2004. Este movimento, derivado das experiências dos sujeitos e, em certa medida, assemelhado ao MST, é analisado à luz da teoria de *Mobilização de Recursos* ou *Indústria dos Movimentos Sociais*, permitindo reflexões sobre as influências do MST e como esse movimento estimulou diferentes formas de luta na região. No subtópico 3.2, aprofundamos as reflexões que se conectam à análise anterior, contribuindo, a partir do estudo da ocupação em questão, para os debates acerca dos movimentos sociais contemporâneos.

Por fim, o capítulo 4 aborda a ocupação a partir da *teoria da ação coletiva*, de Mancur Olson, economista estadunidense que produziu reflexões acerca das motivações individuais para que as pessoas se mobilizem ou não a partir de seus grupos. O subtópico 4.1 faz uma breve abordagem do surgimento da teoria na década de 1960. O subtópico 4.2 traz uma abordagem de alguns conceitos teóricos de Mancur Olson, aplicados à ocupação, como os conceitos de *benefício coletivo*, *benefícios seletivos*, *coerção* e o *problema do carona*.

Por fim, convidamos os leitores a conhecer uma história que dificilmente seria contada. Uma história que contém as experiências dos sujeitos que, de suas formas, produzem o processo histórico em si, que encontram nas dinâmicas sociais a sua forma de reproduzir a existência e que, ao mesmo tempo, criam outras dinâmicas. Esperamos que este trabalho possa ajudar os leitores a compreender um pouco melhor a história da ocupação da Reserva Ambiental da Vila Rural Araucárias, ao passo que auxilie outros pesquisadores tanto pelo levantamento desta história como pela forma com que a analisamos.

## 1 FORMAÇÃO DE CHOPINZINHO E OS CONFLITOS AGRÁRIOS NO PARANÁ

Historicamente, o Paraná foi palco de lutas pela terra. Desde as disputas imperiais entre Portugal e Espanha, passando pelos processos de independência e até os conflitos agrários durante a república, sobretudo aqueles que envolveram os movimentos sociais que emergem em meados do século XX, a terra sempre foi um motor de disputas e conflitos territoriais. Nosso objetivo neste primeiro capítulo é traçar alguns desses conflitos que marcam a formação do Sudoeste paranaense, sobretudo aqueles que se ligam diretamente ao nosso objeto de estudo.

Para isso, percorremos um período temporal que se estende do fim do século XIX, período em que a Colônia Militar do Chopim é fundada, até o final do século XX, perpassando os conflitos que marcaram o século, os projetos governamentais da década de 40, como a “Marcha Para o Oeste” e a atuação do Estado em geral.

As disputas se desenrolam diante de três atores principais: posseiros, grileiros e empresas colonizadoras. Em terceiro, percebemos que vários dos conflitos analisados no capítulo tiveram suas trajetórias drasticamente alteradas a partir do elemento ideológico, qual seja, o alinhamento de Moisés Lupion com os interesses de empresas colonizadoras e latifundiários próximos a ele, podendo se dizer que a partir dos dois mandatos de Lupion, o primeiro de 1947 a 1951 e o segundo de 1956 a 1961, os interesses dos “grandes” prevaleceram sobre os posseiros paranaenses e indígenas, sendo que os conflitos ganharam entornos violentos.

Com isto, adentramos também no terreno da história das elites. Melhor dizendo, o capítulo trata, em primeiro lugar, de conflitos que partem de um enfoque que privilegia uma história de apropriação econômico, social e cultural das elites e, em segundo lugar, abordamos alguns episódios que partem de uma história vista de baixo, em que grupos de posseiros levantam-se diante de grupos de elite, por vezes empunhando armas para defender seus interesses.

### 1.1 DA “QUESTÃO DE PALMAS” À FUNDAÇÃO DA COLÔNIA MILITAR DO CHOPIM

No começo do século XIX, quando da transferência da corte real à colônia, houve grande interesse em ocupar as áreas interioranas do atual Paraná, pois as áreas que partiam dos Campos

Gerais ao interior não eram colonizadas. Essas áreas mesclavam basicamente dois tipos de biomas: as matas onde predominavam araucárias e os campos naturais. As matas eram consideradas barreiras naturais, não importando significativamente do ponto de vista do valor econômico. Os campos naturais eram de primeira importância à criação de animais, principalmente o gado bovino, sendo a agricultura voltada à subsistência da população local. Caminhos para a circulação do gado bovino já haviam sido traçados desde o século XVIII, num trajeto que partia de Viamão, no Rio Grande do Sul, cruzava os Campos Gerais e seguia no sentido da feira de Sorocaba, em São Paulo (WACHOWICZ, 1987, p. 11).

A expansão voltou-se para oeste da região, em direção dos Campos de Guarapuava, ligada às atividades criatórias. Essa expansão à oeste gerou vários conflitos com indígenas da região, onde algumas etnias, como Camés e Votorões, conviveram com a colonização branca através de “acordos”, porém com vários conflitos com Kaingangs e Dorins que não “aceitavam” da mesma forma. Mota (2015) aponta que os Kaingang passaram a chamar os colonizadores brancos de *fóg*, em uma clara alusão ao grito dos soldados reais após os disparos de armas de fogo.

A presença da colonização branca na região desestabilizou a relação e causou conflitos entre essas etnias, levando ao conflito mútuo e, muitas vezes, a destruição de aldeamentos desses povos. Em 1825, após a criação da freguesia de Nossa Senhora de Guarapuava (1820), os indígenas Dorins, antes protegidos pela *Junta da Real Expedição e Conquista dos campos de Guarapuava*<sup>2</sup>, tem seu aldeamento Atalaia destruído por povos que não aceitavam as alianças com os colonizadores de origem europeia. Esse episódio e mesmo as relações de subordinação, que frequentemente envolviam ações violentas dos colonizadores contra os indígenas, fizeram com que houvesse uma grande migração de povos tanto adentrando o oeste quanto ao sul, em direção ao Rio Grande do Sul (WACHOWICZ, 1987, p. 12–13).

Após a ocupação e colonização dos Campos de Guarapuava, se inicia, através de *sociedades de povoadores*, a busca pelos Campos de Palmas, sua ocupação e colonização, por moradores da região de Guarapuava. Porém, nesse momento havia também o conhecimento de

---

<sup>2</sup> Após a chegada da Corte Real Portuguesa ao Brasil em 1808, intensificam-se as tentativas de ocupar a região de Campos de Guarapuava. Logo em seguida, D. João VI envia uma carta ao Governador da Província de São Paulo, onde determina a povoação dos campos, além de declarar uma *guerra justa* aos povos originários, por conta da resistência dos mesmos. A partir da carta de D. João VI, organiza-se a junta militar que executaria a conquista dos Campos de Guarapuava. Desde a segunda metade do século XVIII foram realizadas cerca de onze tentativas de ocupar a região, sendo que apenas na sexta tentativa a Real Expedição conseguiu chegar à Guarapuava. Os povos originários utilizavam estratégias de dissimulação que, em primeiro momento, aproximavam-se de forma pacífica e, em segundo momento, atacavam a expedição. Em 1809, o povoado de colonizadores já estava alocado na região e armazenava grãos.



A história de Chopinzinho<sup>3</sup> está diretamente relacionada à Questão de Palmas, que se configura na segunda metade do século XIX como um conflito de interesses sobre o território sudoeste paranaense e atual oeste catarinense. A disputa de terras entre o Império Brasileiro e a recente República Argentina remontam à conflitos entre o Império Espanhol e o Império Português, originados com a celebração dos tratados de Madri (1750) e Santo Idelfonso (1777), que buscavam, principalmente, delimitar a fronteira dos territórios a partir de rios que serviam como pontos de referência geográfica. Porém, os mapas da época retratavam pontos conhecidos apenas por explorações, sendo o sudoeste paranaense pouco conhecido entre colonizadores e, por conseguinte, havia confusões a respeito tanto da quantidade de rios que cortavam a região sudoeste do Paraná, assim como confusões a respeito de quais rios eram aqueles que serviam como ponto de referência à demarcação das fronteiras nacionais. Portanto, a Questão de Palmas se origina principalmente dos interesses das duas nações nessa região, do desconhecimento geográfico da mesma e, como apontado anteriormente, também de disputas internas pelo controle dos Campos de Palmas (WEBER, 2006). Como aponta Weber (2006, p. 57–58)

era consenso de que a divisa era o Rio Santo Antônio e o Rio Peperi-Guaçu, pois assim versavam os tratados de Madri e Santo Idelfonso, mas a discordância estava na posição dos tais rios. A Argentina alegava que o Rio Santo Antônio era o Rio Chopim, e o Peperi-Guaçu era o Chapecó. (...) E a situação piorou quando em 1888 os nossos vizinhos mudaram a estratégia, dizendo agora que o Rio Santo Antonio na verdade era o Rio Jangada, ainda mais a leste, transferindo a fronteira para o local onde se encontra a cidade de União da Vitória.

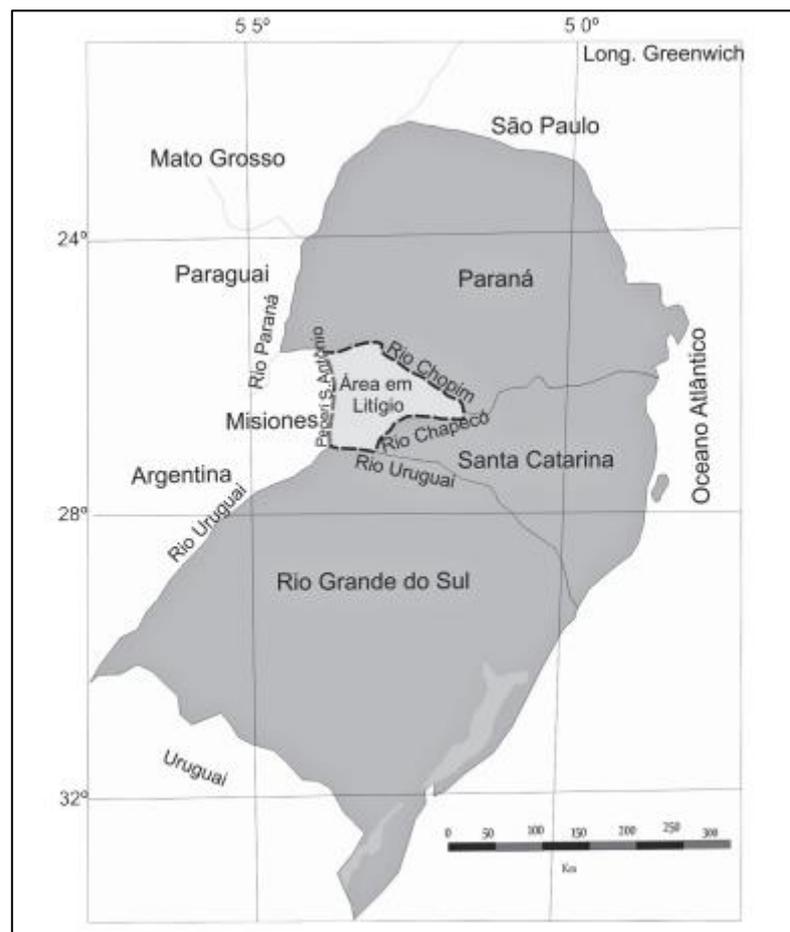
Como o interesse e o discurso do governo argentino, pautado nos tratados coloniais, procuravam trazer as fronteiras cada vez mais ao leste, o governo imperial buscou, pela criação de colônias militares, defender as fronteiras com medidas bélicas. O decreto n° 2.502 que criava a colônia militar na área em litígio já havia sido elaborado em 1859, porém não havia saído do papel. A fundação da Colônia Militar do Chopim foi implementada oficialmente em 27 de dezembro de 1882 e anunciada pelo capitão do estado maior de artilharia, bacharel Francisco Clementino de San Tiago Dantas, após a exploração da região e a escolha do local. Cabe ressaltar que, entre os interesses sobre o local de fundação da colônia militar, o capitão San Tiago Dantas também nutria interesses sobre a Questão de Palmas e prestou serviços de

---

<sup>3</sup> Atualmente o Município de Chopinzinho está localizado na mesorregião Sudoeste Paranaense, composta por 37 municípios. (NOTA: para tal conceituação se utilizará da delimitação feita pelo IBGE [recorte geográfico], que entende a região composta por 37 municípios. [recorte político] Há outras delimitações, por exemplo, da AMSOP, que considera a região com 42 municípios, incluindo a região dos campos de Palmas. A delimitação do IBGE nos parece melhor, pois leva em consideração a formação geográfica da região que influenciou na forma de colonização da mesma). Localizado na fronteira dessa mesorregião, o município conta com área territorial de 959,692 km<sup>2</sup> e registrou um total de 19.083 habitantes, conforme dados do IBGE de 2021.

exploração e identificação dos rios que afluíam para o Rio Iguaçu, como forma de identificá-los e mapeá-los e, por conseguinte, verificar quais deles demarcavam as fronteiras entre o Império Brasileiro e a República Argentina. Além disso, pretendia verificar se o Rio Iguaçu poderia constituir rota navegável desde a foz do Rio Chopim até o Salto Santa Maria (Cataratas do Iguaçu), com interesses sobre o comércio com os argentino (WEBER, 2006).

Figura 2 - Área de litígio da Questão de Palmas



Fonte: Sobre fronteiras e colonização (MURARO, 2016) – Readaptado de Afonso Carvalho, 1945. Organização e arte: Maristela Ferrari.

Sobre a movimentação nas matas para fundação da colônia, Bertuol (2022, p. 51) aponta que “a comissão nomeada para conhecer o território e fundar a Colônia Militar do Chopim em local mais apropriado, que se movimentou pela região por cerca de um ano, utilizou o serviço de indígenas tanto enquanto guias quanto como mão de obra para a abertura das estradas”. Além disso, Bertuol (2022, p. 51) enfatiza que

segundo a pesquisa de antropólogos e pesquisadores, os indígenas que viviam na região de instalação da Colônia Militar do Chopim teriam se interiorizado na região diante da colonização dos Campos de Guarapuava e Palmas, ao passo que gozavam de grande autonomia em relação à sociedade branca até a instalação da referida Colônia.

Cabe lembrar que a presença indígena no Brasil meridional ocorre a partir de pelo menos três levadas migratórias, remontando a cerca de 12 mil anos, sendo que os povos de matriz linguística Jê e Tupi-Guarani migraram à região a cerca de 3000 e 2000 anos antes do presente, respectivamente. De matriz Jê, os Kaingang ocuparam vasto território do atual Paraná, sendo que, no século XIX, quando da expansão colonial à oeste, em direção aos Campos de Guarapuava e, posteriormente, aos Campos de Palmas, a região era intensamente ocupada por indígenas (BERTUOL, 2022).

Para a Colônia Militar do Chopim chegaram militares e colonos que partiam, principalmente, do Rio de Janeiro. Entre as 107 pessoas que chegaram, conforme a ata de fundação, havia uma grande diversidade quanto à origem, sendo que, entre os militares, constavam pessoas do “Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul” e entre os colonos haviam pessoas do “Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná” (BARROS, 1980, p. 150).

Desta maneira a presença de populações brancas surgem em um espaço em que indígenas já estavam presentes e que, diante desta presença, passam a resistir da forma que pudessem permanecer em seus territórios. É importante lembrar que, como ressalta a antropóloga Cecília Maria Vieira Helm (1997, p. 3), os indígenas Kaingang da região já haviam migrado para locais próximos ao rio Chopim e Iguaçu pelos conflitos que ocorreram durante a colonização branca nos Campos de Guarapuava, sendo que

aqueles Kaingang que não se submeteram às normas e práticas do aldeamento, ao tipo de confinamento que ocorria e não fizeram alianças com os colonizadores, se refugiaram nos campos de Palmas e nas proximidades dos rios Chopim, Iguaçu e no Covó.

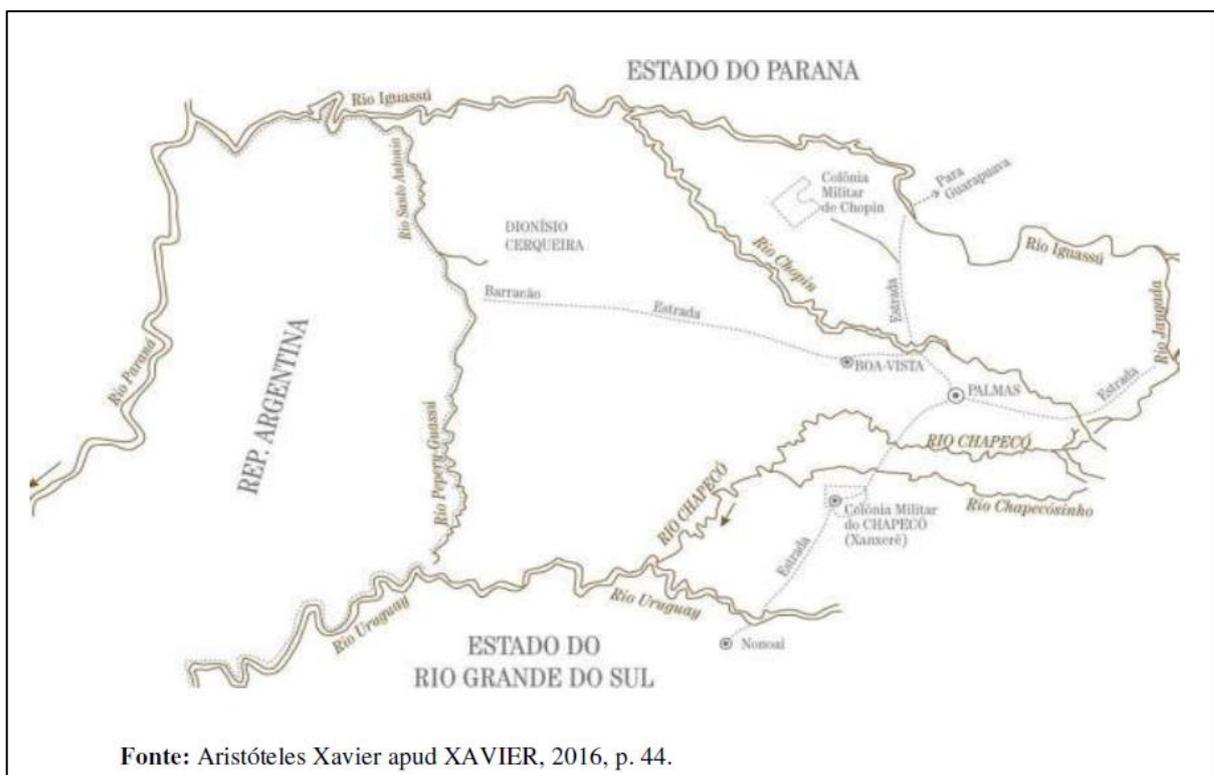
Em 2 de março de 1903, são reservadas áreas de terra, pelo decreto n° 64, aos indígenas Kaingang da região, chefiados pelo cacique Cretã. Helm (1997, p. 4) aponta que os indígenas Kaingang auxiliaram na abertura de estradas e

uma vez que os Kaingang, chefiados pelo cacique Cretã, não aceitaram o pagamento em papel moeda, reivindicando a garantia da posse do território ocupado por eles, o Governo do Paraná entendeu que os indígenas que viviam na região, deveriam ter uma área de terras reservada e delimitada, através de Decreto.

Durante os vinte e sete anos de existência da Colônia Militar do Chopim, os habitantes tiveram uma vida simples, permeada pela paisagem rural mesclada ao pequeno vilarejo no centro. A economia era rudimentar, haja vista que os colonos plantavam para sua subsistência, com baixa exportação de excedentes, em especial o couro e o toucinho. Os itens que não podiam ser produzidos na colônia, como ferragens e tecidos, eram vendidos em uma *bodega*, um comércio típico da região, onde se encontravam bens de consumo que chegavam de outras regiões, principalmente de Palmas (BARROS, 1980).

A população da colônia não chegou a ter grandes proporções. Em registro datado de 1903, através de relatório militar, a colônia contava com um total de 535 habitantes, sendo a maioria nascidos na localidade. Muitas vezes, os moradores abandonavam a colônia e partiam para outras vilas da região ou mesmo para ocupar outras terras, fugindo assim da rigidez dos militares, haja vista que não havia fiscalização abrangente sobre a ocupação das terras. Após a resolução da Questão de Palmas, a situação da Colônia Militar do Chopim tornar-se-ia secundária (BARROS, 1980).

Figura 3 - Mapa das Colônias Militares (Chopim e Chapecó)



Fonte: Colônias Militares no Brasil Meridional: O caso da Colônia Militar do Chapecó (VENSON; MYSKIW, 2019).

A Questão de Palmas torna-se essencial para entender a fundação da Colônia Militar do Chopim em 1882 mas também ajuda a compreender o desenvolvimento de Chopinzinho e da região em que se insere. Note-se que, como já exposto, com a necessidade de defender a fronteira, optou-se pela constituição das colônias militares. Portanto, as fronteiras, ou a noção de onde seriam as fronteiras, foi determinante para a escolha do local de fundação da colônia. A resolução da Questão de Palmas só se efetivou com a intermediação do Estados Unidos no ano de 1895, o que estendeu à oeste as fronteiras entre as duas nações, voltando o Rio Santo Antônio a ser o ponto de demarcação da fronteira (RADIN, CORAZZA, 2018). Portanto, a resolução do conflito, a consequente alteração das fronteiras e a criação de novas colônias militares à oeste, por exemplo a Colônia Militar do Iguazu, tornou a Colônia Militar do Chopim obsoleta do ponto de vista estratégico-militar, o que explicaria sua breve existência e a motivação de sua desativação em 1909, passando sua administração aos civis. Como aponta Barros (1980, p. 76)

os objetivos traçados para a fundação e localização da Colônia Militar do Chopim foram alcançados em parte. Este estabelecimento conseguiu fixar a população na região, porém, em 1909, ocorreu a transferência para a administração civil. E essa mudança provocou não só a desorganização do núcleo populacional como também a saída de grande parte da população para outras regiões, ocasionado verdadeiro esvaziamento demográfico.

Em dissertação de mestrado que aborda a história do sudoeste paranaense, Rafael Baldin, amparado pela obra de Sittilo Voltolini, aponta que várias famílias residentes na Colônia Militar de Chopim viriam a compor Villa Nova, atualmente Pato Branco, cerca de cinquenta quilômetros de Chopinzinho. As motivações estavam ligadas a questões como o abandono das vias que ligavam vilas Bela Vista e Palmas à Colônia Militar do Chopim (BALDIN, 2022). Já no ano de 1903, na obra *Pela Fronteira*, publicada no mesmo ano pelo jornal *A Republica* como comemoração dos cinquenta anos de emancipação do Paraná, Domingos Virgílio Nascimento faz apontamentos sobre a situação da Colônia Militar do Chopim (BALDIN, 2022, p. 44). Nascimento (1903, p. 181) aponta que

A importação mais frequente é das fazendas, ferragens e também de gêneros alimentícios, sendo quase nulla a exportação pela falta de vias de comunicação que facilitem o transporte para os centros consumidores.

Portanto, ao fim da Questão de Palmas, perde-se a importância estratégica da Colônia Militar do Chopim. Somado a isso, Villa Nova, atualmente Pato Branco, passa a atrair migrantes de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Dessa forma, podemos afirmar que a colônia teve

funções importantes no sentido estratégico-militar, de colonização da região, porém perdeu essa importância e as infraestruturas que a ligavam a outras regiões favoreceram sua colocação em segundo plano regional.

Obviamente, a Questão de Palmas ajuda a explicar a fundação do que viria a se tornar o município de Chopinzinho, porém não nos dá os entornos dos conflitos agrários que aconteceriam durante o século XX, principalmente em sua segunda metade. Mais do que isso, pretendemos retomar o processo histórico que consideramos essencial para analisar um objeto de estudo que se pode considerar micro histórico: uma ocupação realizada por famílias na comunidade do Lagoão, no interior de Chopinzinho. Para isso, é necessário reconstituirmos, a partir da revisão bibliográfica, várias questões. Elas perpassam a migração de populações ao sudoeste do Paraná, as políticas de colonização do Estado em suas diferentes esferas, as relações entre Estado e empresas colonizadoras, as ações destas últimas, a resistência das famílias para permanência na terra, os conflitos deflagrados na região, as relações econômicas enfocadas na modernização do rural, a formação dos movimentos sociais para, daí sim, iluminar nosso objeto de análise através de um processo de explanação que aborde o contexto da formação de algumas ocupações.

Concluindo este subtópico, compreendemos que a colonização das regiões à oeste de Guarapuava, trataram-se de empreitadas das elites conjuntamente à Coroa Portuguesa. Neste sentido é válido convocarmos a história das elites, não no sentido das biografias coletivas e do método prosopográfico que Heinz (2006) nos aponta, pois não é nossa intenção neste momento. Contudo, o que observamos até aqui é a investida das elites, representada por colonos de Guarapuava e a *Real Expedição*, que lançaram mão de uma *guerra justa* contra os povos originários. Ou seja, estamos compreendendo este processo a partir de uma investida das elites. Veremos no próximo subtópico que trabalhamos em uma perspectiva diferente, por força dos fatos elencados. Se aqui falamos em uma história das elites no seu sentido não de heroicização mas de sua apropriação sem limite de territórios, no próximo subtópico veremos a resistência e enfrentamento direto de posseiros e indígenas contra as elites. Portanto, estaremos convocando as reflexões de pensadores daquilo que foi chamado de *história vista de baixo*.

## 1.2 CONFLITOS AGRÁRIOS NO PARANÁ

Este subtópico abordará alguns conflitos motivados pela disputa de terras e que são importantes para entender a conjuntura política e econômica do Paraná. Os conflitos tratados a seguir possuem diversas ligações. Elas se fazem através de vários fatores: a temporalidade; o

avanço do capitalismo sobre o campo e o processo de modernização agrícola; o conflito entre conglomerados produtivos e sua lógica tanto produtivista quanto perversa sobre os trabalhadores e trabalhadoras do campo; a necessidade da construção de uma matriz energética que pudesse alimentar o crescimento nacional nas décadas de 1970 e 1980, principalmente o setor industrial. Buscamos dar atenção aos fatores que aproximam os conflitos, tendo como objetivo principal criar uma narrativa que os liga direta ou indiretamente à formação de movimentos sociais, sobretudo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, que terá grande importância para entender a emergência da ocupação da Reserva Ambiental da Vila Rural Araucárias, em Chopinzinho, no Paraná, nosso foco inicial de pesquisa.

### **Conflitos agrários no norte do Paraná: a Guerra de Porecatu**

Apesar de se tratar de um conflito que sai de nossa principal região geográfica de estudo, ou seja, o Sudoeste do Paraná, o conflito agrário decorrido em Porecatu, no norte paranaense, liga-se à região por diversas facetas, onde o poder da política institucional e seus atores empoderados utilizaram sua esfera de influência para se beneficiar, principalmente quando os conflitos estiveram relacionados à terra.

Entre as décadas de 1940 e 1950, o norte paranaense foi palco do que a imprensa regional chamou de “Guerra de Porecatu”. O episódio envolveu, segundo Priori (2012, p. 129), primeiramente, o projeto de colonização do sertão paranaense chamado *Marcha Para o Oeste*, onde Getúlio Vargas pretendia ocupar regiões interioranas, fazendo com que milhares de famílias, majoritariamente do Estado de São Paulo, se direcionassem à região e ocupassem terras em uma região onde já haviam pequenas posses que atuavam no cultivo de café e criação de porcos.

O programa *Marcha para o Oeste* levado à cabo por Getúlio Vargas, pretendeu criar *colônias de nacionais* que pudessem consolidar uma integração produtiva entre os grandes centros urbanos e áreas sertanejas. Portanto, trata-se de um projeto político e ideológico centrado no meio rural, pois a integração deveria partir das colônias interioranas, por exemplo Bom Retiro, no sudoeste do Paraná. Nesta linha, é criado o *Território Federal do Iguaçu*, composto por uma faixa de fronteira do oeste de Santa Catarina a Sudoeste do Paraná. Ao assumir o governo através da *revolução de 1930*, Getúlio Vargas nomeou como interventor federal no Paraná o General Mario Tourinho. Logo após a *Revolução de 1930* que, através do decreto n° 300 construído por Mario Tourinho (e que o levaria a deixar o governo por desentendimentos com Getúlio Vargas), retoma grandes áreas que estavam sob a posse da

Companhia Brasileira de Viação e Comércio (BRAVIACO), alegando que tal empresa não poderia deter o controle do Paraná. Com essa agitação e a expectativa de fazerem bons negócios, muitos capitalistas gaúchos passam a se interessar pela região, seja pela oportunidade de negócios, seja pela exaustão das fronteiras agrícolas no Rio Grande do Sul (WACHOWICZ, 1987).

Como aponta Wachowicz (1987), “a partir de 1938, uma série de decretos leis serão baixados pela presidência da República, regulamentando a colonização na faixa dos 150 quilômetros da fronteira”. Wachowicz (1987, p. 116) condensa as determinações, apontando que

A – ao Ministério da Agricultura ficou a responsabilidade de colonizar a faixa de fronteira;

B – os colonos teriam que ser brasileiros natos ou casados com brasileiras;

C – na faixa inicial de 30 km, a propriedade não poderia ultrapassar a 100 hectares;

D – somente poderia ser concedida gratuitamente, a propriedade maior de 25 hectares;

E – a criação de uma Comissão Especial que teria por finalidade rever todas as concessões feitas na região pelos Estados e/ou municípios

F – os Estados e município deveriam fornecer todos os dados sobre as colonizações existentes.

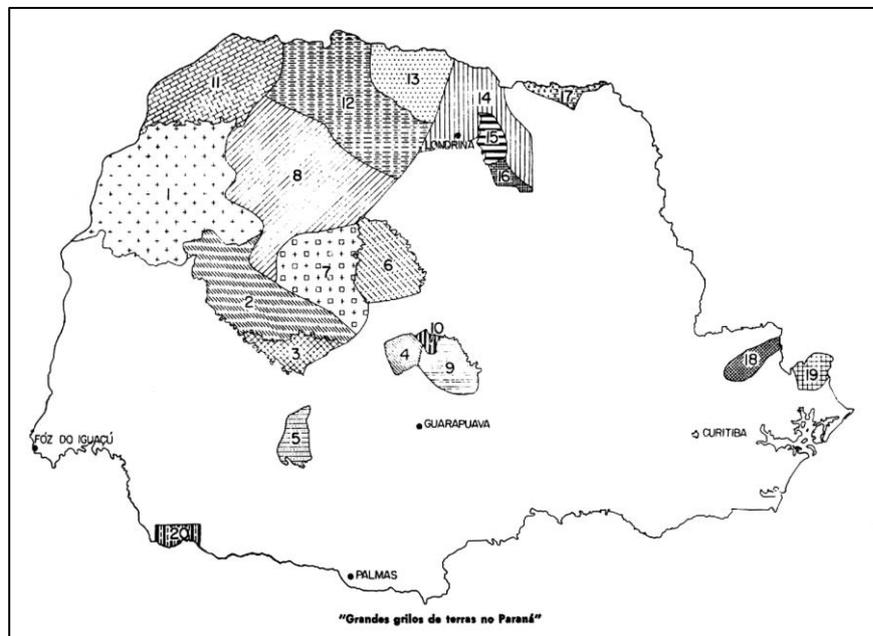
Em 1943, através do decreto lei 5.812 de 13 de setembro de 1943, são criados vários territórios federais, incluindo o Território Federal do Iguaçu, tendo como sua capital o município de Laranjeiras do Sul, mudando seu nome apenas para Iguaçu. Logo em seguida o governo federal passa a planejar a instalação de uma colônia de agricultores na região, a Colônia Nacional General Osório (Cango). Veremos adiante a relação desta instituição com as empresas colonizadoras da região, principalmente ligadas à *Revolta dos Posseiros* (WACHOWICZ, 1987).

Voltemos à questão de Porecatu. A partir de meados de 1940, a presença de grileiros passa a ser uma constante na região. Para Priori (2012, p. 130), “são esses dois agentes sociais – posseiro e grileiro – os personagens de um dos mais importantes conflitos de terra do Estado do Paraná no século XX”.

Diante disto, temos um ponto crucial que se trata da esfera de influência política atuante na região, onde a posse de Moisés Lupion ao governo do Paraná em 1947 possibilita grandes grilos de terras antes de deixar seu cargo. Feres (1990, p. 487) aponta para “a atenção da opinião

pública nacional para os então chamados ‘escândalos dos papa-terras do Paraná’”(FERES, 1990, p. 487). Estes grilos de terra foram acompanhados da venda de glebas para empresas e latifundiários que nutriam o interesse em grandes porções de terra e que passaram a utilizar os documentos de posse da terra para revender, ameaçar e expulsar os posseiros que resistiam, utilizando força paramilitar, como capangas e jagunços contratados. A figura 1 aponta os grilos de terra no Paraná na década de 1960. Nos dá uma ideia da apropriação de terras realizada por sujeitos investidos de poder, como Moises Lupion. A área 5 do mapa corresponde a Laranjeiras do Sul, com 38.000 alqueires paulistas grilados pela empresa Araupel.

Figura 4 – Grandes grilos de terras no Paraná



Fonte: História do Paraná: séculos XIX e XX (PRIORI, 2012, p. 12).

João Bosco Feres (1990, p. 487) ressalta dois elementos que levaram a questão de terras do Norte do Paraná à Assembleia Legislativa do Estado, onde a oposição representada por parlamentares da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), denunciavam os escândalos envolvendo o governo Lupion, do Partido Social Democrático (PSD):

– De um lado, o comportamento do próprio governador do estado, Moisés Lupion, acusado de não só acobertar os atos dos papa-terras, mas de ser, ele mesmo o criador e incentivador dos conflitos, em favor de seus interesses pessoais e de sua clientela política.

– De outro, a intervenção do Partido Comunista, através de militantes enviados à região para tentar organizar política e militarmente a resistência dos posseiros e colonos.

O segundo elemento trazido por Feres (1990) foi de grande importância como fator de organização dos camponeses, que resistiram contra as forças policiais e paramilitares dos jagunços contratados. Assim como Feres (1990), Priori (2012, p. 131) concorda que “com a saída de Manoel Ribas e a posse do novo governador (Moisés Lupion, 1946-1950), ficou mais complicada a situação dos posseiros da região”.

Primeiramente, há que se ressaltar que a resistência camponesa fora inicialmente desorganizada, onde armas comuns eram utilizadas pelos posseiros, sendo uma organização independente de partidos políticos ou movimentos camponeses. Em segundo lugar, as *Ligas Camponesas* tiveram um papel decisivo nos embates de Porecatu.

Centenas de *Ligas Camponesas* surgiram no Brasil entre 1945 e 1947, período este que podemos entender como sendo entre a democratização brasileira pós renúncia de Getúlio Vargas em 1945 e a proscrição partidária do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1947. A renúncia de Getúlio Vargas trouxe a possibilidade de reorganização dos movimentos camponeses, tendo no PCB o único partido que efetivamente buscava engajar e orientar os trabalhadores e trabalhadoras do campo. As barreiras impostas ao sindicalismo rural pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a associação do governo e políticos com os interesses de grandes latifundiários, dificultavam a organização camponesa. Aproveitando uma brecha no Código Civil, militantes do PCB fizeram, entre 1945 e 1947, grandes mobilizações pelo Brasil, tendo como resultado positivo a eleição de vários representantes comunistas à cargos políticos nas assembleias municipais e estaduais. Esse êxito não seria possível sem a participação dos camponeses nas eleições, ainda que o analfabetismo fosse alto em áreas sertanejas (STÉDILE; ESTEVAM, 2012). Desta forma, como aponta Stédile (2012, p. 23), as *Ligas Camponesas*

eram organizações-apêndice da estrutura unitária e centralizada do Partido Comunista. Seu líder era o mesmo do Partido, Luiz Carlos Prestes, que, não poucas vezes, aparecia instalando pessoalmente Ligas Camponesas. A proscrição do Partido Comunista em 1947 significou, principalmente, o fechamento das Ligas Camponesas, e foi no setor rural que ocorreu a maior parte dos assassinatos, prisões e perseguições com que o governo Dutra marcou a adoção daquela medida arbitrária.

Stédile (2012, p. 23–24) faz uma breve análise do período entre 1945 e 1947 sobre os movimentos e organização camponesas, apontando que

– a organização de trabalhadores rurais não somente abarcava os assalariados agrícolas de áreas da agricultura comercial, mas também penetrava em setores camponeses, especialmente os pequenos arrendatários, parceiros e posseiros localizados em quase todos os Estados brasileiros;

– as organizações atuavam segundo as táticas ditadas pelo partido Comunista, que propugnava uma política de acumulação de forças (militares e de eleitores), sob a palavra de ordem de uma unitária e disciplinada aliança operário-camponesa;

– havia uma profunda dependência política dos movimentos camponeses com relação aos movimentos operários das cidades e do campo, dada a preponderância operária entre os dirigentes intermediários do partido, que era o único elemento de catalisação e de orientação dos trabalhadores rurais.

Devemos ressaltar que não apenas os setores da agricultura se articulavam com as *Ligas Camponesas*, pois veremos adiante que a articulação da Guerra de Porecatu irá se dar também com a participação de comerciantes. A primeira organização das *Ligas Camponesas* na região de Porecatu acontece a partir da localidade de Ribeirão do Tenente, onde cerca de 270 famílias organizaram o primeiro grupo de resistência.

Em primeiro momento, a organização da resistência estava centrada nas *Ligas Camponesas*, porém não surtiam efeito diante do encaminhamento ideológico do governo de Lupion, sendo que em 1946 acontece a primeira grande manifestação organizada por *Ligas* da região norte, reunindo cerca de 1500 pessoas que fecharam a estrada entre Presidente Prudente (SP) e Londrina (PR). Tal manifestação ajudou criar um sentimento de unidade entre os posseiros e também a sensibilizar a população urbana sobre a situação que os posseiros enfrentavam na região (PRIORI *et al.*, 2012, p. 131).

A partir da primeira mobilização dos posseiros, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) começa a se envolver por meio do Comitê Municipal de Jaguapitã, notadamente com a participação ativa da família Gajardoni, onde Ângelo Gajardoni teria conduzido o vereador comunista Manoel Jacinto Corrêa até a região, antes mesmo dos conflitos armados. A família Gajardoni troca sua farmácia em Jaguapitã por terras nas margens do Rio Ribeirão Tenente, aproximando suas ações da zona conflituosa. Diante disso, militantes do PCB de Londrina começam a visitar a área, fornecendo provisões aos camponeses e estabelecendo laços com os posseiros, tornando-se mediadores da luta pela terra. O PCB assume a liderança da luta armada em 1948, argumentando que essa é a única maneira de enfrentar as forças policiais e os jagunços. Para Priori (2012, p. 133),

é difícil estabelecer com precisão o que se seguiu imediatamente após a decisão dos posseiros de optarem pela luta armada. Contudo, podemos concluir que o PCB tratou de preparar o terreno para assentar operacionalmente os grupos armados, cujos

embriões já existiam, graças ao Comitê Municipal do Partido em Jaguapitã, por meio de Arildo Gajardoni e das Ligas Camponesas formadas em toda a região, sob a liderança de Hilário Gonçalves Pinha.

O PCB atuou na região para angariar os posseiros à luta armada que, para Priori (2012, p. 134), utilizaram as “atividades de lazer, como o jogo de futebol, a pescaria, o jogo de truco, que sempre enveredavam para o debate político; e a agenda política, por meio das reuniões das Ligas Camponesas, esse sim, fórum privilegiado da discussão política”. No final da década de 1940, o PCB circulou pela região uma proposta de estatuto que ampliava as demandas dos posseiros, incluindo a luta por cultura e educação, pela criação de escolas, pela criação de bibliotecas circulantes, por festas culturais, a luta por créditos bancários que financiassem o plantio, pelo abatimento em consultas médicas, por melhores salários e boas estradas (PRIORI *et al.*, 2012, p. 134).

Como aponta Priori (2012, p. 135–136), a luta estava organizada em duas frentes: uma armada e outra legal. A luta armada se dividia em três grupos em regiões estratégicas e um Quartel General, porém esses grupos contavam com pequenos contingentes, apontando para um número reduzido de pessoas que participaram dos conflitos armados. Estavam armados com espingardas ou carabinas, sendo que as melhores armas eram submetralhadoras calibre 45mm. Porém no desenrolar do conflito estiveram em posse de pistolas, mosquetões, granadas e outras metralhadoras, muitas delas angariadas através de confrontos com jagunços e policiais.

Em 1950, Moyses Lupion ameaçava despejar os posseiros, garantindo assim os acordos com os “seus”. Como apontou Feres (1990), Porecatu tornava-se o foco da agitação política em torno da questão da terra. Uma vez que o escândalo fora denunciado, a oposição política apoiava os posseiros e tentava angariar votos diante da proximidade das eleições ao passo que alguns posseiros lutavam para reverter as “indenizações ao reverso”, que os obrigava a pagar indenizações por danos em propriedades que já ocupavam.

Diante desta situação de resistência e combate dos posseiros frente à polícia e jagunços e, principalmente, o assassinato de um desses jagunços, o governo estadual envia um contingente com cerca de 200 policiais para gerir a situação, mas que foi repelida e deu aos posseiros maior confiança para ocupar as terras. Em 1951, com a posse ao governo do Estado do Paraná de Bento Munhoz da Rocha Neto, do Partido Republicano (PR), e com a já tensa situação da região, o governo tenta abrir canais de comunicação com posseiros que não nutriam confiança no Estado (FERES, 1990).

A situação de conflito armado ficaria tensa até julho de 1951, quando os posseiros aceitam a desistência da invasão de Porecatu, porém sem o compromisso de realizarem o

desarmamento de seus contingentes. Nesta situação, o PCB seria atacado com grande força pela imprensa nacional, que apontou a tentativa de insuflar a luta armada e, conseqüentemente, a revolução, através da violência (FERES, 1990, p. 488–489). Como aponta Feres (1990, p. 488–489),

o envio, pelo governo estadual, de um contingente de 250 soldados para Porecatu, em junho de 1951, conseguiu restabelecer a tranquilidade na região, sem a eclosão da violência que a imprensa previa. Isto, entretanto, só aconteceu depois que o governo estadual, a 15 de março de 1951, declarava *desapropriadas por interesse social, e de utilidade pública*, as terras litigiosas de Porecatu, Jaguapitã e Arapongas, cujos títulos haviam sido expedidos de maneira ilícita pelo governo anterior. Pela primeira vez, registrava-se no Brasil um caso de desapropriação por interesse social. Sinal profético, talvez, pois essa desapropriação apenas ocorreu em conseqüência de um processo extremamente violento de resistência camponesa. As famílias excedentes foram transferidas, às custas do Estado, para as colônias Campo Mourão e Goio-Erê.

Na mesma linha de raciocínio, Feres (1990, p. 490) conclui, dizendo que

Duas lições ficaram das lutas de Porecatu, e estarão, ambas presentes em todas as lutas posteriores por terras: o Estado somente beneficia os camponeses depois de submetidos a intensa pressão e ameaça; o protesto camponês eficiente e vitorioso, será sempre identificado, pela classe dominante, para efeitos de publicidade, com a infiltração comunista.

### **Conflitos agrários no sudoeste do Paraná: a Revolta dos Posseiros de 1957**

Para delinear os conflitos por terra no sudoeste paranaense faz-se necessário abordar também aquilo que ficou conhecido como a Revolta dos Posseiros de 1957, um conflito que envolveu o Estado do Paraná, empresas tanto colonizadoras como madeireiras, proprietários de grandes porções de terra no Sudoeste, indígenas das etnias Kaingang e Guarani, e por fim, os posseiros que entre a expectativa de ter a titulação de suas terras e a violência perpetrada pelos jagunços contratados pelas empresas colonizadoras, lutaram para garantir que suas posses não fossem perdidas.

A Revolta dos Posseiros teve como principal motor dos conflitos as concessões de terras a empresas que levavam a cabo a construção de ferrovias no estado. A Gleba Missões, território que seria disputado, foi concedida primeiramente à Companhia da Estrada de Ferro da empresa *Brazil Railway Company*, sendo posteriormente transferida, em 1917, à Companhia Brasileira de Viação e Comércio (Braviaco), em troca da construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, num total de 425.731 hectares (GOMES, 2005, *apud* POLI, 2016). Porém, ainda no

final do século XIX, quando a questão dos limites territoriais entre Santa Catarina e Paraná ainda não estavam resolvidos, o latifundiário José Rupp recebe uma concessão de terras do Estado de Santa Catarina para extração de madeira e erva-mate que correspondiam às terras transferidas pelo Paraná à Braviaco. A empresa entra com ação em 1920 e busca anular a posse de José Rupp, sendo que Rupp entra com ação de embargo e ganha os direitos de posse em 1925 (POLI, 2016, p. 253).

Em 1930 o governo estadual do Paraná rescinde os contratos com a Braviaco por falta de cumprimento dos termos da construção ferroviária. Em 1940, o governo federal incorpora a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e a *Brazil Railway Company* e todas as terras e benfeitorias numa ação de estratégia nacional do governo Getúlio Vargas. A incorporação da empresa pelo governo federal gera conflitos com a esfera estadual que alega ter a posse das terras por conta da rescisão dos contratos e das concessões da empresa em 1930. Complicando mais a situação, José Rupp recebe, a título de garantia indenizatória do estado, por conta dos prejuízos de não exploração das áreas, a penhora das Glebas Missões e Chopim. Como bem sintetiza Poli (2016, p. 253),

neste momento a Gleba Missões passou a ter três pretendos donos: José Rupp, que ganhou a causa contra a *Brazil Railway Company* em 1925 e garantiu a penhora das terras na justiça, o governo do Estado do Paraná, porque tinha cancelado, em 1930, as concessões feitas em troca do ramal da ferrovia; e o governo federal, porque tinha incorporado ao patrimônio da União todo o patrimônio da empresa. Dessa divergência entre os que se consideravam dono da área da Gleba Missões e de parte da Gleba Chopim é que surgiu todo o processo de conflito agrário que levou ao confronto armado de 1957.

Com a instituição da ditadura do Estado Novo, a Constituição de 1937 reservava 150 quilômetros das fronteiras internacionais para colonização coordenada pelo Ministério da Agricultura e que foram autorizadas pelo Conselho Superior de Segurança Nacional, intrinsecamente ligada ao que ficou conhecido como “Marcha para o Oeste” durante do Governo Getúlio Vargas. Constituindo colônias agrícolas, o governo federal pretendia colonizar regiões estratégicas à integração econômica e defesa nacional, sendo a região sudoeste do Paraná uma dessas áreas a serem “habitadas” (POLI, 2016, p. 254).

A Colônia General Osório (Cango), criada em 1943, compreendia a uma área de 300.000 hectares e que, na época, correspondiam às regiões de Barracão e Santo Antônio. A Cango concedia áreas de 10 a 20 alqueires aos novos colonos ao passo que criava toda uma infraestrutura de apoio, desde ferramentas, casas, escolas, professores e assistência médica àqueles que pretendessem colonizar a região. A estratégia fora bem sucedida, haja vista que em

1956 haviam 2.725 famílias cadastradas com um total populacional de 15.284 (POLI, 2016, p. 254–256).

No entanto, havia um grande conflito de jurisdições, pois como a área permanecia em litígio (por conta da penhora de José Rupp frente a empresa que construía as estradas de ferro) a Cango começa o processo de estruturação da colonização sem poder titular as terras concedidas aos colonos. Nesse contexto, José Rupp transfere seus direitos à Clevelândia Industrial e Comercial Ltda. (Citla) em 1950, que passaria a atuar na região se auto instituindo proprietária das terras e, através de um processo violento, com o uso de jagunços para intimidar os colonos, forçando-os a pagarem por suas posses (POLI, 2016, p. 254–256). Porém, a Citla também era proibida de transferir as terras que comercializava em função da Portaria nº 419, de 1952, que considerava irregular a atuação da colonizadora (POLI, 2016, p. 254–256). Como bem aponta Jaci Poli (2016, p. 256), o conflito passa a se configurar entre objetivos de colonização muito diferentes e diz que

enquanto a CANGO tinha como objetivo a colonização da região através do assentamento de colonos nas terras por ela doadas, a CITLA tinha como principal objetivo a implantação de uma fábrica de celulose na região para exploração da abundância de madeira existente.

Entre 1951 e 1955, a Citla atuou pressionando os colonos para que comprassem as terras ou as abandonasse, porém em uma ação mais discreta. Jaci Poli (2016) embasado em uma interpretação da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assessorar), aponta que as condições políticas em nível estadual não eram favoráveis à Citla, haja vista que o governo já havia agido para que a empresa não pudesse transferir os títulos de terra. Mesmo assim, os colonos, diante da pressão da empresa e a insegurança que a situação causava, acabavam assinando contratos e promissórias que lhe garantissem a posse. É nesse período que os colonos passam a se organizar de maneira reivindicatória em relações diretas com o Estado. Como aponta Poli (2016, p. 259), a partir de 1956, com o início do mandato de Moysés Lupion, que apoiava as ações das empresas colonizadoras, o conflito é cada vez mais tensionado e além da Citla, passam a atuar na região a Companhia Comercial e Agrícola Paraná Ltda e a Companhia Imobiliária Apucarana.

A partir de 1956, com a “carta branca” que o governo estadual de Moysés Lupion dava às empresas colonizadoras e extrativistas, e que fizeram escalar a violência na região, os colonos passam a reagir de forma mais organizada, não apenas de forma reivindicatória, mas com ações de confronto aberto contra os jagunços, chegando a 1957 com a ocupação dos escritórios das empresas e a destruição de promissórias que os colonos assinavam para ter a posse das terras.

Este último fato ocorreu a partir de um sentimento de injustiça e impunidade das ações dos jagunços e teve papel decisivo com a conclamação, através do rádio, de todos aqueles, tanto colonos, comerciantes e profissionais liberais que não aceitavam mais as imposições violentas (POLI, 2016, p. 260–261).

Apesar da luta vitoriosa dos colonos, a situação pós-conflito os deixou sem uma expectativa sobre a resolução da titulação das terras. Jânio Quadros, eleito Presidente da República em 1961 e favorável à causa dos colonos, decreta, em março de 1961, que a Gleba Missões e parte da Gleba Chopim eram de utilidade pública. Em seguida, após a renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart, este último, mesmo nutrindo o receio da população quanto aos boatos relacionados à sua simpatia ao comunismo, leva adiante o processo de titulação e colonização da região. Em 1962, são firmados acordos entre as esferas estadual e federal para mediar os conflitos, culminando na criação do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (Gestop), que realizaria a medição e as tratativas com os posseiros, principalmente aqueles que já haviam se instalado na região e produziam sobre a terra (POLI, 2016, p. 267).

A forma com que o Gestop fez a titulação de compra das terras, beneficiou não apenas as famílias que já haviam se instalado em longa data na região, mas também famílias que recentemente haviam comprado terras de outros colonos. Para Jaci Poli (2016), a Gestop realizou ações concretas que entregaram o título de propriedade a milhares de posseiros da região. Se em 1960, o Sudoeste do Paraná representava 53,77% dos posseiros do estado, na década de 1970 esse número cai para 7,41%. Poli (2016, p. 269) diz que, da mesma forma, “o número de proprietários de terras partiu de 6.342 em 1960 para 41.374 em 1970.

Como observamos até aqui, buscamos tratar de dois conflitos em torno da temática da luta pela terra. Nos dois conflitos, a posição e influência política de Moisés Lupion tornaram-se decisivas para o desenrolar do processo, elevando a tensão social no norte e sudoeste do Paraná e trazendo contornos violentos nestes episódios. Isto posto, podemos compreender o processo a partir da abordagem da história das elites.

A história das elites tem uma longa trajetória e se mescla com a história da historiografia, sendo que o termo *história das elites* traz consigo embates ideológicos travados durante quase todo o século XX, principalmente para se distanciar do conceito de *classe social* utilizado por pensadores marxistas (HEINZ, 2006). Flávio Madureira Heinz (2006, p. 8) aponta alguns cuidados a serem tomados sobre a história das elites, apontando que muitas vezes o termo é usado de forma indistinta, levando alguns historiadores a uma imprecisão que “tornou-se doravante cômoda e, de certa forma, *instrumental*”. Heinz (2006, p. 8) aponta que

de fato, um número crescente de pesquisadores encontra na noção de elite uma forma de se estudar os grupos de indivíduos que ocupam posições-chave em uma sociedade e que dispõem de poderes, de influência e de privilégios inacessíveis ao conjunto de seus membros, ao mesmo tempo que evitam a rigidez inerente às análises fundadas sobre as relações sociais de produção.

A manchete da edição nº 4.721 do jornal Diário do Paraná (1971, p. 1), publicada em 7 de abril de 1971, anunciou que Moisés Lupion teve suas terras confiscadas e apontou

o presidente da República assinou decreto confiscando terras da fazenda Morungava, pertencente ao grupo do sr. Moisés Lupion, bem como todos os imóveis e benfeitorias encontrados na propriedade confiscada e localizada em Arapoti, no Paraná. O decreto assinado pelo presidente Garrastazu Médici foi objeto das investigações procedidas pela CGI e com base no Ato Institucional nº 5 e no Ato Complementar nº 42. Ainda ontem, a Comissão Geral de Investigações distribuiu nota esclarecendo que a medida foi praticada para ressarcimento do desvio de bens pelo grupo Lupion, quando o sr. Moisés Lupion era governador do Paraná, em 1951, com a apropriação indébita da fábrica de papéis pertencentes à União, em Arapoti, causando prejuízos da ordem de Cr\$ 3.700.000,00.

A manchete acima trata de mais um caso envolvendo Lupion e a apropriação econômica feita por ele através de sua posição política. Como abordamos, Moisés Lupion ou, melhor dizendo, o grupo Lupion teve uma passagem emblemática no Paraná. Mandatário por duas vezes, entre 1947-1951 e 1956-1961, Lupion beneficiou-se de sua posição e influência política para garantir-lhe uma ascensão de cunho econômico, sem mencionar o fator social e cultural, caso queiramos trazer à baila a propagação de seu nome através da nomenclatura de escolas no Paraná, por exemplo (PODLASEK, 2018).

Para concluir este subtópico, não de maneira excludente, mas complementar, faremos uma breve reflexão a partir da *história vista de baixo*, de forma que os subtópicos do capítulo possam ser tratados em um linha lógica que vai da *história das elites* ao encontro de uma história onde os protagonistas são os sujeitos que se movimentam a partir de baixo. Jim Sharpe (2011, p. 40) aponta que

durante as duas últimas décadas, vários historiadores, trabalhando em uma ampla variedade de períodos, países e tipos de história, conscientizaram-se do potencial para explorar novas perspectivas do passado (...). Tradicionalmente, a história tem sido encarada, desde os tempos clássicos, como um relato dos feitos dos grandes. O interesse na história social e econômica mais ampla desenvolveu-se no século XIX, mas o principal tema da história continuou sendo a revelação das opiniões políticas da elite.

Sharpe (2011, p. 40) aponta que é “justo dizer que uma declaração séria da possibilidade de transformar essa necessidade em ação só surgiu em 1966, quando Edward Thompson publicou um artigo sobre ‘*The History from below*’ em *The Times Literary Supplement*”. Dessa

forma, ampliaram-se as possibilidades do fazer historiográfico, trazendo uma perspectiva de análise que ia na contramão da história tradicional, a história dos heróis e grandes agentes do Estado. Diante disso, Sharpe (2011, p. 41) aponta que foi possível

abrir novas áreas de pesquisa e, acima de tudo, explorar as experiências históricas daqueles homens e mulheres, cuja existência é tão frequentemente ignorada, tacitamente aceita ou mencionada apenas de passagem na principal corrente da história.

Diante destes apontamentos, é possível observar a inversão feita neste capítulo. Quando falamos da colonização de Guarapuava e, posteriormente, dos Campos de Palmas, compreendemos que estamos falando de uma empreitada movida pelo Imperador, por grandes latifundiários que criavam gado bovino na região e, sobretudo, uma luta tensionada contra aqueles “de baixo”, ou seja, caboclos, posseiros da região e, principalmente, contra os povos originários. Veremos de forma mais abrangente como utilizaremos essa perspectiva da *história vista de baixo*, pois utilizaremos os relatos de trabalhadores e trabalhadoras que se movimentaram, de tal sorte que o fato histórico será compreendido por seus olhares e experiência.

### **Conflitos agrários no oeste do Paraná: Revolta de 1961 e Levante dos Posseiros de Três Barras**

O oeste paranaense foi palco de dois conflitos semelhantes aos conflitos abordados nos dois subtópicos anteriores, que serão trazidos à baila pelo trabalho do historiador Antônio Marcos Myskiw (2020), que se debruçou sobre esses conflitos, de forma que pôde encontrar um panorama que explicasse as relações entre colonos, posseiros, grileiros, empresas colonizadoras e extrativistas que atuaram na região e participaram e até inflamaram os conflitos na região oeste. Portanto, trataremos dos conflitos conhecidos com a *Revolta de 1961* e o *Levante dos Posseiros de Três Barras*.

A *Revolta de 1961* ocorreu nas localidades de Jardinópolis e Flor da Serra que na época do conflito eram distritos de Medianeira, onde as áreas eram comercializadas pela colonizadora Alto Paraná, propriedade de Lauro Camargo, sendo que a Industrial Agrícola Bento Gonçalves Ltda. e a colonizadora Matelândia também exploravam madeira e vendiam terras na Gleba Silva Jardim, que abrangia cerca 76.546 hectares. Na década de 1950, aumentou a chegada de posseiros e colonos, migrantes de regiões coloniais do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, bem como de outras áreas do Paraná e do Brasil, buscando terras férteis, sem conflitos e, no caso

dos gaúchos, terras a um bom preço. Havia também a presença de posseiros brasileiros e argentinos que ocupavam a área desde 1930, que adentraram a região após o fim da *obrage* de Miguel Matte, proprietário de grandes porções de terra com plantações de erva-mate (MYSKIW, 2020).

A colonizadora Matelândia e a Industrial Agrícola Bento Gonçalves, subsidiárias da colonizadora Pinho & Terras Ltda, conseguiram receber os títulos de propriedade das áreas que comercializavam através do governo de Moysés Lupion, em 1956. Para alcançar esse objetivo, os títulos foram expedidos com a denominação “Tucuruvi” e não gleba “Silva Jardim”, gerando uma superposição de títulos, considerando que essa área já havia sido titulada à Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande na década de 1920 e estava sendo objeto de contestação judicial entre o Estado do Paraná e a União (MYSKIW, 2020).

O conflito entre posseiros e supostos proprietários na Gleba Silva Jardim tem início com a ação de manutenção de posse movida por Cândido Musa Telles contra os denominados “invasores”. A alegação era que, ao adquirir 3.459,9 alqueires de terra no lugar denominado Represo Grande e 1.300 alqueires em “Flor da Serra”, Cândido Musa Telles teria se deparado com “intrusos” em suas terras, alguns com posses que vinham sendo trabalhadas a anos, outros com plantações recentes. Para Cândido Musa Telles, os intrusos perturbavam a posse pacífica e legítima, além de explorar a extração de madeira de lei para exportação, constantemente impedidos por tais invasores (MYSKIW, 2020).

Cândido Musa Telles havia adquirido as referidas áreas de Alonso de Carvalho Braga, residente em Curitiba, em 1957. Contestando a ação de manutenção de posse, o posseiro Eduardo Pereira alegava ter comprado a posse de João Amâncio dos Santos e que só o fez porque na Gleba Silva Jardim havia posses com mais de 40 anos. Com o ganho da questão por Cândido Musa Telles, em 1960 foi expedido ofício ao Delegado Regional de Polícia, o Cel. João Rodrigues da Silva Lapa, solicitando escolta policial para acompanhar os oficiais de justiça no cumprimento do mandado judicial originado do Auto de Manutenção de Posse n.º 18, aberto em 1957, entre Cândido Musa Telles e os réus Eduardo Ferreira e outros. De acordo com os depoimentos, Cândido Musa Telles se dizia dono de parte da Gleba Silva Jardim, assim como Lauro Camargo, proprietário da Colonizadora Alto Paraná, sendo que ambos residiam em São Paulo (MYSKIW, 2020). Esta sobreposição de títulos está relacionada com as ações políticas de Moysés Lupion que, como aponta Myskiw (2020, p. 84),

de junho de 1960 a julho de 1961, quando aconteceu o levante, apareceram 13 pessoas se dizendo donas legítimas de parte ou de toda a Gleba Silva Jardim. Enquanto importantes alterações aconteciam no cenário político paranaense, devido à eleição de

Ney Braga em 1960, a referida gleba sofria os efeitos da grande onda titulatória ocorrida no segundo governo de Moysés Lupion, ou da constante ação de grileiros, visto que a maioria daqueles que se diziam donos de parte ou toda a Gleba “Silva Jardim” eram paulistas.

Como na *Revolta dos Posseiros de 1957*, onde as companhias colonizadoras cobravam dos posseiros a terra que estava sob seus pés, Lauro Camargo pressionou os posseiros para que pagassem pelas terras ocupadas ou as desocupassem, gerando resistência por parte dos posseiros.

A tortura sobre José Nildo Pereira eleva a tensão na região e faz com que os posseiros se organizem, chegando ao ponto de fazer uma tocaia contra policiais e jagunços, resultando na morte dos policiais Olívio de Oliveira e José Caetano e também em um longo tiroteio entre policiais, jagunços e posseiros. A situação dos colonos foi resolvida no final da década de 1960, quando funcionários do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e do Departamento de Geografia, Terras e Colonização (DGTC) começaram a fazer reuniões com os colonos, medições e vistorias nas áreas a serem tituladas (MYSKIW, 2020).

O *Levante de Posseiros de Três Barras* ocorreu na área urbana da colônia Timburi, que tinha 103.096 hectares e foi titulada pelo Estado do Paraná à empresa Bellé & Simioni em 1959. A história deste conflito foi levantada pelo historiador Antônio Marcos Myskiw através do Auto de Ação Criminal nº 167/64, onde buscava-se a identificação e punição dos envolvidos em crimes que envolviam “bando armado, constrangimento ilegal, sequestro e cárcere privado, homicídio qualificado e lesões corporais – artigos 288, 146, 148, 121, e 129, do Código Penal Brasileiro” (MYSKIW, 2020, p. 88-89).

Essa colônia estava em disputa judicial entre o Estado do Paraná e a União para determinar quem tinha a autoridade de emitir os títulos de propriedade na faixa de fronteira internacional. O Estado do Paraná também havia expedido um título de propriedade para a Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, denominado “Imóvel Andrada”. Antes do levante, Bellé & Simioni contratou uma equipe de topógrafos e agrimensores para demarcar e medir a colônia Timburi. O objetivo era regularizar a situação dos posseiros e agricultores que ocupavam a área, independentemente de quanto tempo eles estavam lá (MYSKIW, 2020).

João Jesuíno Vaz, funcionário do DGTC, supervisionava os trabalhos de demarcação em Três Barras. Segundo ele e outros agrimensores, eles foram alvos de disparos e represálias verbais dos posseiros desde 15 de julho, enquanto mediam lotes na colônia Timburi. Juvenil Ferreira dos Santos, morador de Santo Izidoro, declarou que a revolta dos posseiros começou a ser organizada no início de julho de 1964 por João Antonio Farias. Myskiw (2020) salienta que

o levante se inspirava na *Revolta dos Posseiros de 1957*, ocorrida no sudoeste do Paraná pois, embora Walter Alberto Pécoits negasse envolvimento, afirmando que estava fora da região durante os eventos, seu nome foi mencionado nos processos, sendo que ele seria um motivador da luta dos posseiros e que tinha conhecimento da situação das terras na região, devido aos conflitos ocorridos em 1957 no sudoeste paranaense. Além de Pécoits, o ex-prefeito de Catanduvas, Augusto Gomes, também fomentava o levante dos posseiros na região (MYSKIW, 2020). Dessa forma, Myskiw (2020, p. 96) ressalta que “o que se desenha com tais circunstâncias era o planejamento previamente pensado de um levante de posseiros, tendo como modelo o levante de posseiros ocorrido na região Sudoeste do Paraná, no ano de 1957”.

Na manhã de 6 de agosto de 1964, os líderes do levante começaram a coagir outros posseiros e agricultores de Três Barras e Santo Izidoro a se juntarem a eles, armando-se e formando barreiras nas estradas. Aqueles que resistissem eram ameaçados de prisão ou morte. Outros colonos também foram obrigados a se juntar aos revoltosos e permanecer em trincheiras nas ruas e estradas, fazendo com que o levante ganhasse em quantidade de posseiros envolvidos (MYSKIW, 2020).

O agrimensor Aduino da Silva Rocha foi preso enquanto caminhava em Três Barras com Clemente Luiz Boaretto e o inspetor de quartirão João Matias Ribeiro. Outros prisioneiros incluíam o topógrafo Vicente Gomidio, o picadeiro Orlando Bueno da Rocha, o comerciante Adão Alves Ferreira, o motorista Luiz Pereira e os irmãos Roque, Egídio e Octacílio Boareto. No mesmo dia, os líderes do levante e outros colonos forçaram a entrada na casa do posseiro Antonio Batista, que se recusou a se juntar ao movimento e foi espancado junto com seu filho, Leonel do Nascimento Batista. Na manhã seguinte, posseiros prenderam outros posseiros e os transportaram para Três Barras, onde um deles, Joaquim Rotille, foi assassinado (MYSKIW, 2020).

Enquanto isso, os prisioneiros mantidos em um hotel em Três Barras estavam sob constante ameaça de morte. Aduino da Silva Rocha relatou que os posseiros discutiam como executá-los, optando por execuções em horários determinados. Na madrugada de 8 de agosto, João Matias Ribeiro foi retirado do hotel e assassinado a tiros. Os posseiros sabiam que as terras tinham títulos irregulares expedidos pelo Estado do Paraná, o que reforçava sua luta pelo reconhecimento do direito de posse. A intervenção da Polícia Militar no levante de Três Barras foi menos violenta comparada a outras ocasiões. Eles agiram para libertar os prisioneiros e acabar com o levante, prendendo 43 pessoas, incluindo colonos que não haviam participado do levante (MYSKIW, 2020).

No contexto dos conflitos agrários, a ocupação de novas fronteiras agrícolas era comum. Colonos oriundos de outras regiões compravam terras de posseiros ou as ocupavam diretamente, muitas vezes trocando armas ou alimentos por terras. O Estado do Paraná e empresas colonizadoras frequentemente titulavam terras de forma irregular, exacerbando os conflitos. A Polícia Militar foi vista como eficiente na repressão ao levante, prendendo 33 pessoas. No entanto, para Myskiw (2020) as ações policiais e judiciais eram parte de uma estratégia maior do regime militar para garantir a segurança nacional e modernizar a agricultura, sendo que as manifestações rurais eram consideradas subversivas e enfrentavam repressão (MYSKIW, 2020).

O processo judicial resultante do levante envolveu longas deliberações. A defesa argumentou que muitos colonos foram obrigados a participar e que os posseiros buscavam apenas defender seus direitos de posse. Em 1967, os réus foram julgados por vários crimes, incluindo homicídio, sequestro e cárcere privado. Alguns réus foram absolvidos, enquanto outros receberam penas de reclusão. A complexidade do caso refletia a tensão entre interesses agrários e a repressão estatal. O promotor público apelou contra as absolvições, mas em 1969 todos os acusados foram absolvidos em um novo julgamento. Esse desfecho exemplificou a ambiguidade do sistema jurídico, onde decisões refletiam compromissos políticos e interesses divergentes. A repressão aos conflitos agrários continuou sendo uma prática comum durante o regime militar, visando controlar a subversão e implementar uma nova ordem econômica no campo (MYSKIW, 2020).

### **Conflitos agrários no sudoeste do Paraná: o caso dos indígenas de Mangueirinha**

No subtópico anterior (1.1) onde abordamos a fundação da Colônia Militar do Chopim, também vimos que os indígenas Kaingang e Guarani que foram sendo empurrados para a região, através da colonização dos Campos de Guarapuava, compuseram parte do grupo de pessoas responsáveis pela fundação da colônia. Eles tiveram papel importante na abertura de matas e dos caminhos que conectariam a colônia a outras localidades. Vimos também que a partir de 1903 tiveram o território reconhecido através de decreto e, desta forma, garantiram um espaço mínimo para reproduzirem sua forma de existência, apesar de estarem rodeados pela colonização branca, que aos poucos tornava mais frequente o contato com indígenas ao passo que restringia seus espaços. Veremos neste subtópico um pouco do conflito gerado pela colonização, pela criação de instituições e visão do Estado sobre os povos indígenas. Além

disso, pela riqueza que as matas protegidas por indígenas, veremos o conflito entre eles e empresas extrativistas, principalmente do setor madeireiro.

Para isto, utilizaremos o trabalho de Eduarda Bertuol (2022), que realizou uma importante pesquisa sobre o conflito em Mangueirinha, levando em questão a memória de líderes indígenas, como Ângelo Kretã, e a resistência indígena para manutenção de seus direitos e territórios. Como aponta Bertuol (2022, p. 55–56), a colonização está no cerne dos conflitos entre colonizadores e indígenas que, segundo ela,

promoveu uma série de violências e exploração das populações indígenas, como extermínio em massa de grupos étnicos, expropriação de territórios, escravização e utilização de mão-de-obra indígena, epistemicídio e subjugação dos conhecimentos e saberes indígenas.

Em 1910 é criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN) que viria a se tornar o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) em 1918. Ainda que pareça, à primeira vista, ser um avanço com relação a proteção dos territórios e da reprodução da existência indígena, o órgão estava atrelado a ideia evolucionista de que o indígena seria integrado à sociedade, transformando-se em um trabalhador rural, baseando-se na ideia de que o indígena era atrasado e passaria de seu “estado natural” para um estado civilizado. Ao longo da primeira metade do século XX, até a extinção do SPI em 1967, o posicionamento do órgão sempre esteve relacionado a ideia de integração do indígena à sociedade, negando-lhe suas formas de reprodução social (BERTUOL, 2022, p. 58–60).

A partir de 1936 os Centros Agrícolas e Povoamentos Indígenas passam por reformulação e tornam-se Postos Indígenas ainda com o objetivo de “integrar” os indígenas à sociedade (BERTUOL, 2022, p. 60). Os Postos Indígenas, ao mesmo tempo em que traziam certa assistência nas áreas da saúde e educação, buscavam um controle sobre aspectos como identidade e costume dos indígenas (BERTUOL, 2022, p. 60–61). Como salienta Bertuol (2022, p. 62),

é possível perceber aqui como se estabeleceram as relações de poder do Estado frente aos povos indígenas na República. A ideia de integração do indígena à sociedade nacional transparece a inferiorização, subjugação e não consideração da cultura desses grupos étnicos enquanto válidos. Dessa forma, a cultura “branca” é considerada a única válida e possível, o ponto de chegada que os povos indígenas devem atingir, enquanto o conjunto de saberes, práticas e culturas indígenas eram condenadas à extinção.

Através da comissão de Inquérito de 1967, são investigadas uma série de violações que ocorriam nos Postos Indígenas, sendo que os resultados apresentados em 1968, pelo que ficou

conhecido como Relatório Figueiredo, deram relevância nacional e internacional ao que ocorria no Brasil sobre a situação dos indígenas. Diante disto, o SPI é extinto em 1967 e em seu lugar é criada a Fundação Nacional do Índio (Funai), que serviu a um propósito dos militares de afastar a imagem negativa após as denúncias realizadas. Da mesma forma, a Funai continuaria a ver os indígenas como atrasados e que deveriam se integrar a sociedade, ao passo que também servia aos propósitos de avanço das fronteiras agrícolas (BERTUOL, 2022, p. 64–65).

Além do problema da visão evolucionista do SPI que perpassa a primeira metade do século XX, há novamente o intermédio da política institucional nos conflitos agrários paranaenses e, como em outros conflitos já mencionados neste capítulo, a questão perpassa as atuações políticas de Moysés Lupion. Governador por dois mandatos no Paraná, o primeiro entre 1946 e 1950 e o segundo entre 1955 e 1959, Lupion utilizou o acesso à máquina pública para o interesse de colonizadoras e madeireiras, sendo que o grupo de qual fez parte, o grupo Lupion, seria beneficiado através da política institucional e causaria uma intensa mudança ambiental. Já no contexto da *Marcha para o Oeste*, com uma lógica de ocupação e colonização das fronteiras agrícolas à oeste, os territórios indígenas sofreram com a diminuição de seus territórios e confronto com uma lógica de modernização (BERTUOL, 2022, p. 83–86). Neste sentido, Bertuol (2022, p. 87) ressalta que o “avanço das colonizadoras no estado não ocorreu de forma isolada, mas articulada ao avanço das serrarias”.

Em 1949, é realizado acordo entre a União e o Governo do Estado do Paraná para regularizar terras indígenas e entregar títulos de propriedade definitivos, porém os critérios do acordo representaram a redução dos territórios, sendo que, com o acordo, o território de Mangueirinha teve uma redução de 17.810 ha para 2.560 ha. Já em 1951 são revogados todos os decretos anteriores, inclusive decreto nº 64 que havia estabelecido o território indígena de Mangueirinha em 1903. Ainda em 1951 é doado à Fundação Paranaense de Colonização e Imigração (FPCI) as parcelas de terra que haviam sido retiradas do território indígena, sendo a Fundação obrigada a realizar os tramites, como medição, demarcação e expedição de títulos aos indígenas. As terras retiradas do território indígena passam a ser comercializadas entre a FPCI e compradores representados por Oswaldo Forte. É a partir deste momento que o esbulho das terras é legitimado, dando abertura à exploração das terras e à violência contra os indígenas (BERTUOL, 2022, p. 87–92).

Não iremos tratar aqui de todos os detalhes que abrangem o conflito entre o Estado, colonizadoras, serrarias e indígenas<sup>4</sup>. Nosso objetivo foi trazer à baila um pouco do conflito gerado entre o interesse de agentes políticos, como Moysés Lupion, que através da máquina pública e do pensamento modernizador da época provocaram intensos conflitos e mudanças ambientais, no caso dos territórios indígenas. Aqui, como em outros conflitos abordados no capítulo, vemos que a atuação da política institucional, principalmente àquela coadunada com grupos voltados à colonização, migração e extrativismo, produziram uma série de conflitos que marcaram a história paranaense.

\* \* \*

Neste capítulo buscamos trazer à baila a formação da Colônia Militar do Chopim a partir dos conflitos entre Brasil e Argentina e explanamos sobre alguns conflitos paranaenses que, apesar de tratarem de regiões diferentes, norte, oeste e sudoeste paranaense, se aproximam em diversos aspectos. Em primeiro lugar, os projetos governamentais da década de 1930, como a “marcha para o oeste”. Em segundo, as disputas que se desenrolaram diante alguns atores: indígenas, posseiros, grileiros, empresas colonizadoras, serrarias e o próprio Estado, sendo este último muitas vezes ligado à grupos de interesse econômico, como o caso de Moysés Lupion. Note que a *Guerra de Porecatu*, a *Revolta dos Posseiros de 1957*, a *Revolta de Posseiros de 1961*, a *Revolta de Posseiros de Três Barras* e o conflito na *Terras Indígenas de Mangueirinha* tiveram suas trajetórias drasticamente alteradas a partir do elemento ideológico, qual seja, o alinhamento de Moisés Lupion com os interesses de empresas colonizadoras e latifundiários próximos a ele, podendo se dizer que a partir dos dois mandatos de Lupion, o primeiro de 1947 a 1951 e o segundo de 1956 a 1960, os interesses dos “grandes” prevaleceram sobre aqueles que não tinham acesso direto à política institucional paranaense. Isto posto, vimos que todos os conflitos acabaram ganhando entornos violentos. Veremos, no próximo capítulo, que a emergência de movimentos sociais de luta pela terra pode ser entendida como uma continuação dessas lutas passadas.

---

<sup>4</sup> Para saber em detalhes o desenvolvimento do conflito, sugerimos a leitura da Dissertação de Mestrado em História de Eduarda Bertuol, *Luta pela terra e resistência indígena no sudoeste do Paraná: a formação do movimento dos Kaingang da Terra Indígena de Mangueirinha (1960-1988)*, defendida em 2022.

## 2 MOVIMENTOS SOCIAIS NO SUDOESTE PARANAENSE

Neste capítulo realizamos algumas reflexões sobre o objeto que nos serve de análise, partindo da literatura que aborda os movimentos sociais, assim como outros autores que ajudam a pensa-los. Aproveitamos para elaborar hipóteses iniciais que nos servem como ponto de partida para uma análise mais acurada sobre o tema, assim com um teste das teorias, ou seja, observando aquilo que nas teorias dos movimentos sociais pode ser utilizado para abordar o objeto de pesquisa assim como aquilo que vá na contramão do mesmo, impossibilitando ou até mesmo barrando uma coerência necessária à produção científica. Temos o entendimento de que algumas teorias utilizadas para esta análise não confluem para direções semelhantes. O que se pretendeu foi utilizar pontos específicos dessas teorias que nos serviram de análise, reconhecendo suas divergências.

Além disso, o leitor observará a utilização, em maior peso, das fontes orais. Também utilizamos fontes produzidas pela imprensa e por instituições governamentais, que nos possibilitaram um cruzamento de informações com as fontes orais, processo não imprescindível à História Oral, mas que projeta maior sustentação do fato histórico.

O recorte temporal, abordado nas reflexões, parte do início da década de 1980 e chega à atualidade buscando uma conexão entre os eventos históricos, sendo que dividimos o capítulo em dois subtópicos, ou momentos. O primeiro momento trata do começo da década de 1980, com a formação do MST e o processo que levou à ocupação da Fazenda Corumbatá<sup>5</sup>, localizada no Município de Chopinzinho, sudoeste do Paraná, onde cerca de 750 famílias<sup>6</sup> promoveram uma ocupação entre novembro de 1986 e início de janeiro de 1987. O segundo momento trata de uma imersão mais profunda na formação do acampamento da Fazenda Corumbatá e de seu despejo, realizado por diferentes forças policiais.

Isto posto, o objetivo é levantar alguns episódios importantes, momentos em que o MST alterou sua forma organizativa e de luta, onde utilizamos o conceito de *repertório* para entender o desenrolar do processo até a reunião de acampamentos na Fazenda Corumbatá.

---

<sup>5</sup> Em algumas fontes também pode aparecer como Fazenda Corimbatá.

<sup>6</sup> Este dado é aproximado, visto que as fontes ora apontam 670 famílias, ora apontam 750. Porém utilizamos o último por ser um dado apresentado em fontes da imprensa e utilizado por BERNARDES (1999). Esta questão voltará a se apresentar mais adiante.

## 2.1 UMA APROXIMAÇÃO DAS TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: AS OPORTUNIDADES E RESTRIÇÕES POLÍTICAS

Georg Simmel é um dos primeiros autores a se debruçar sobre a perspectiva teórico-metodológica dos conflitos sociais. Em seu texto *A Natureza Sociológica do Conflito*, lança um olhar ontológico sobre as relações que envolvem o conflito social. Para Simmel (1983, p. 122), “se toda interação entre homens é uma sociação, o conflito – afinal, uma das mais vívidas interações e que, além disso, não pode ser exercida por um indivíduo apenas – deve certamente ser considerado uma sociação”. Além disso, Simmel não analisou o conflito apenas como uma forma de dualismo em que interpretações da realidade que se chocam, mas como uma forma de unidade, mesmo que ela represente a aniquilação de um dos sujeitos envolvidos no conflito. Ao nosso ver, essa forma de interpretar o conflito parte de uma análise *dialética*. Isso porquê trata-se de uma interação conflituosa – que poderíamos entendê-la como um conflito entre *tese* e *antítese* – que gera uma transformação social, ou síntese social. O próprio Simmel (1983, p. 123) utiliza os termos quando aponta que “essa natureza aparece de modo mais claro quando se compreende que ambas as formas de relação – a antitética e a convergente – são fundamentalmente diferentes da mera indiferença entre dois ou mais indivíduos ou grupos”.

Costumamos pensar que Estados Nacionais que mantêm regimes democráticos, com maiores níveis de liberdade política e de expressão social, onde os atores sociais podem criticar seus governantes abertamente, favorecem maiores possibilidades de confronto político e fazem emergir movimentos sociais das mais diversas naturezas. Porém, a prática social é mais dinâmica e contradiz essa premissa que passou a fazer parte do senso comum. Isso não quer dizer que Estados que moderam o uso da força repressiva policial contra manifestações, anulam as motivações dos manifestantes. Essa reflexão, elaborada por Tarrow (2009), vem ao encontro do nosso primeiro momento, haja vista que o contexto político do início dos anos 1980, apesar da abertura democrática crescente, era de uma Ditadura Militar. Dito isto, precisamos apresentar um primeiro panorama político, social e cultural, para abordarmos o surgimento do Mastes e do MST a partir daquilo que Tarrow (2009) chamou de *oportunidades e restrições políticas*.

Esta reflexão proposta por Tarrow parte de alguns questionamentos de base e que podemos, para efeito genérico, resumir em uma questão: o que leva as pessoas a saírem às ruas e se mobilizarem? Sobre essa questão, Tarrow (2009, p. 99) apontou que os protestos, mobilizações e o confronto, estão relacionados mais a “oportunidades de ação coletiva – e limitado por restrições a ela – do que por fatores sociais e econômicos persistentes experimentados pelas pessoas”. Em linhas gerais, isso quer dizer que as oportunidades de ação

são experimentadas pelas pessoas, que veem na conjuntura política a possibilidade do agir e que, se não agirem, podem perder oportunidades ou mesmo sofrerem perdas sociais significativas para suas vidas. Isso descola o confronto de situações políticas meramente pelo sentido estrutural, das privações materiais e riscos de subsistência de classes menos abastadas.

Como ressalta Tarrow (2009, p. 100) – e ao contrário do senso comum exposto anteriormente – o confronto político que emerge das oportunidades é mais presente quando regimes políticos mais fechados dão sinais de afrouxamento das restrições. Mas, apesar disso, Tarrow (2009, p. 100) aponta que “o que varia muito no tempo e no espaço são os níveis e tipos de oportunidades com que as pessoas se deparam, as restrições em sua liberdade de ação e a percepção de ameaças a seus interesses e ações”. Sobre a questão das ameaças, Sydney Tarrow, Charles Tilly e Doug McAdam (2009, p. 107) apontam que

ameaças são a antinomia lógica de oportunidades e poucos desafiantes arriscariam perder suas vidas ou ficar gravemente feridos se não temessem a inação. Mas as ameaças podem, tão facilmente quanto a ação coletiva, produzir ressentimentos ocultos. Apenas quando a ameaça é acompanhada da percepção de oportunidades para a ação e é considerada potencialmente irreversível se não for impedida, que os desafiantes se arriscarão ao que frequentemente acaba sendo uma derrota heroica.

As oportunidades políticas são abertas para diversos grupos, apesar de que, em certos momentos elas não sejam perceptíveis para alguns deles. Os movimentos, segundo Tarrow (2009, p. 106), surgem “porque as condições de mobilização cresceram no sistema político em geral”, possibilitando ações unificadas de grupos que partilham de objetivos semelhantes. Para entendermos a relação dessa reflexão com o objeto em análise, é necessária uma abordagem da conjuntura que possibilitou a formação do MST. Neste primeiro momento, nos detemos a este processo e como ele proporcionou uma confluência de acampamentos da região sudoeste do Paraná, na Fazenda Corumbatá, interior de Chopinzinho. Para isso, utilizamos algumas reflexões que nos ajudaram a pensar teoricamente tanto o capitalismo quanto sua relação com a política brasileira e, sobretudo, a estrutura fundiária paranaense.

Ellen Wood (2001), em seu livro *A origem do Capitalismo*, analisou várias vertentes que buscaram explicar a emergência do capitalismo e seu desenvolvimento, sendo seu objetivo principal combater uma narrativa em que se defende que o capitalismo, como modo de produção, seria a forma mais acabada e natural das relações humanas. Para a autora, mesmo que para seu desenvolvimento foram necessárias as estruturas comerciais do feudalismo e outras formas de produção da antiguidade, o capitalismo é apenas um resultado entre vários outros possíveis e que poderiam ter emergido em seu lugar, citando exemplos de formações

diversas, como a Itália Renascentista e do Absolutismo na França que, para ela, representam exemplos dessas diversificações sociais produzidas pelo feudalismo. O desenvolvimento do capitalismo e sua expansão como modo de produção dominante foram, segundo a autora, um resultado de um sistema capitalista nascente que tornou a pressão concorrencial na agricultura um fator que impôs aos estados, que resistiam através de outros modos de produção, sua entrada no capitalismo (WOOD, 2001).

A cultura ocidental busca calcar o nascimento do capitalismo nos centros urbanos, bastando dizer que algumas formas de Estado, com suas formações sociais, políticas e culturais peculiares, como o Estado francês pré-revolução (1789), eram barreiras ao desenvolvimento *natural* do capitalismo, como se as redes comerciais urbanas e sua expansão externa sofressem do entrave político que amarrava suas ansiedades capitalistas, ou mesmo, a vontade burguesa do progresso. Contra isso, contra essa impulsividade ocidental de pensar o capitalismo como um destino natural e até uma inclinação humana para o comércio, Wood (2001, p. 77) aponta que as origens do capitalismo não são nem uma inclinação humana e muito menos um destino da humanidade como forma econômica acabada, apontando que o capitalismo “não nasceu na cidade, mas no campo, num lugar muito específico e em época muito recente da história humana”. Wood (2001, p. 77) também aponta que para o domínio do capitalismo como modo de produção, “não precisou de uma simples extensão ou expansão do escambo e da troca, mas de uma transformação completa das relações e práticas humanas mais fundamentais, de um rompimento com antiquíssimos padrões de interação humana com a natureza”.

A diferença básica entre as sociedades pré-capitalistas e capitalistas é, para Ellen Wood, que as formas de produção foram alteradas, gerando pelo menos duas classes: produtores e apropriadores. Nas sociedades pré-capitalistas, certamente encontram-se divisões de classes, onde os produtores tem seu excedente apropriado por classes dominantes, que possuem acesso privilegiado ao sistema político, ou pelo próprio Estado que detêm formas coercitivas, como o aparato militar. Cabe lembrar que estes dois fatores citados anteriormente, Estado e classes dominantes, normalmente andam de mãos dadas. Mas o fator importante é que nas sociedades pré-capitalistas, onde normalmente a classe que sofria da apropriação de seu excedente eram os camponeses, estes detinham seus próprios meio de produção, ou seja, a terra (WOOD, 2001). Como aponta Wood (2001, p. 77–78), “somente no capitalismo é que o modo de apropriação dominante baseia-se na desapropriação dos produtores diretos legalmente livres, cujo trabalho excedente é apropriado por meios puramente ‘econômicos’”. Para Wood (2001, p. 78),

como os produtores diretos, no capitalismo plenamente desenvolvido, são desprovidos da propriedade, e como seu único acesso aos meios de produção aos requisitos de sua própria reprodução e até os meios de seu próprio trabalho é a venda de sua capacidade de trabalho em troca de um salário, os capitalistas podem apropriar-se do trabalho excedente dos trabalhadores sem uma coerção direta.

Neste momento, entra em jogo um “novo” fator: o “mercado”. Apesar do “mercado” estar presente na história humana desde os tempos mais longínquos e das formas mais variadas possíveis, no capitalismo ele ganha função determinante e gera forte dependência tanto para aquele que se apropria da força de trabalho e seu excedente produzido como para quem vende sua força de trabalho. Nas palavras de Wood (2001, p. 78),

assim como trabalhadores dependem do mercado para vender sua mão-de-obra como mercadoria, os capitalistas dependem dele para comprar a força de trabalho e os meios de produção, bem como para realizar seus lucros, vendendo os produtos ou serviços produzidos pelos trabalhadores. Essa dependência do mercado confere a este um papel sem precedentes nas sociedades capitalistas, não apenas como um simples mecanismo de troca ou distribuição, mas como o determinante e regulador principal da reprodução social. A emergência do mercado como determinante da reprodução social pressupõe sua penetração na produção mais básica da vida: o alimento.

A autora faz esta explanação sobre a lógica tanto das mudanças no modo de produção e do fator “mercado” como determinante das relações de produção, para apontar a agricultura como a raiz do capitalismo e dessa lógica que se tornará predominante, ao ponto que terá suas raízes transpostas para outros setores de produção e, posteriormente, mundializada. Esse movimento de progressão é o cerne do capitalismo, ao ponto de alguns autores chamarem atualmente essa expansão de *capitalismo tardio*<sup>7</sup>. Essa dependência do sistema ao mercado, faz com que a lógica competitiva e de maximização dos lucros não conheça limites ao seu crescimento. Com isso, esse processo que abarca os estados ao modo de produção capitalista, faz com que o mercado e sua lógica concorrencial leve a uma expansão ilimitada, que precisa se renovar durante o desenvolvimento das forças produtivas, aumentando cada vez mais a área de atuação da economia de um Estado para outros territórios e, progressivamente, em todos os ambientes da vida humana. É essa lógica concorrencial e de maximização dos lucros mediada pelo mercado em que Wood irá encontrar uma raiz do modo de produção. Para Wood (2001, p. 79) é primeiramente na agricultura que isso irá atingir de forma sistemática e compulsiva, onde a autora elabora a seguinte questão:

---

<sup>7</sup> O conceito de *capitalismo tardio* refere-se a etapa atual do capitalismo, onde as relações de produção são ampliadas e levadas às últimas consequências. A ruptura de barreiras internacionais de relações trabalhistas, como a uberização do trabalho, ou mesmo as novas tecnologias que proporcionam a reprodução capitalista como o mínimo de força de trabalho empregado, podem adentrar dentro do conceito de *capitalismo tardio*.

Dado que os produtores foram explorados pelos apropriadores durante milênios, de maneiras não capitalistas, antes do advento do capitalismo, e dado que os mercados também existiram “desde tempos imemoriais” e em quase toda parte, como foi que produtores e apropriadores, assim como a relação entre eles, passaram a ser tão dependentes do mercado?

Mesmo a partir do século XVII, em várias partes da Europa as lógicas de mercado não existiam, contando apenas com uma lógica de “comprar barato e vender caro” em outros mercados. Com um comércio internacional voltado ao transporte, as mercadorias de luxo voltadas às demandas das elites predominavam e não havia uma produção direcionada para as massas, com produtos baratos, bem como por mais que os produtos agrícolas pudessem ser negociados à longas distâncias, este comércio ainda obedecia a mesma lógica, não havendo nem uma concorrência interna nos estados, nem produção direcionada a eficiência dos custos. Em linhas gerais, não havia uma produção voltada aos custos de produção, na eficiência da produção de mais-valia e realização do capital, bem como a grande maioria dos camponeses detinha o acesso aos meios de produção, sem a necessidade generalizada de vender sua força de trabalho (WOOD, 2001, p. 80–81).

Porém, a Inglaterra do século XVI passava a apresentar uma forma de produzir diametralmente oposta àquelas que ainda dominavam grande parte do mundo. Cada vez mais em um processo de centralização do Estado, a Inglaterra passava a ter uma rede de infraestrutura incomum à sua época e Londres tornava-se um forte eixo comercial. Além disso, a centralização de terras estava avançada com relação aos seus vizinhos, significando também que a terra era altamente trabalhada através de arrendamentos por conta dos cercamentos que passavam a se tornar uma lógica comum na Inglaterra. Se, por um lado, os aristocratas, pela centralização e desfragmentação e centralização do Estado inglês, estão desprovidos de formas extraeconômicas<sup>8</sup> de apropriação dos bens alheios, por outro podiam realizar esta apropriação diretamente do arrendatário, aquele que pela terra entrega seus excedentes, mas não possui a terra diretamente (WOOD, 2001). Para Wood (2001, p. 83),

neste arranjo, os latifundiários tinham um forte incentivo para estimular – e, sempre que possível, obrigar – seus arrendatários a descobrirem meios de aumentar a produção. Nesse aspecto, eram fundamentalmente diferentes dos aristocratas rentistas cuja riqueza, ao longo da história, dependeu da extorsão do excedente dos camponeses por meio da simples coação, e que ampliavam seu poder de extorsão do excedente não pelo aumento da produtividade dos produtores diretos, mas aprimorando seus próprios poderes coercitivos – militares, jurídicos e políticos.

---

<sup>8</sup> Formas diretas de extorsão econômica, como o uso da violência. Wood (2001) traz esse termo de Karl Marx para diferenciar as formas sociais da Inglaterra e França nos séculos XVI, XVII e XVIII.

Essa lógica de produtividade, que se inicia pioneiramente na Inglaterra do século XVI, torna-se um imperativo de mercado, ou seja, um imperativo tanto de pressão do mercado de arrendamentos controlados, principalmente, por latifundiários sobre os arrendatários e também uma lógica de mercado que passa a ser um imperativo no mercado consumidor. A pena de não ser competitivo nesta conjuntura por um lado era a perda da terra pelo proprietário (aquele proprietário que era ao mesmo tempo produtor), e por outro o não acesso a terras pelo arrendatário, ou seja, aquele camponês que dependia da terra alheia. Diante deste arranjo, todos os envolvidos no processo produtivo agrícola passam a depender das lógicas de mercado, ao passo que o pensamento sobre a eficiência produtiva, ou *melhoramento* do processo, torna-se uma regra para a própria reprodução social. Inclusive, Wood (2001, p. 87–88) explica que o termo *melhoramento* esteve ligado, primeiramente, à lucratividade da terra, sendo vastamente utilizado em processos judiciais que, muitas vezes, estavam claramente influenciados pelo pensamento de uma época que estabelecia a *exclusividade* da terra em detrimento de camponeses que, por séculos, utilizaram a terra de forma comunal na Inglaterra e que garantiam sua reprodução social desta forma. Neste caso, o camponês e suas formas tradicionais de cultivar a terra de maneira comunal, eram vistos como uma barreira ao desenvolvimento técnico da agricultura.

Portanto, tem-se também uma lógica de acumulação inteiramente nova a partir da necessidade de sobrevivência, principalmente dos arrendatários, porém a partir da agricultura e não dos centros urbanos. Obviamente, esta forma inteiramente nova também afetou a relação de classes dentro da Inglaterra e gerou diversos conflitos sociais. Os direitos *consuetudinários* eram suplantados pouco a pouco pela onda de pensadores, juristas, políticos e governantes que defendiam o *melhoramento* (WOOD, 2001). Como aponta Wood (2001, p. 87), “o importante é que o desenvolvimento de um mercado nacional competitivo foi um corolário, e não uma causa, do capitalismo e da sociedade de mercado”.

Obviamente, não precisamos ir longe para auferir o resultado deste processo que se deu início na agricultura inglesa. Em um município como Chopinzinho, bastaria olharmos pela janela (no momento em que este trabalho está sendo escrito) para notar a agricultura extensiva, o uso intensivo de maquinários agrícolas jogando agrotóxicos sobre as plantas e colhendo “seus frutos”. Essa reflexão exposta por Wood (2001) foi necessária para pensarmos na “racionalidade” posta ao mundo a partir do nascimento do capitalismo na agricultura inglesa. Isto posto, podemos pensar – apesar da distância temporal que nos separa daquela Inglaterra onde se desenvolveram lógicas compulsivas de mercado – o caso da estrutura fundiária

brasileira e, sobretudo, paranaense, como uma contradição dessa lógica “racional” na agricultura.

Segundo Oliveira (2001), no Brasil o capitalismo se desenvolveu, sobretudo durante a Ditadura Militar, transformando os capitalistas industriais em latifundiários. Neste sentido, a burguesia não se desenvolveu de forma que rompesse com uma lógica privatista e rentista da terra, mas ao contrário, solidificou uma estrutura agrária de centralização da terra. Para Oliveira (2001, p. 186–187)

a concentração da propriedade privada da terra no Brasil não pode ser compreendida como uma excrescência à lógica do desenvolvimento capitalista. Ao contrário, ela é parte constitutiva do capitalismo que aqui se desenvolve. Um capitalismo que revela contraditoriamente sua face dupla: uma moderna no verso e outra atrasada no reverso. É por isso minha insistência na tese de que a concentração fundiária no Brasil tem características *sui generis* na história mundial. Em nenhum momento da história da humanidade houve propriedades privadas com a extensão das encontradas no Brasil. A soma da área ocupada pelas 27 maiores propriedade privadas no país é igual à superfície total ocupada pelo estado de São Paulo, ou, se for somada à área ocupada pelas 300 maiores propriedades privadas no país, ela equivale a duas vezes a superfície total deste mesmo estado.

Não há dúvidas de que a agricultura brasileira representa uma parcela significativa da economia brasileira, sendo atualmente abarcada pela modernização e tecnificação agrícola. Porém, esta modernização esconde, sobre o manto do “agro é tech, agro é pop”, uma realidade que não é nada moderna, mesmo que comparada àquela Inglaterra dos séculos XVI e XVII de que Wood (2001) nos falou. Aquela Inglaterra do século XVI em diante, (apensar de significar o grande “ponta pé” do capitalismo às custas da proletarização de um campesinato que viu destruídas suas formas de dar sentido à vida, principalmente através da agricultura) utilizou os cercamentos para pôr em prática uma “racionalidade” técnica à sua época, de tal sorte que alavancou a aquele país a potência mundial e, não por coincidência, onde o desenvolvimento industrial fora adiantado se comparada a seus vizinhos europeus.

Obviamente, quando falamos das transformações mundiais sobre o manto do capitalismo, devemos entender que a Inglaterra, por exemplo, só chegou ao patamar de potência mundial através dos sistemas escravocratas que geraram, ao mesmo tempo, tamanha riqueza e destruição, principalmente no continente africano e latino americano. A destruição da forma com que se produziam os sentidos, os símbolos e a cultura em geral, além de proporcionar uma “régua” de civilizações e produzir o sentido de *modernidade*, são fatores essenciais para pensar essa dinâmica (QUIJANO, 2000).

O Brasil de que falamos, apesar de “moderno” em sua agricultura, quando analisado de perto, apresenta características extremamente peculiares e atrasadas com relação ao processo

de desenvolvimento capitalista. Ou seja, estamos dizendo que a “racionalidade” brasileira da agricultura, comparada àquela da Inglaterra, vai na contramão do sentido produtivo ou, em alguns períodos, a produtividade a qualquer custo. Mas essa é uma característica própria ao capitalismo. A concepção de Oliveira (2001, p. 185) é que, no caso brasileiro,

o capitalismo atua desenvolvendo simultaneamente, na direção da implantação do trabalho assalariado, no campo em várias culturas e diferentes áreas do país, como ocorre, por exemplo, na cultura da cana-de-açúcar, da laranja, da soja etc. Por outro lado, este mesmo capital desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa. Isto quer dizer que parto também do pressuposto de que o camponês não é um sujeito social de fora do capitalismo, mas um sujeito social de dentro dele.

Oliveira (2001) tece suas reflexões partindo do ponto de que o capitalismo no Brasil é desigual e contraditório, fazendo frente tanto às concepções que afirmam o fim do campesinato, bem como, utilizando o exemplo do Projeto Jari, levado à cabo pelo estadunidense Daniel Keith Ludwig e que tinha por objetivo a produção de celulose e arroz em larga escala<sup>9</sup>, aponta para o papel do arranjo político brasileiro, sobretudo na Ditadura Militar, como um aporte da apropriação de terras por empresas privadas e, no caso do Vale do Jari, a internacionalização da Amazônia. Desta forma, veremos que esta contradição do capitalismo está diretamente ligada ao nosso objeto de pesquisa. No relato abaixo, a sensibilidade vem à tona diante deste processo:

Não tinha mais o que fazer. Eu desempregado, trabalhava por dia, pagando aluguel, meu piá meio doente, era neném. Isso está fazendo 19 anos mais ou menos, que o piá está fazendo 21. Deve estar fazendo uns 20 anos isso. Que daí nós íamos perder esse piá. E foi onde eu aluguei uma casa e deixei eles e disse “vou atrás de uma casa pra mim”. Daí eu fui ali na BR. Montei o acampamento, fiz 3 barracos e de noite fazia fogo nos 3 barracos com nó de pinho e corria pro meio do soja, me enrolava em uma lona e dormia lá no meio do soja do seu Orfelino Boschi. Ali eu sofri. Fiquei um mês, 30 dias bem certinho dessa maneira<sup>10</sup>.

Nota-se que no relato acima, que aponta uma determinada vivência de José Evalter Dalmazzo nas margens da PR-281, em 2004, uma oportunidades de entender esta desigualdade contraditória, ou mesmo, o Brasil em sua face de ornitorrinco, nas palavras de Francisco de Oliveira (2003). De um lado, temos a plantação extensiva de soja no Paraná, de outro lado, esta mesma plantação servindo de refúgio para um sujeito que lutou durante boa parte da vida para ter um pedaço de terra. Esta triste história está envolta e conectada diretamente à modernização agrícola e ao agronegócio instaurado no Paraná. Vejamos, então, de onde vem esta contradição

<sup>9</sup> Para uma pesquisa mais abrangente sobre o Projeto Jari, ver CAMARGO, 2015.

<sup>10</sup> Entrevista concedida por Evalter José Dalmazzo.

e suas relações com a questão agrária brasileira e mesmo a estrutura fundiária paranaense dentro de suas contradições.

Primeiramente, é necessário trazer à baila alguns dados compilados por Oliveira (2001, p. 187) e que apontam tanto a desigualdade referente à concentração de terras, mas também um panorama do começo do século XXI:

Os dados referentes a 1992, divulgados pelo Incra (4), mostravam que havia no Brasil 3.114.898 imóveis rurais e, entre eles, 43.956 (2,4%) com área acima de mil hectares, ocupando 165.756.665 hectares. Enquanto isso, outros 2.628.819 imóveis (84,4%), com área inferior a 100 hectares, ocupavam apenas 59.283.651 hectares (17,9%). Estudos realizados revelam que se o Incra aplicasse na totalidade os preceitos da Lei 8.624, que define o que é terra produtiva e improdutiva no país, teríamos algo em torno de 115.054.000 hectares (20% da área total) como propriedades improdutivas. O Atlas Fundiário Brasileiro, publicado pelo Incra, indicava que 62,4% da área dos imóveis cadastrados fora classificada como não-produtiva e apenas 28,3% como produtiva. (...) A lógica contraditória é uma só: o desenvolvimento capitalista que concentra a terra, concomitantemente, empurra uma parcela cada vez maior da população para as áreas urbanas, gerando nas mesmas uma massa cada vez maior de pobres e miseráveis.

Delgado reflete sobre a Questão Agrária, que passa a ser debatida no cenário político brasileiro de forma sistemática a partir da década de 1960, de forma que haviam quatro grupos dedicados, nas mais variadas posições ideológicas, a debater a questão. Delgado (2005, p. 23) traz à baila quatro importantes articuladores desse debate, entre eles: “o Partido Comunista Brasileiro (PCB); setores reformistas da Igreja Católica, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e os economistas conservadores”.

O período de 1960 em diante e, sobretudo, o período da Ditadura Militar, é de extrema importância para entender nosso objeto de pesquisa e fazermos diferenciações de temporalidade. O golpe militar de 1964 teve, como uma de suas sustentações, uma ofensiva diretamente ligada à “Questão Agrária” e as reformas de base de João Goulart, que abria os caminhos para o debate sério sobre a reforma agrária. Após o golpe é a ala conservadora, prostrada em torno de Delfim Neto e economistas da Universidade de São Paulo (USP), que colocará suas ideias em prática, dominando o debate pela força da ditadura e derrotando uma ala à esquerda, por exemplo, Caio Prado Junior e Ignácio Rangel do PCB e também Celso Furtado, principal representante cepalino do debate sobre a “Questão Agrária”. Apesar do Estatuto da Terra de 1964 ter um esforço para tê-lo posto em prática, principalmente (e ironicamente) por Castelo Branco, as pressões do grupo conservador iriam direcionar as atenções sobre a agricultura de um modo em que questões importantes ficaram em segundo plano, como as relações de trabalho e conflitos sociais no campo (DELGADO, 2005).

A partir do pensamento prevalescente da ala conservadora, passa a se pensar em uma modernização agrícola sem reforma agrária, deixando de lado o debate sobre a estrutura fundiária e quaisquer questões relacionadas ao campesinato. Delgado (2005, p. 30) aponta que o pensamento econômico brasileiro guiou-se pelo *funcionalismo* norte-americano, concentrando as atenções em

(a) liberar mão-de-obra para a indústria; (b) gerar oferta adequada de alimentos; (c) suprir matérias primas para indústrias; (d) elevar as exportações agrícolas; (e) transferir renda real para o setor urbano. Assim, somente se reconheceria problemas ali onde algumas dessas funções não estivessem sendo sistemática e adequadamente atendidas. (...) Atendidas as funções básicas, imaginados para uma agricultura genérica, sem pressões estruturais sobre o Índice Geral de Preços, a Balança Comercial, e a Produção Industrial, não haveria porque falar em crise do ou no setor primário.

Nota-se, pela citação acima, que a questão das relações de trabalho agrícola ficaria em segundo plano, porém nas décadas seguintes (1965 – 1982) se aprofundaria o drama do campesinato brasileiro, causando uma brutal desigualdade que não afetaria apenas o meio rural. Após a chegada de Delfin Neto ao Ministério da Fazenda em 1967, ele “começa a implementar o Sistema Nacional de Crédito Rural como principal estrutura de fomento à produção agropecuária” (2005, p. 33). Este sistema de crédito foi fundamental para o processo de modernização agrícola, onde os projetos sobre a agricultura teriam foco na balança comercial, baseada no controle de preços, salário real, superávit comercial das exportações e na modernização técnica da agricultura, havendo entre 1965 e 1982 um aumento significativo tanto nos insumos industriais, como fertilizantes e corretivos de solo, por exemplo, como também nos implementos e máquinas agrícolas, como tratores e outros equipamentos (DELGADO, 2005). Para Delgado (2005, p. 34), este período constituiu-se uma “‘idade de ouro’ do desenvolvimento de uma agricultura capitalista em integração com a economia industrial e urbana e com o setor externo, sob forte mediação financeira do setor público”. Porém Delgado (2005, p. 38) enfatiza que

no período da "modernização conservadora" serão reassimiladas em programas e projetos especiais, os quais garantem ao latifúndio a obtenção de inúmeras linhas de apoio e defesa na nova estrutura de defesa fiscal e financeira do setor rural. A valorização extraordinária dos patrimônios territoriais, muito além do crescimento real da economia, é um sinal conservador desse projeto de modernização.

Apesar do ciclo de modernização “bem sucedido”, o que elevou o nível técnico e capacidade de produção agrícola brasileira, a década de 1980 reservava turbulências gigantescas. A moratória mexicana de 1982, ao mesmo tempo revelou a crise do México e da

América Latina com relação à dívida externa (a modernização agrícola teve um peso grande na dívida externa brasileira) e também abriu uma trajetória de interferência e regulação internacional das economias latino americanas. Sob o controle forçados exigido pelo Fundo Monetário Internacional, o Brasil, assim como seus vizinhos, direcionaria as políticas econômicas à era da austeridade, para regular a balança comercial e conseguir “apoio” dos investimentos internacionais. As restrições internas e externas de ordem macroeconômica não resolveram o problema da dívida externa, assim como prolongaram o endividamento (DELGADO, 2005).

Ao mesmo tempo que o fim da ditadura, com o processo de abertura política e redemocratização, dá folga aos movimentos sociais que lutavam pela terra, como o MST, a política de austeridade buscava um retorno do ciclo econômico favorável até 1982. Isso significaria que o setor primário, o agrícola, deveria ser um importante fator de regulação dos saldos comerciais e do balanceamento de superávit. Portanto, mesmo com o retorno ao cenário político da pauta da Reforma Agrária com Tancredo Neves, a “ordem” econômica estava diametralmente oposta à importância dos camponeses e muito menos aos problemas da estrutura fundiária, que centralizava as terras em grandes latifúndios e, ao mesmo tempo, ampliava a questão dos trabalhadores rurais sem-terra (DELGADO, 2005).

Como apontaremos em outro momento desta pesquisa, é neste momento que o MST irá crescer de forma territorializada e que criará, ao mesmo tempo (mesmo que não de forma homogênea), uma certa unificação do movimento, se expandindo por outras regiões do país. Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2001) chamara esse processo, entendendo-o desde o período colonial, onde a escravidão ainda era estabelecida como base do sistema produtivo brasileiro, de *A longa marcha do campesinato brasileiro*. Ele entende este desenvolvimento das lutas camponesas de forma estrutural, de forma que a lógica do desenvolvimento capitalista moderno é o eixo central de suas reflexões. O fio condutor de Oliveira (2001, p. 1) para analisar esta *Longa Marcha* está fundamentado de forma que

ao abordá-la, deixo claro que minha compreensão a respeito da lógica do desenvolvimento capitalista moderno está calcada no entendimento de que tal desenvolvimento se faz de forma desigual e contraditória. Ou seja, parto do princípio de que o desenvolvimento do capitalismo – e a sua conseqüente expansão no campo – se faz de forma heterogênea, complexa e, portanto, plural. Este quadro de referência teórica, por conseqüência, está no oposto daquele que vê a expansão homogênea, total e absoluta do trabalho assalariado no campo com característica fundante do capitalismo moderno. Dessa forma, penso que o capital trabalha com o movimento contraditório da desigualdade no processo de seu desenvolvimento. No caso brasileiro, o capitalismo atua desenvolvendo simultaneamente, na direção da implantação do trabalho assalariado, no campo em várias culturas e diferentes áreas do país, como ocorre, por exemplo, na cultura da cana-de-açúcar, da laranja, da soja

etc. Por outro lado, este mesmo capital desenvolve de forma articulada e contraditória a produção camponesa. Isto quer dizer que parto também do pressuposto de que o camponês não é um sujeito social de fora do capitalismo, mas um sujeito social de dentro dele.

Primeiramente, há que se entender ao que nos referimos quando abordamos a formação ou gestação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Seguimos a abordagem de Fernandes (1999, p. 40), onde aponta que

de 1979 a 1984 aconteceu o processo de gestação do MST. Chamamos de gestação o movimento iniciado desde a gênese, que reuniu e articulou as primeiras experiências de ocupações de terra, bem como as reuniões e os encontros que proporcionaram, em 1984, o nascimento do MST ao ser fundado oficialmente pelos trabalhadores em seu Primeiro Encontro Nacional, realizado nos dias 21 a 24 de janeiro, em Cascavel, no estado do Paraná. Em, 1985, de 29 a 31 de janeiro, os sem-terra realizaram o Primeiro Congresso, principiando o processo de territorialização do MST pelo Brasil.

A formação do MST está intimamente interligada às políticas econômicas de desenvolvimento agropecuário, levadas à cabo na década de 1970, pela Ditadura Empresarial-Militar. Através de um sistema de créditos e subsídios, o governo financiou o desenvolvimento de uma agricultura baseada na grande propriedade e que teve impactos significativos tanto no meio ambiente e na lógica da agricultura – a alteração das culturas plantadas e a sua lógica extensiva – como impactos sociais, sobretudo àquelas camadas sociais que formavam as pequenas propriedades rurais. Esse processo, que ficou conhecido como *modernização conservadora*, levou a um balanceamento social desfavorável, ocasionando a concentração fundiária e, posteriormente, seria um motor de conflitos agrários (FERNANDES, 1999, p. 42).

Um fator importante à formação do MST foi o papel da Igreja Católica, com as Comunidades Eclesiais de Base criando espaços de socialização e conscientização das massas a respeito da conjuntura política e econômica, fazendo frente ao projeto modernizador da agricultura. Fernandes (1999, p. 39) aponta que a Comissão Pastoral da Terra foi a “articuladora das diferentes experiências que construíram uma nova realidade no campo”.

Sobre esse ponto de “articulação”, cabe ressaltar que o papel da Igreja Católica é melhor caracterizado pelo conceito, ou unidade de análise, *mediação*. Recentemente, Vieira (2021), analisando a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra do Sudoeste do Paraná (Mastes), apontou que tanto a Igreja Católica quanto partidos políticos e sindicatos, tiveram um papel de mediação, não no sentido de uma tutela ou filtro da conjuntura política ou até mesmo de organização do camponeses, mas de uma ação conjunta de troca de experiências e de formação mútua, em um processo dialético, tanto dos camponeses como outras instituições que se fizeram presentes na luta agrária. De tal sorte, que o Mastes e, posteriormente, o MST,

vão autonomizar suas ações e criar progressiva independência frente às abordagens religiosas e influência de partidos e sindicato.

Outro ponto de grande relevância foi o projeto dos governos militares com relação à matriz energética. A construção de barragens na região sudoeste, centro-sul e extremo oeste foi um dos grandes propulsores das ocupações, pois as indenizações pelo alagamento das terras, quando pagas, tinham valor a baixo do mercado, inviabilizando a permanência dos camponeses na terra. Sobre isso, compreendemos que há um tensionamento das ações do governo com relação à modernização energética, ao passo que estamos adentrando no período de abertura política no sentido das *oportunidades e restrições políticas* que Tarrow (2009) nos aponta.

Como aponta Serra (2009), os movimentos sociais de luta pela terra no Paraná, tem uma forma de emergência diferente com relação ao Rio Grande do Sul, que nos deteremos mais adiante. Antes mesmo da formação do MST e, podemos dizer, no mesmo período em que aconteciam as primeiras movimentações em Nonoai, no Rio Grande do Sul, no Paraná, o principal propulsor da emergência dos movimentos foi a construção de barragens. Para Serra (2009, p. 19), foram vários os elementos que possibilitaram a emergência das movimentações no Paraná, apontando os seguintes elementos:

1 - A abertura política do regime militar, no final dos anos 1970. Mesmo parcialmente, a liberação do regime ditatorial imposto pelo golpe de 1964 vai permitir a livre manifestação do pensamento e com isso passa a haver alguma condição para a articulação do movimento camponês.

2 - A inversão do papel da Igreja Católica em relação ao homem do campo. Em lugar da defesa intransigente da família e da propriedade, como historicamente vinha fazendo, a Igreja assume a opção pelos pobres e oprimidos e, com isso, passa a se identificar com o problema dos posseiros, dos empregados rurais e dos pequenos proprietários, bem como com suas formas de luta.

3 - A modernização da agricultura. Ao concentrar a propriedade da terra, ao expulsar e expropriar trabalhadores rurais, ao criar as bases do desenvolvimento capitalista no campo, a modernização acabou originando focos de tensão social que, por sua vez vão justificar a reação camponesa.

4 - A construção de barragens de usinas hidrelétricas. Da mesma forma como ocorreu com o processo de modernização da agricultura, a construção de barragens leva à expulsão de grandes contingentes de trabalhadores, retirados de seus empregos e de suas pequenas propriedades para a construção dos reservatórios das usinas.

5 - A retomada das discussões em torno da Reforma Agrária em nível nacional. A partir da segunda metade dos anos 1970, a Reforma se transforma em jargão político e abre caminho para a participação dos trabalhadores nas discussões, boa parte delas afunilada para a montagem do texto do (frustrado) Plano Nacional de Reforma Agrária.

Note, o elemento “1” pode ser entendido dentro daquilo que Tarrow (2009) chamou de *oportunidades e restrições políticas* para a emergência dos movimentos. O elemento “2”, pode ser entendido dentro daquilo que Vieira (2021) apontou sobre as *mediações* entre instituições e movimentos em formações, por exemplo. A reportagem do jornal *O Estado de São Paulo*, inserida no *Boletim Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)* (O Estado de São Paulo, 1979 apud PARANÁ, 1979, p. 43), nos aponta diretamente para isto:

PARANÁ: Desapropriados no Paraná pedem mais pelas terras

Cerca de 170 famílias de colonos dos municípios de Chopinzinho e Laranjeiras do Sul, que têm propriedades na região que será alagada para formação do reservatório da usina de Salto Santiago, em construção pela Eletrosul no rio Iguaçu, no sudoeste paranaense, puderam reclamar judicialmente o valor real da terra se a empresa, até o dia 10 de agosto – prazo máximo para negociação amigável –, não elevar as ofertas que vem fazendo para a desapropriação. Esta possibilidade foi levantada, ontem, em Curitiba, durante encontro de representantes da Comissão Pastoral do paraná e proprietários da região.

A fonte acima nos aponta a comunicao da Comissão Pastoral da Terra (CPT) com trabalhadores e trabalhadoras que seriam afetadas pela construo das barragens, além de apontar a tensão entre esses sujeitos e a Eletrosul que não demonstrava interesse em negociar com os agricultores. Para Serra (2009, p. 20),

o caso Santiago se constituiu em derrota para os agricultores, mas serviu de alerta. Pouco tempo depois, a propósito, a história do baixo valor das indenizaes são não se repetiu na construo de outra usina, a Hidrelétrica de Itaipu porque os agricultores estavam cientes do que havia acontecido em Salto Santiago e resolveram se organizar. O valor das indenizaes das terras, anunciado pela Itaipu Binacional, responsável pela construo e explorao da usina, foi igualmente considerado aquém dos preços de mercado. Os proprietários, na sua maioria pequenos, não aceitaram e com o apoio das igrejas Católica e Luterana, através da CPT – Comissão Pastoral da Terra, decidiram estabelecer uma luta organizada para exigir indenizaes mais justas.

O caso de Salto Santiago foi um laboratório para o movimento *Justiça e Terra* que surgiria com a construo da Usina de Itaipu Binacional. Nos deteremos  formao dos movimentos regionais paranaenses de luta pela terra mais adiante.

A relao entre ditadura e *oportunidades e restries políticas*  clara em fins da década de 1970 e início da década de 1980. Um conceito importante  o de *ciclos de confronto*, onde Tarrow (2009, p. 181) diz que “seja qual for a origem das reivindicaes do confronto, são as oportunidades e restries políticas que as transformam em ao”. Para Tarrow (2009, p. 181), as oportunidades e restries políticas

produzem movimentos sociais disponibilizando conhecimento e repertórios flexíveis de confronto; desenvolvendo quadros interpretativos de ação coletiva e identidades coletivas, e construindo estruturas de mobilização em torno de redes sociais e de organizações. Embora as oportunidades e restrições em seus ambientes deem aos desafiantes incentivos para a mobilização, são os seus recursos culturais, organizacionais e práticos que constituem a base dos movimentos sociais.

Maria da Gloria Gohn (2020) situa a história dos movimentos sociais brasileiros em, pelo menos, cinco ciclos de confronto. Para este momento, nos interessa os dois primeiros ciclos apontados pela socióloga. Para ela, o *primeiro ciclo* está associado diretamente com a resistência contra o regime militar e o tensionamento imposto, como o Ato Institucional nº 5, por exemplo. Trata-se de um ciclo dentro de uma conjuntura com forte controle social, ao passo que a resistência busca reestruturar a democracia brasileira. Gohn (2020, p. 96) aponta que

movimentos pela Anistia a exilados e presos políticos, movimentos advindos das Comunidades Eclesiais de Base, movimentos do novo sindicalismo do ABCD paulista e outras regiões, movimentos populares de mulheres em bairros da periferia por creches, ou de moradores por transportes coletivos, ou por postos de saúde, tudo isso criou o contexto de um novo ciclo de lutas na sociedade brasileira.

O segundo ciclo apontado por Gohn (2020) vai da transição para a redemocratização até a Constituição de 1988. É neste ciclo que Gohn (2020, p. 98) insere a Associação Nacional Movimentos Populares (Anampos), a Central Nacional de Movimentos populares (Conam), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), as Diretas Já e o processo da Constituinte de 1985-1988. Isto posto, compreendemos que o MST está inserido em uma miríade de movimentações sociais e que, de certa forma, estruturavam um contexto em que demandas sociais das mais diversas frentes lutavam e tensionavam o governo a partir de uma abertura política, ou seja, estes movimentos aproveitam a abertura política ou veem, na conjuntura social, *oportunidades e restrições políticas*. Veremos agora a emergência do MST a partir do Rio Grande do Sul e a emergência de movimentos regionais de luta pela terra no Paraná.

Ponto crucial para o desenrolar da luta agrária começa com a expulsão de colonos por indígenas Kaingang em Nonoai, no Rio Grande do Sul. A ocupação da Reserva Indígena de Nonoai por colonos já acontecia desde 1940, sendo a luta intensificada a partir de 1974 e tendo como auge a expulsão de 1800 famílias em maio de 1978. Aos colonos expulsos e agora sem-terra, lhes restava, segundo Fernandes (1999), três alternativas: “1) migrar para os projetos de colonização da Amazônia; 2) tornar-se assalariados de empresas agropecuárias ou de indústrias, migando para as cidades, e 3) lutar pela terra no estado do Rio Grande do Sul” (FERNANDES, 1999, p. 41).

Sem organização definida, os colonos passam a realizar ocupações em terras públicas de Ronda Alta e Rondinha, o que abriu comunicação com o Governo do Estado que prometeu o assentamento quando realizada a reforma agrária. Porém, a estratégia do governo federal era transferir os colonos para o Mato Grosso, no projeto de colonização Terranova. Em Ronda Alta, cerca de cinco famílias são abrigadas pelo padre Arnildo, que em uma leitura da Bíblia, especialmente o livro do Êxodo, passa a fazer reflexões com os colonos e estes a entender que eles também buscavam a terra prometida e eram também o Povo de Deus, o que também criaria uma mística do movimento. Com isso, clareava a ideia de que a luta pela terra deveria ser organizada e feita no próprio Rio Grande do Sul, de forma coletiva. Em 1979, os colonos se organizam, produzem um abaixo-assinado reivindicando os assentamentos e ameaçam ocupar novamente a fazenda Sarandi. Este episódio gera uma brecha em que os colonos, a partir de audiência com o governador, conseguem o compromisso do Estado em assentá-los, o que não viria a acontecer tão cedo (FERNANDES, 1999, pp. 41-42).

Na madrugada de 7 de setembro os sem-terra ocupam a Gleba Macali e posteriormente a Gleba Brilhante, ambas em Ronda Alta. Após a autorização do governo para que os colonos plantassem em parte da área e da retirada da Brigada Militar que fazia o cerco, a ocupação da Gleba Macali ficava marcada como uma conquista dos trabalhadores rurais sem-terra e proporcionaria outras ocupações, não só no Rio Grande do Sul, mas em diversos estados em que se almejava a terra prometida. São muitos os processos de experiência de luta pela terra que, após os primeiros acampamentos no Rio Grande do Sul, conformam, organizam, e gestam uma alternativa de confronto ao modelo político e econômico e que criam uma identidade entre os trabalhadores rurais sem-terra (FERNANDES, 1999). Um deles é o acampamento Natalino, porém não nos deteremos a ele. Neste sentido, não abordaremos o processo de formação do MST no conjunto ao longo da década de 1980, mas nos concentraremos na formação do Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste do Paraná (Mastes) e sua relação com o que seria o MST.

Sobre os dados de população residentes em assentamentos no Paraná, Elir Battisti (2006, p. 78) traz um levantamento importante feito pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES) em 1989, indicando que mais de 50% dos sem-terra do Paraná eram da região Sudoeste e, mais do que isso, eram “filhos ou netos de agricultores que participaram do movimento de 1957, ficando evidente a marca da resistência, herança de gerações que lutaram contra a expropriação”.

Com relação ao dado trazido por Battisti é necessário trazer uma crítica à análise de fontes empreendida pelo autor. Provavelmente, Battisti utilizou o relatório *Assentamentos rurais*

no Paraná, um relatório detalhado sobre a situação dos assentamentos paranaenses e compilado na obra de 1992, um trabalho que “se restringe a uma recuperação e a um registro da história recente do processo de assentamento rural no Paraná” (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 1992, p. 18). O dado apresentado por Battisti (2006) não está errado, porém há um super dimensionamento do mesmo. Vejamos o trecho utilizado por Battisti (2006), contido no texto do Ipardes:

Setenta e um por cento das pessoas são nascidas no Paraná, sendo que 65,4% no Sudoeste e 31,6% no Oeste: a maioria destes tem menos de 25 anos de idade. Nascidos em outros estados, são 28,6%, sendo a maioria no Rio Grande do Sul e com mais de 20 anos (tabela A.7.45). Apesar da predominância de paranaenses, vale ressaltar que um grande número é descendente das famílias que fizeram parte do movimento migratório iniciado no Rio Grande do Sul e que colonizou o oeste de Santa Catarina e, na sequência, o Sudoeste e o Oeste do Paraná. **De alguma forma, sofreram as consequências das lutas pela terra empreendidas por seus familiares no decorrer da década de 50, podendo-se mesmo considerar esse movimento quase como uma continuidade da mesma luta** (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 1992, p. 137).

O superdimensionamento realizado por Battisti (2006) refere-se, provavelmente, a um equívoco na interpretação das fontes, pois tais dados referem-se apenas ao Assentamento Vitória, em Cascavel/PR, não podendo ser utilizado para o Estado do Paraná como um todo, ainda que a maioria dos sem-terra paranaenses sejam advindos do sudoeste paranaense. Desta forma, também não podemos inferir que 50% dos sem-terra do Paraná são filhos ou netos de pessoas que participaram diretamente da *Revolta dos Posseiros* de 1957. Outrossim, podemos entender que grande parte das famílias que migraram do Rio Grande do Sul para Santa Catarina e, posteriormente, para o Paraná, são famílias motivadas por diversos fatores, a falta de terras para seus filhos, netos e que, em algum momento, estiveram em alguma situação de conflito relacionado à terra. Entretanto, é lógico entendermos que, pelo alcance territorial que envolveu a *Revolta dos Posseiros*, podemos relacioná-lo a movimentos de luta pela terra, como o MST, em um sentido de continuidade tanto dos conflitos agrários como a continuidade, agora sim *natural*, de um processo de exploração e desapropriação que o capitalismo promove.

Feres (1990) também faz um apontamento importante sobre os agricultores da região sudoeste do Paraná. Ele aponta que ao menos duas categorias passam a emergir e que formavam um contingente com cerca de 40.000 famílias sem-terra. A primeira categoria tratava-se dos *encostados*, filhos que trabalhavam com a família e que já estavam na região há algumas gerações. A segunda categoria tratava-se dos *adventícios*, famílias de agricultores que vinham de outras regiões ou de outros estados e que buscavam novas terras para trabalhar, seja pela expropriação forçadas nos conflitos com colonizadoras, seja pelo fechamento das fronteiras

agrícolas sulistas ou também pela construção de barragens para construção de usinas hidrelétricas (FERES, 1990, p. 558).

A construção de barragens e os processos de modernização agrícola no estado vão levar ao desaparecimento, apenas na década de 1970, de cerca de 100 mil propriedades rurais (MARTINS, José de Souza, 1993, p. 138), levando consigo pequenos proprietários, mas também aqueles que exerciam seu trabalho no campo como parceiros, meeiros, arrendatários, entre outros.

Em 1978 a Comissão Pastoral da Terra (CPT), passa a organizar, juntamente com sindicatos de trabalhadores rurais, comunidades que iriam formar o Movimento Justiça e Terra. A construção da barragem de Itaipu, levou cerca de 2 mil trabalhadores a protestar e agir, através da formação de acampamentos, contra as baixas indenizações propostas pelo governo. A organização dos trabalhadores surtiu efeito, levando ao aumento dos valores das indenizações, mas também o assentamento de algumas famílias em áreas próximas, como Toledo e Arapoti. A proposta do governo federal, assim como no caso do Rio Grande do Sul, era levar os trabalhadores do Paraná para projetos de colonização no Mato Grosso ou regiões ao norte do país, como no estado do Acre. Em 1981, a CPT passa a cadastrar as famílias que haviam sido expulsas da terra, gerando um cadastro com cerca de 6 mil famílias que queriam lutar pela terra no próprio estado. Este cadastro formaria, posteriormente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra do Oeste do Paraná (Mastro) (FERNANDES, 1999, p. 55–56). Nesta esteira, viriam a se organizar os movimentos regionais que formariam o MST do Paraná. Como aponta Fernandes (1999, p. 56),

assim, nos anos de 1982 e 83, surgiram vários movimentos sociais em diversas regiões do estado: o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Sudoeste do Paraná – MASTES; o Movimento dos Agricultores Sem-Terra no Norte do Paraná – MASTEN; o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Centro - Oeste do Paraná – MASTRECO e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Litoral do Paraná – MASTEL.

Sobre a atuação do Mastes na região em análise, Darci Veber<sup>11</sup> lembra que entre 1984 e 1985 havia um acampamento nas margens da PR-281 entre a Linha Rural de São Francisco, localizada no município de Chopinzinho, e o município de São João. Como acampado naquela época, ele relata que haviam cerca de 300 famílias ligadas ao Mastes ou ao Mastro (ele não recorda ao certo) e que, sabendo da desapropriação de uma área com cerca de 531 hectares (BRASIL, 1985) na linha rural Bugre, em Chopinzinho, reuniram um grupo de famílias para

---

<sup>11</sup> Entrevista concedida por Darci Veber.

ocupar a área. Ele relata que, na época, o prefeito do município de Chopinzinho, Albino Scolaro (PTB), queria colocar os “seus” na terra, causando revolta entre os sem-terra que agiram prontamente para ocupar e montar o acampamento. Houveram estratégias de desmobilizar o acampamento, principalmente bloqueando a entrada e saída de pessoas e também cargas de alimentos para os acampados. Hoje, Darci Veber representa uma das 31 famílias que foram assentadas e ainda permanecem na área. Deste fato, cabe ressaltar hipoteticamente que possivelmente o restante das famílias acampadas iria compor parte do acampamento na Fazenda Corumbatá, analisada no subtópico 2.2.

Mas não apenas a reação das instituições de repressão do Estado era preocupante. Era um momento em que os latifundiários passavam a tensionar e colocar tons agressivos em seus discursos. Mais do que isso, esses discursos eram veiculados por rádios locais que, corriqueiramente, tinham como donos os próprios latifundiários. A edição de junho de 1985 do *Jornal dos Trabalhadores Sem-Terra* enfatizava: “Fazendeiros estão se armando” (FAZENDEIROS ESTÃO SE ARMANDO, 1985). A reportagem aponta, embasada pelo discurso de Kit Abdalla, um médico latifundiário e presidente do Conselho da Sociedade Rural do Sudoeste, que fazendeiros, industriais e pecuaristas estavam criando a *Pastoral da Propriedade*, uma instituição de proprietários de terras e produtores altamente religiosos e ideológicos. No programa da Rádio Educadora, de Francisco Beltrão, o latifundiário Kit Abdalla escarnecia, dizendo que “daqui por diante estão avisados os senhores invasores, marxistas, comunistas que, quem invadir terras, terá que se ver com a nossa guarda armada” e lança sua ameaça: “se as autoridades não agirem contra as invasões, logo vai correr sangue” (FAZENDEIROS ESTÃO SE ARMANDO, 1985). Na mesma edição são relatadas ameaças de morte ao líder sindical de Chopinzinho, Olívio Bertella, que se mostrava favorável a luta dos trabalhadores.

Por outro lado, os trabalhadores tensionavam e cobravam o assentamento prometido em 1982 por José Richa, na ocasião candidato a governador. Na edição de agosto, o *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra* apontava que

nos acampamentos de Marmeleiro, Salto do Lontra e Chopinzinho, os lavradores sem-terra não falam em outra coisa senão na demora do governo do Estado em buscar uma solução. Já foram realizadas três reuniões com representantes do governo e nada ficou decidido. Essa demora, segundo os sem-terra, contraria as promessas feitas por José Richa (PMDB) em 1982, quando o candidato a governador, de resolver os problemas fundiários do Paraná dando terra para os que nela querem trabalhar (A ESPERA DA REFORMA AGRÁRIA, 1985).

No segundo semestre de 1985, o MST organizou três acampamentos na região sudoeste, nos municípios de “Salto do Lontra (setecentas famílias), Marmeleiro (quinhentas e cinquenta famílias) e Chopinzinho (duzentas e cinquenta famílias)” (FERNANDES, 1999, p. 144). Além desses acampamentos, os relatos de entrevista oral e fontes de imprensa apontam para acampamentos menores em Mangueirinha, Coronel Vivida, São Jorge D’Oeste e São João. A ideia era promover uma pressão contra o governo, porém neste momento as ocupações eram feitas nas margens de rodovias ou próximas às fazendas almejadas que, ou haviam sido desapropriadas ou era tidas como certas para desapropriação. A ação surtia efeito, porém não gerava uma situação de emergência aos olhos do governo estadual. A situação foi tensionada mais ainda quando

em março de 1986, uma comissão formada por representantes dos acampamentos, ocupou a Superintendência em Curitiba e formalizaram uma agenda com a assinatura de um acordo para o assentamento de todas as famílias acampadas até o final do ano de 1986. Todavia, com as mudanças no Ministério de Reforma e do Desenvolvimento Agrário – MIRAD - e a saída do então ministro Nelson Ribeiro e sua equipe, a agenda não foi cumprida, rompendo como o acordo assinado (FERNANDES, 1999, p. 144).

Em junho de 1986 haviam, segundo o *Jornal dos Trabalhadores Sem-Terra*, trinta e dois acampamentos no Paraná, totalizando cerca de cinco mil famílias. A edição de junho de 1986 do *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, apontava a preocupação com as mudanças realizadas no Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad), onde a boa relação que haviam construído com o ministro Néelson Ribeiro e sua equipe, ocasionando inclusive um acordo que previa o assentamento de quatro mil famílias até o final de 1986, estava abalada pelas mudanças que retiraram o ministro de atuação. Com isso, os acampados, percebendo que o acordo não seria cumprido, passaram a agir. Com a manchete “Acampados querem acordo cumprido”, a reportagem aponta que

como os assentamentos não foram feitos, esses lavradores se organizaram em acampamentos e agora começam a se ligar ao Movimento dos Sem Terra do Paraná. Os seis novos acampamentos estão localizados nos municípios de Mangueirinha, Coronel Vivida, São João, São Jorge do Oeste e Chopinzinho (ACAMPADOS QUEREM ACORDO CUMPRIDO, 1986).

Em julho de 1986 o movimento organiza um acampamento em frente do Palácio Iguazu, sede do governo estadual em Curitiba, reunindo cerca de cem pessoas que iriam representar os acampamentos. A intenção era pressionar o governo para que as negociações fossem retomadas, porém o movimento, vendo a inação do governo, passa a entender que a ação deveria passar dos acampamentos em margens de rodovias para as ocupações nas fazendas almejadas. Para

isso, o MST começa a reunir acampamentos da região para realizar ocupações massivas, com o objetivo de ocupar e resistir (FERNANDES, 1999, p. 145).

Ocupar e resistir era a palavra de ordem e a única forma encontrada para conquistar a terra. Sem ocupação as negociações não avançavam. O impasse estava criado: as áreas desapropriadas só seriam conquistadas com ocupação e resistência. Para negociar os assentamentos eram necessárias as ocupações e o enfrentamento (FERNANDES, 1999, p. 145).

Essa perspectiva surgiu, principalmente, do modelo de organização criado pelas experiências da ocupação da Fazenda Annoni, em Marmeleiro, mas, sobretudo, da Fazenda Imaribo, em Mangueirinha, a partir de 1984. A ocupação da Annoni (homônima àquela do Rio Grande do Sul) fez com que os sem-terra percebessem a necessidade de organização e da pressão pela quantidade de famílias envolvidas. Já a ocupação da Imaribo, representou um acúmulo de experiências que produziu a necessidade e aplicação de uma organização mais concreta dos acampamentos. Fizeram uma intensa campanha de propagandas para ganhar apoio da sociedade e forçar a desapropriação da fazenda. Porém, mais do que isso, é nesse momento que o movimento passa a idealizar a organização de forma eficiente, chegando a uma proposta em que as discussões eram feitas por grupos de famílias divididas pelos municípios de origem, estruturando o acampamento em comissões diversas, que deveriam promover uma estrutura de resistência e permanência na terra. Daí surgiu a divisão por comissões que se encarregariam das necessidades do acampamento, como: segurança, higiene, mobilização de recursos, educação e cuidado das crianças, religiosidade, alimentação, enfim, aquilo que proporcionaria a eficácia e permanência do acampamento. Essa experiência organizativa formaria e estruturaria a vida da comunidade (FERES, 1990, p. 563–564).

Entretanto, o que viria a seguir minaria as expectativas de resistência dos acampados. Essa nova perspectiva de organização, mas principalmente a nova forma de pressão que criava um clima de emergência com as ocupações em fazendas, afastaria o movimento dos partidos locais, assim como o apoio de prefeituras. O acampamento em frente à sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Curitiba, rendeu a desapropriação da fazenda Imaribo em janeiro de 1985 e, enquanto o assentamento não saía do papel, os acampados já formavam sua própria ideia de assentamento. A partir desse momento, a estratégia de ocupar fazendas e forçar a desapropriação ganha força e gera boas expectativas entre os acampados, porém radicaliza a ação e gera uma perda de apoio da sociedade (FERNANDES, 1999, p. 565–566). Como aponta Feres (1990, p. 566),

as autoridades municipais são as primeiras a se distanciar dos métodos dos sem-terras. Os três grandes acampamentos encontram enormes dificuldades em se manter. A coordenação central do Movimento dos Sem Terra perde-se no novo mar de necessidades urgentes: de um lado, há o assentamento da Imaríbo, sendo iniciado, em condições muito precárias; de outro lado há toda a campanha necessária na busca de apoio para os acampamentos existentes; e há ainda todo o trabalho de base a ser continuado com os sem-terras mobilizados nas comunidades e ainda não acampados, mas preparando-se para desencadear novas ocupações. Esse excesso de demandas força o Movimento dos Sem Terra a se concentrar na manutenção dos acampamentos existentes, abandonando praticamente, as outras frentes de luta. O assentamento de Mangueirinha, urna vez distribuídos os lotes individuais, começa a dar sinais de enfraquecimento da mística coletiva, chegando mesmo a uma clara divisão entre *individualistas e socialistas* dentro do assentamento.

Esse enfraquecimento gerado pelas divergências nos acampamentos e os novos realinhamentos na estratégia do movimento, acabam minando suas forças. Diante disso, o governo cria uma estratégia de desmoralização e desmobilização dos acampados, estabelecendo que os municípios deveriam iniciar o cadastramento dos sem-terra. Os jornais anunciavam a promessa do governo de assentar os acampados em até noventa dias e os convocava para o cadastramento, uma estratégia que unia o cansaço dos acampados frente às operações policiais e minava a nova estratégia das ocupações de fazendas, fazendo com que se criasse uma percepção de que o governo estava agindo para resolver a situação ao mesmo tempo em que criava uma visão de radicalização desnecessária do movimento. Com isso, há uma desmobilização dos acampamentos, tendo a dispersão de muitas famílias que acreditavam nas promessas do governo, voltando para suas regiões de origem e gerando o desmanche de alguns acampamentos. Várias famílias buscaram uma inserção em acampamentos maiores e outras voltaram para os centros urbanos ou procurando trabalho como boias-frias. Além disso, o MST cria uma coordenação estadual que tinha sua sede em Curitiba. Essa estratégia afastou os acampamentos da Assesoar, que sempre tivera um papel importante na mobilização e, como era regional, estava mais próxima da realidade dos acampados e da conjuntura política da região (FERES, 1990, p. 566).

Para Feres (1990), o acampamento e ocupação da Fazenda Corumbatá “pode ser considerado como a somatória de um processo de luta quase esgotado” (FERES, 1990, p. 566). Para o autor, o acampamento era uma síntese dos problemas de organização e das divergências entre os próprios acampados, que ao montar um acampamento de grande porte através da reunião de vários outros menores, também reuniu as contradições que “foram ampliadas ao limite do tolerável” (FERES, 1990, p. 567). Vejamos mais profundamente tal ocupação no próximo subtópico.

## 2.2 OCUPAÇÃO E DESPEJO DA FAZENDA CORUMBATÁ

Como vimos anteriormente, a ocupação da Fazenda Corumbatá foi um processo em que se reuniram vários acampamentos menores em um grande acampamento. Essa estratégia havia sido criada como uma reorientação das ações do MST que, progressivamente, passa a entender que sem a ocupação das fazendas e o enfrentamento direto não haveria uma atenção efetiva do governo estadual para resolver o problema agrário.

Sobre a questão da reorientação das ações do MST, precisamos apontar que, dentro dos estudos sobre os movimentos sociais, podemos abordar esse episódio a partir do conceito de *repertório de ação coletiva*. Primeiramente, é necessário apontar que Charles Tilly é o principal formulador da *Teoria da Mobilização Política*. É uma teoria que procura explicar os processos de mobilização coletiva a partir do contexto em que se insere ou a *estrutura de oportunidades e ameaças políticas*, sobretudo quando se tratam de episódios relacionados a embates de força entre autoridades alocadas no Estado e desafiantes, que estão ao lado de fora das esferas de poder (ALONSO, 2012, p. 21). Diante disto, Charles Tilly se embasou na historiografia francesa dos *Annales*, principalmente do conceito de *longa duração*<sup>12</sup> de Fernand Braudel, para trazer à sua teoria um sentido de processo histórico. A partir disso, Charles Tilly desenvolveu o conceito de *repertório de ações coletivas*, onde se inspirou no termo *repertório*, utilizado na música, para abordar as possibilidades de ação política em um determinado tempo histórico (ALONSO, 2012, p. 22).

Para entendermos o sentido que Charles Tilly quis dar ao conceito, podemos fazer a seguinte analogia: *um músico de Jazz, quando participa de uma Jam Session (quando os músicos tocam simultaneamente através de improviso) eles trazem um acúmulo de conhecimentos, de experiências e repertórios que o auxilia a dar andamento na harmonia da música improvisada* (ALONSO, 2012). Essa experiência do músico pode ser transpassada para analisarmos episódios de conflitos sociais. Porém, um elemento chave é inserido: o processo histórico.

Quando um movimento vai à rua protestar e os participantes utilizam cartazes com frases de protesto, com a intenção de que suas mensagens sejam vistas e talvez publicizadas na imprensa, eles já estão utilizando um repertório em sua manifestação. Note, essa forma de protesto, com cartazes, é uma forma de expressar os anseios dos mais diversos grupos sociais e foi utilizada de forma intensa durante todo o século XX. Ou seja, não estamos falando em uma

---

<sup>12</sup> Ver (CRACCO, 2009).

estratégia recente. Então, por que ela ainda é utilizada? Uma resposta sucinta para isto seria: porque é uma forma eficaz. Ao longo do século XX e XXI, os movimentos sociais, mobilizações sociais, protestos, entre outras formas de manifestação, emprestaram essa estratégia de repertórios utilizados em um determinado tempo histórico – no passado – e o inseriram em seus próprios *repertórios de ação coletiva*.

Isto posto, podemos compreender aquela reorientação do MST para uma estratégia de enfrentamento, como uma mudança no *repertório*. Veja, essa reorientação do *repertório* foi levada à cabo a partir de experiências dos acampados da região, principalmente do acampamento da Fazenda Imaribo, em Mangueirinha, no Paraná. Essa experiência dos acampados e, posteriormente, assentados, fez com que o tensionamento da luta, através da ocupação direta das fazendas, gerasse um saldo positivo à luta dos sem-terra. Obviamente, não podemos deixar de lado a questão da *oportunidade*, ou abertura política, apontada com Sidney Tarrow (2009). Portanto, a ocupação direta em fazendas foi incluída como uma estratégia eficiente, compondo o leque de *repertórios* utilizado pelo movimento. Mais que isso, todo esse processo de luta e aprimoramento do *repertório* utilizado, vai desembocar na ocupação direta da Fazenda Corumbatá, nos apontando para uma observação óbvia, mas importante: são ações e estratégias eficazes que incorporam o leque de *repertório* dos movimentos.

Como aponta Luís Clóvis Schons<sup>13</sup>, hoje pequeno produtor rural no Assentamento Contestado, na Lapa-PR, no ano de 1986 haviam vários acampamentos na região sudoeste do Paraná, sendo que muitos deles não tinham vinculação direta ao MST. Luís, antes de acampar na Fazenda Corumbatá, relata que estava acampado às margens da Fazenda Fartura, que na época pertencia a Chopinzinho, mas hoje é o Assentamento Nova Fartura, localizado em Saudade do Iguaçu, município desmembrado em 1992.

Também participante do acampamento na Fazenda Corumbatá, Hilda Terezinha Barboza exemplifica a trabalhadora rural dos anos 1970 e 1980. Casou-se cedo e com seu parceiro tinha uma quarta de terra<sup>14</sup> na linha rural Barboza, em Chopinzinho, mas que não era suficiente para o sustento. Após vender as terras, Hilda e seu parceiro começam uma jornada que os levariam residir em Curitiba, trabalhando informalmente como empregados, e os fariam retornar a Chopinzinho, agora como agregados em fazendas da região. A vida difícil que levavam teria uma reviravolta quando souberam da ocupação da Fazenda Corumbatá. Hilda também sustenta que a ocupação foi uma reunião de acampamentos da região e quando houve o despejo, ela relata que

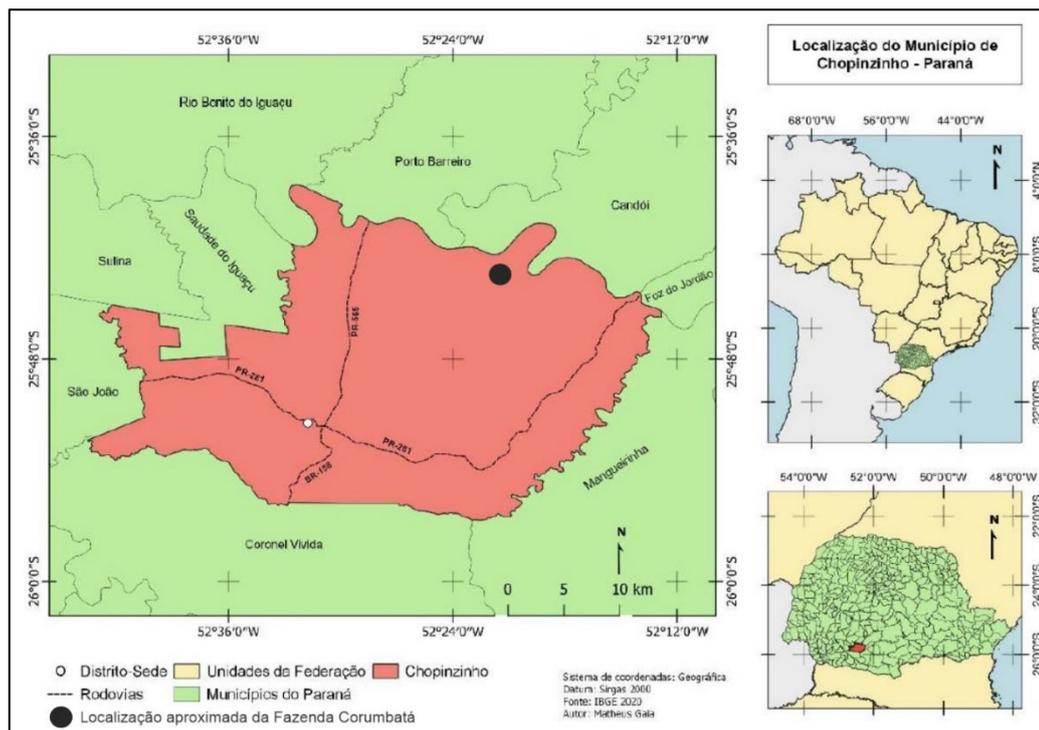
<sup>13</sup> Entrevista concedida por Luis Clóvis Schons.

<sup>14</sup> Cerca de 6.000 m<sup>2</sup>.

os de Chopinzinho ficou em Chopinzinho, quem era de São João ia para São João, quem era de tal lugar ia para tal lugar. Então foi levado pros municípios. Os de São João ficou com nós aqui. São João e Chopinzinho ficou aqui [Chopinzinho]. E daí o resto que foram, Coronel Vivida, os outros foram para lá, Manguaerinha, né. Então foi dividida assim<sup>15</sup>.

O acampamento da Fazenda Corumbatá se inicia em 2 de novembro de 1986<sup>16</sup>, reunindo cerca de 750<sup>17</sup> famílias de várias partes da região sudoeste do Paraná. A área ocupada era tida pelos trabalhadores como certas para desapropriação, pois o imóvel supostamente não possuía documentação indicando o proprietário (PM DESPEJA 750 FAMÍLIAS QUE INVADIRAM FAZENDA NO PARANÁ, 1987, p. 9). A Fazenda Corumbatá está localizada na Linha Bahia e mantém o mesmo nome atualmente, porém não pertence ao proprietário que, na época, houve o conflito. Abaixo, a figura indica a localização de Chopinzinho no Paraná e no Brasil, sendo o círculo preto uma indicação da localização aproximada da Fazenda Corumbatá.

Figura 5 - Mapa da localização de Chopinzinho (PR) e da Fazenda Corumbatá



Fonte: (Cadeia PRESTES; ESPÍNDOLA, 2022) – Adaptado pelo autor.

<sup>15</sup> Entrevista concedida por Hilda Terezinha Barboza.

<sup>16</sup> Esses autores utilizam a data 05/11/1986: FERES, 1990, p. 567; COMISSÃO Pastoral da Terra, 1988, p. 72. Porém há fontes de imprensa que datam de 04/11/1986 e que apontam que a ocupação começou em um domingo, 02/11/1986. Portanto utilizaremos essa data.

<sup>17</sup> O dado não é preciso, mas alguns autores sustentam que haviam entre 650 e 750 famílias. Entre eles: FERNANDES, 1990, p. 145; FERES, 1990, p. 567 (relata 650 famílias); JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA, 1986, p. 10.

A edição de janeiro de 1987 do *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra* denunciava a violência do despejo e apontava que a Fazenda Corumbatá “grilou uma área de 756 hectares de terras devolutas” (PM DESPEJA 750 FAMÍLIAS QUE INVADIRAM FAZENDA NO PARANÁ, 1987, p. 8), acusando uma ligação do “dono” da fazenda com o governo do estado, onde o proprietário, Celso Hilgert, teria sido “feito presidente do Instituto de Previdência do Estado pelo então governador José Richa” (PM DESPEJA 750 FAMÍLIAS QUE INVADIRAM FAZENDA NO PARANÁ, 1987, p. 8). Já a edição de dezembro de 1987, aponta que

aliás, há mais quatro áreas que foram desapropriadas mediante decretos presidenciais e nas quais ninguém foi assentado ainda: fazendas Marrecas (Turvo), 500 hectares; Vitória (Bituruna), 900 há.; Cruzeiro (Palmas), 900 há.; e Corumbatá (Chopininho). Esta última é propriedade de Celso Ilgert, co-proprietário do jornal “Correio de Notícias”, financiado pelo ex-governador José Richa. O presidente Sarney assinou o decreto de desapropriação das terras de Ilgert mas, curiosamente, não foi publicado no Diário Oficial da União, como exige a lei (GOVERNO PARANAENSE AGUÇA CHOQUE, 1987, p. 6).

Sobre a citação acima, é importante salientar que no próprio jornal *Correio de Notícias*, que a princípio poderia ter alguma ligação e alinhamento de discursos com o proprietário, aponta, em sua edição de nº 1882 de 1987, que

um saldo altamente positivo foi conseguido pelo governador Álvaro Dias em sua viagem à Brasília: o presidente José Sarney assinou ontem os decretos de desapropriação por interesse social das Fazendas Corumbatá (1.986ha), em Chopininho, e Marrecas (562ha), no município de Turvo, além da Colônia Piquiri (228ha), em Cantagalo. De acordo com o governador agora terão início os trâmites para que o Incra obtenha a imissão de posse desses imóveis rurais, nos quais deverão ser reassentados os colonos sem-terra, selecionados nos acampamentos provisórios em que se encontram no Interior do Estado, especialmente na região Sudoeste (SARNEY DESAPROPRIA TERRA PARA REFORMA AGRÁRIA, 1987, p. 3).

Uma rápida pesquisa nos decretos presidenciais mostra que a Fazenda Marrecas, no município de Turvo, teve uma área de 562 ha desapropriada pelo decreto nº 94.914 de 18 de setembro de 1987, por interesse social. No decreto, que foi revogado<sup>18</sup> por Fernando Collor através do decreto de 5 de setembro de 1991, consta que a fazenda havia sido classificada pelo Cadastro de Imóveis Rurais do Incra como latifúndio de exploração (BRASIL, 1987). Porém, o que não se encontra é o decreto de desapropriação da Fazenda Corumbatá, indicando a coerência das fontes de imprensa que acusam a não publicação do decreto no Diário Oficial da União.

---

<sup>18</sup> Revogado pelo decreto de 05/09/1991.

Durante os três meses de resistência do acampamento, os trabalhadores plantaram milho em parte da área. Segundo o *Jornal dos Trabalhadores Sem Terra*, eram cerca de 50 alqueires de terra, enquanto o *Jornal do Brasil* aponta para 15 hectares de plantação (PM DESPEJA 750 FAMÍLIAS QUE INVADIRAM FAZENDA NO PARANÁ, 1987, p. 9; VIVER NO PARANÁ É CONVIVER COM VIOLÊNCIA, 1987, p. 17). A plantação do milho era uma tática para que os trabalhadores pudessem suprir as necessidades do acampamento e garantir sua resistência. Evalter José Dalmazzo lembra da contraofensiva dos proprietários, apontado que

ficamos lá, plantamos, tratamos o gado dos outros. Soltaram o gado depois que o milho estava grande já, perdemos tudo. (...) Montamos os barracos e depois de tudo montado já pegamos as foices e já começamos a roçar o mato pra plantar. Plantamos boleiras. Na verdade, se fosse hoje não daria pra fazer aquilo, porque foi derrubado bastante árvore. Roçamos, plantamos milho. Quando estava tudo plantado, expulsaram nós de lá e soltaram o gado. Mas dava uma tristeza você ver todo o gado, branqueando de gado assim, e comendo todo o milho<sup>19</sup>.

Evalter também aponta para um aspecto importante da ocupação. Quando perguntado sobre como resolveram levar seu grupo de famílias para acampar na Fazenda Corumbatá, narra que

tinha os cabeças, os líderes mais grandes, que sabiam certo, que já eram líderes do MST. E nós éramos os cabeça de grupo. E daí os grandes faziam reuniões com os grupos e fomos juntos com eles<sup>20</sup>.

Evalter está se referindo, provavelmente, aos trabalhos de base que o MST realizava, buscando apoio tanto de outros acampamentos através de reuniões como apoio da sociedade. Essa estratégia surtiu efeito. Evalter, quando perguntado sobre a quantidade pessoas, diz:

Acho que tinha de 3.000 pessoas pra mais. Era bastante. (...) Se reuniu o nosso acampamento daqui, acampamento lá de não sei onde, um monte de lugar. Deu 5000 e poucas pessoas lá. (...) Lá tinha um monte de gente. Nós ficamos de 7 a 8 meses acampados e não deu pra conhecer todo mundo, de tanta gente que tinha nessa Corumbatá. Começou dos dois lados da rua no portão e fizemos a curva lá em cima, dos dois lados. Eu não sei de onde que veio tanta gente naquele acampamento<sup>21</sup>.

Sobre a narrativa acima, é válido lembrar que o acampamento, por ser uma reunião de vários outros menores, trouxe as divergências que Feres (1990) já havia apontado. Como veremos, haviam pelo menos 12 lideranças e que, provavelmente, haviam dissidências com

<sup>19</sup> Entrevista concedida por Evalter José Dalmazzo.

<sup>20</sup> Entrevista concedida por Evalter José Dalmazzo.

<sup>21</sup> Entrevista concedida por Evalter José Dalmazzo.

relação às concepções de organização. Como apontou Evalter José Dalmazzo, muitas dessas pessoas não se conheciam, ponto que se torna relevante se entendermos que a unidade do acampamento se torna uma força de resistência. Essa unidade provavelmente estava sendo construída, porém o despejo precoce dos acampados minou as expectativas de efetividade da ocupação. Nas fotografias abaixo, pode se ter uma ideia das proporções do acampamento e da natureza das atividades da fazenda.

Figura 6 - Acampamento na Fazenda Corumbatá (1986)



Fonte: acervo pessoal de Walter Rios, participante da ocupação da Fazenda Corumbatá, cedida ao pesquisador através de rede social por sua neta, Maiara Camila Rios.

Podemos perceber pela figura acima uma grande quantidade de barracos de lona, um componente eficaz do *repertório* do MST. Já a figura abaixo mostra o acampamento em outra perspectiva, mostrando crianças, adultos e idosos, apontando o ambiente familiar da ocupação. Sobre a figura abaixo, se fizermos uma contagem superficial, observamos, pelo menos, cento e quarenta barracos de lona, sendo difícil apontar para um número exato de moradias, seja pelo fato de que os moradores da ocupação divergem sobre a quantidade de pessoas, seja pelo fato da perspectiva da fotografia. Note, na figura abaixo, que o observador fotografa de uma perspectiva que aponta indícios de que haveriam mais barracos atrás dele. Isso pode ser observado se notarmos que, próximo à sua direita, há alguns barracos, sendo que um deles ficou

desfocado na fotografia pela proximidade do observador. Entretanto, as duas figuras apontam um grande número de barracos improvisados, mostrando a organização do acampamento pela disposição dos mesmos, ainda que Feres (1990) nos diga que o acampamento da Fazenda Corumbatá teria sido, ao mesmo tempo, uma reunião de acampamentos da região e também uma reunião das contradições e exaustão da luta pela terra.

Figura 7 - Acampamento na Fazenda Corumbatá (1986)



Fonte: acervo pessoal de Walter Rios, participante da ocupação da Fazenda Corumbatá, cedida ao pesquisador através de rede social por sua neta, Maiara Camila Rios.

“Operação de guerra contra 750 famílias” (OPERAÇÃO DE GUERRA CONTRA 750 FAMÍLIAS, 1987, p. 1). Assim enunciava o Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra em sua edição de janeiro de 1987. Uma operação que contou com um pelotão de 600 a 1000 soldados. Nem parecia que o Brasil havia saído de uma ditadura que manchou sua história por 21 anos. Para analisar o despejo dos acampados da Fazenda Corumbatá, utilizaremos fontes de imprensa que divergem em alguns pontos, principalmente os jornais Correio de Notícias e o Jornal dos Trabalhadores Sem Terra. Além disso, as fontes orais nos ajudarão a entender o episódio e trazer a experiência dos acampados e suas percepções sobre o mesmo. Para isso, utilizaremos uma abordagem cronológica das reportagens e as intercalaremos com as entrevistas.

O primeiro relato foi realizado pelo jornal Correio de Notícias, onde aponta a “invasão”, na madrugada de domingo, 2 de novembro de 1986, onde 750 famílias de agricultores teriam invadido a Fazenda Corumbatá. O periódico também aponta que Celso Hilgert teria vendido a área de 880 alqueires para José Gonzaga Albuquerque, que se deslocou, segundo sua família, até a fazenda ao saber da ocupação dos sem-terra. Nesta primeira reportagem, é apontado que o 3º Batalhão da Polícia Militar (3º BPM) tinha informações escassas sobre a ocupação, sabendo apenas que havia ocorrido na linha rural Bahia. É válido ressaltar que na data de publicação do jornal, em 4 de novembro de 1986, o 3º BPM já havia destacado policiais para ir até o local, porém o veículo que os levava quebrara no caminho, impossibilitando a chegada (SEM-TERRA INVADEM FAZENDA CORUMBATÁ EM CHOPINZINHO, 1986, p. 8).

A edição do dia seguinte, 5 de novembro de 1986, apontava que eram apenas cem famílias que esperavam pelo cumprimento do acordo realizado com o Mirad, que previa o assentamento das 4000 famílias sem-terra do Paraná até o fim do ano. Aponta também que o proprietário, José Gonzaga de Albuquerque, entrou com processo de reintegração de posse, alegando que a área era produtiva, apresentando notas fiscais de compra de gado, sementes e fertilizantes. O processo entrou no foro de Chopinzinho no dia 3 de novembro de 1986, onde o juiz teria concedido medida liminar, encaminhado um oficial de justiça ao acampamento para oficializar a decisão. É apontado também que naquele momento a ação da polícia só poderia ser realizada por pedido do próprio município, mas que ações repressivas, como agressões e ameaças, já haviam acontecido pelos peões da própria fazenda (SEM-TERRA INVADEM FAZENDA CORUMBATÁ EM CHOPINZINHO, 1986, p. 8).

Walter Pecoits, secretário de Reforma Agrária do Estado do Paraná, aponta, segundo o mesmo periódico do dia 5 de novembro, que a fazenda não tinha problemas com a documentação e também que não era grilada, dizendo que tal afirmação era um equívoco de lideranças do movimento que pretendiam iludir os acampados, ao passo que colocavam a nova estratégia de ocupar fazendas para acelerar a reforma agrária em prática. Walter Pecoits também acusa o Partido dos Trabalhadores (PT) de realizar um apoio com fins eleitorais e que

estes atos violentos dos sem-terra, estão despertando a ira das organizações como a União Democrática Ruralista (UDR) [E A REGINA BRUNO, SOBRE A UDR?] e ressuscitando entidades como a Tradição Família e Propriedade (TFP), a famosa portadora dos estandartes com flâmulas vermelhas, que teve participação no golpe militar de 64, que lembra a famigerada Ku-Klux-Klan. (...) Se a cadência de crescimento do partido que está investindo nas invasões com objetivos eleitorais continuar, somente daqui a 100 anos o PT chegará ao poder e a reforma agrária não

pode esperar tanto tempo (PROPRIETÁRIO DA FAZENDA INVADIDA PEDIU REINTEGRAÇÃO DE POSSE, 1986, p. 8).

A edição de 12 de dezembro de 1986 do jornal Correio de Notícias, já apontava que três despejos haviam sido autorizados pela Justiça do Paraná e que se somavam aos despejos já autorizados dos imóveis Trento II, em Matelândia, e Corumbatá, em Chopinzinho (MAIS TRÊS DESPEJOS SÃO AUTORIZADOS PELA JUSTIÇA DO PARANÁ, 1986, p. 7). A edição de 21 de dezembro de 1986, aponta que o Conselho Superior de Magistratura, a pedido do proprietário José Gonzaga de Albuquerque, autorizou o reforço policial (SEM-TERRA OCUPAM ÁREA EM QUEDAS DO IGUAÇU, 1986, p. 26). Por fim, a edição de 13 de janeiro de 1987 noticia o despejo na primeira página, com a fotografia marcante que mostra os caminhões-caçamba que serviram para levar os pertences dos acampados, assim como vários móveis à beira da estrada.

Figura 8 - Despejo dos acampados da Fazenda Corumbatá, em Chopinzinho (13/01/1987)



Fonte: Jornal Correio de Notícias, edição n° 1669, de 16 de janeiro de 1987.

Dando sequência à cronologia dos fatos, optamos por inserir a próxima reportagem quase em sua íntegra, pois trata-se da mais abrangente realizada pelo jornal Correio de Notícias, na edição nº 1669, de 13 de janeiro de 1987.

#### Consumado o despejo dos sem-terra de Corumbatá

Pato branco (Sucursal) – Precisamente às 10 horas da manhã de domingo, depois de muitas dificuldades para chegar até a Fazenda Corumbatá, no município de Chopinzinho, distante 30 quilômetros da sede, um forte contingente da Polícia Militar entrou na área ocupada por centenas de famílias de sem-terra, e, em poucos minutos, dominou a pequena reação esboçada, cumprindo a ordem judicial de despejo.

Para consumir a exitosa operação, foi montado um dispositivo policial militar de cerca de 500 elementos comandados pelo major Foltran, comandante do 3º Batalhão da Polícia Militar, sediado em Pato branco. Fizeram parte da força policial soldados do 3º BPM, do 6º BPM (sediado em Cascavel), um grupo de choque enviado de Curitiba e, inclusive, um pelotão da Polícia Feminina, também procedente de Cascavel.

A reportagem do “Correio de Notícias” acompanhou integralmente a operação policial militar e pôde testemunhar que a PM agiu com a máxima correção, não praticando excessos em momento algum. Os sem-terra, igualmente, que obviamente não cumpriram a promessa de “só saírem de lá mortos”, agiram com equilíbrio e resignação, acatando a ordem de despejo, com seus líderes até colaborando para que a desocupação fosse a mais rápida possível.

A operação começou à três horas da madrugada de domingo, quando cinco ônibus e diversas viaturas militares iniciaram seu deslocamento do quartel do 3º BPM até a cidade de Chopinzinho, lá chegando às cinco horas da manhã. O contingente de Pato Branco e Curitiba (grupo de choque) aguardou defronte a igreja de Chopinzinho a chegada de mais três ônibus com soldados de Cascavel, o que aconteceu às 5h30min. A tropa seguiu rumo à Fazenda Corumbatá pela precária estrada de terra. Com ela policiais civis e dois oficiais de Justiça, que iriam renovar a ordem de desocupação da fazenda invadida. O prefeito de Chopinzinho, Albino Scolaro, esteve no local de concentração da força policial militar, que atraiu a curiosidade de populares, ocasião em que se pôde perceber nitidamente que grande parte da população de Chopinzinho não simpatiza com o movimento dos sem-terra.

Cerca de dez caminhões uniram-se à tropa policial militar. Foram contratados para transportar os pertences dos sem-terra. Formou-se, então, uma longa coluna de veículos, entre viaturas militares, ônibus, caminhões e automóveis. A chuva que caía às 5 horas prejudicou o deslocamento, com alguns ônibus atolando o que retardou em duas horas a operação e que forçou a utilização de um trator.

Durante o deslocamento era sensível o nervosismo de oficiais e praças. Moradores da área veiculavam um grande número de notícias e boatos: “Os sem-terra resistiriam até a morte”, “os ocupantes estavam com suas estruturas abaladas”, “os sem-terra cavaram trincheiras”, assim por diante. Um tiro acidental foi disparado, PM’s efetuaram uma prisão. E às 9h50min a coluna chegou ao portão de entrada da Fazenda Corumbatá. O detido foi liberado.

O grupo de choque entrou na frente. Os demais soldados dispuseram-se em formação de combate. Houve uma pálida reação, logo dominada. Algumas bombas de gás lacrimogêneo foram lançadas. Um homem velho sofreu um desmaio, sendo conduzido à Policlínica de Chopinzinho.

Em seguida, a tranquilidade. Estava tudo serenado. Os caminhões receberam ordem para entrar na fazenda. Imediatamente começou o trabalho de carregar os caminhões com os pertences dos sem-terra. Todos ajudaram: soldados, homens sem-terra e mulheres. As crianças olhavam tudo de perto, misturando-se os adultos. Algumas mulheres demonstraram todo o seu desespero, ofendendo os soldados, que não retrucaram.

Os policiais militares entraram na mata à procura de ocupantes que estivessem escondidos. Ficou evidenciado que na Fazenda Corumbatá não havia 750 famílias, como se anunciou. Talvez 750 pessoas.

Derrotados e tomados por grande desânimo, os sem-terra limitaram-se a carregar os caminhões e a lamentar a triste situação. Iriam para o lugar denominado “Bugrinho”, na estrada que liga a cidade de Chopinzinho à BR-373, onde houve um acampamento. Muitos dos sem-terra demonstraram incrível experiência em armar e desarmar seus barracos. São veteranos de muitos acampamentos.

Os sem-terra da Fazenda Corumbatá não demonstraram ter uma noção exata do caráter ilegal e delituoso das ocupações. Sentem-se no direito à terra e a ocupação é um meio de pressionar o governo para que faça a reforma agrária e distribua a terra prometida. Mas o desânimo é grande. Consta que muitos sem-terra quiseram abandonar o acampamento, mas foram impedidos pelas lideranças. A ameaça de só deixarem a fazenda mortos foi apenas “guerra psicológica”. Na verdade, os barracos, quando a polícia militar chegou, já estavam sendo desmontados e os poucos móveis e utensílios dos sem-terra dispostos para mais uma mudança.

Os sem-terra aceitam a nova situação e às primeiras horas da tarde já montavam suas barracas no acampamento “Bugrinho”. Mas vão continuar lutando pela terra. E têm um pedido a fazer às autoridades e aos donos da terra agora devolvida: que os deixem colher o milho plantado. Foram quarenta bolsas (sacos) de milho plantados. Querem os sem-terra, independentemente do que diga a lei, que lhes seja permitido colher o milho plantado. Este é o pedido que fizeram aos oficiais da Polícia Militar e à reportagem. Muitos dos oficiais se sensibilizaram diante do quadro triste que tinha pela frente. Outros já estão acostumados e encararam tudo muito profissionalmente. Os sem-terra não pediram terra. Estavam ainda sobre o efeito da derrota moral. Depois vão pensar no que fazer (CONSUMADO O DESPEJO DOS SEM-TERRA DE CORUMBATÁ, 1987, p. 8).

A reportagem acima foi escrita por Victor Hugo Ribeiro, falecido jornalista do *Correio do Sudoeste*, uma sucursal do jornal *Correio de Notícias*, e possibilita reflexões importantes. A primeira questão se refere ao número de acampados. Vimos que as primeiras fontes mencionavam entre 600 e 750 famílias. De acordo com as figuras 6 e 7 pode-se contar no mínimo 100 barracas, não dando a percepção que o acampamento teria sido fotografado integralmente, haja vista que a figura 7 cria a percepção de que haviam mais barracas montadas no sentido contrário ao observador. Vimos também que o próprio proprietário das terras pediu

reforço policial que, no dia do despejo, chegou a um contingente de, no mínimo, 500 indivíduos, entre policiais militares e da tropa de choque vindos, inclusive, de Curitiba e Cascavel. Como vimos também, era comum o cerco montado por policiais militares para levantar o número de acampados e a melhor estratégia para agir, inclusive sendo reportado que já haviam sido destacados polícias para observar o local, antes mesmo do despejo. Diante disso, fica a pergunta: eram necessários 500 indivíduos (no mínimo) armados com metralhadoras e bombas de gás lacrimogêneo contra homens, mulheres e crianças que totalizavam “talvez 750 indivíduos”? Essa pergunta ficará sem resposta no momento, mas a reflexão é concreta.

Uma segunda questão se refere à “máxima correção” dos policiais, que não teriam agido com excessos contra os acampados. Luis Clóvis Schons<sup>22</sup> narra a abordagem de forma diferente. Ele aponta que, além das metralhadoras e as bombas de gás lacrimogêneo, que mostravam o poderio bélico e a tensão entre policiais e acampados, os policiais agiram com extrema violência, chegando ao ponto de separar cerca de 12 acampados que tinham papel de liderança no acampamento e os marcado na perna à baioneta, ou seja, cortando-lhes para marcá-los e restringir as ações que pudessem incitar os acampados a reagir.

Hilda Barboza chora ao lembrar o momento do despejo, que para ela geraria traumas que persistiriam ao tempo, principalmente quando vê imagens de guerra da televisão. Ela narra que

quando deu o despejo na Corumbatá era 6 horas da manhã, estava todo mundo no portão, porque daí já avisaram, né, o pessoal já passou avisando. E os seguranças que tem, cada grupo tem um segurança, eles passam a noite inteira no redor cuidando, né. Aonde tem as entradas e coisa, então é tudo atento (...) Sobre o despejo? Ah, o despejo foi bem triste, sabe? Que até hoje... bom, eu me emociono, né, quando eu falo. (...) Porque você tá ali, sabe, na hora você não tem noção. Porque você vê tudo aquele pessoal armado, porque é uma guerra, é uma guerra. Tudo com fuzil, metralhadora, bomba e coisa. E eu, inclusive, fazem farra de mim, mas eu sempre fui uma pessoa que eu não tive medo. Eu cheguei e avancei num cara, por isso que eu levei gás na cara. Eu cheguei e empurrei ele assim, sabe, e fui para cima dele e empurrei ele assim, daí o outro que tá mais longe que jogou o gás em toda minha cara. Meu olho ficou vermelho na hora. Porque assim você vê, sabe, o quanto a polícia é prevalecida, você não tem noção<sup>23</sup>.

A figura abaixo ilustra um pouco da operação policial, mostrando, pelo fardamento dos policiais, se tratar da junção de diferentes agrupamentos policiais que se reforçaram mutuamente, além dos caminhões caçamba, que aparecem ao fundo da imagem e que serviram para recolher os pertences dos acampados.

<sup>22</sup> Entrevista concedida por Luís Clóvis Schons.

<sup>23</sup> Entrevista concedida por Hilda Terezinha Barbosa.

Figura 9 - Policiais efetivando o despejo na Fazenda Corumbatá (13/01/1987)



Fonte: acervo pessoal de Walter Rios, participante da ocupação, cedida ao pesquisador através de rede social por sua neta, Maiara Camila Rios.

A ocupação da Fazenda Corumbatá durou cerca de dois meses e envolveu sujeitos que lutavam para ter uma terra onde pudessem morar e trabalhar, procurando formas de sair de situações difíceis em suas vidas. No dia 13 de janeiro de 1987 é efetivado o despejo. Rudinei Luis Boschi, um dos motoristas de caçamba conclamados pelo juiz de Chopinzinho para retirar os pertences dos ocupantes aponta que

uns três ou quatro dias antes, agora não estou lembrado, o Juiz mandou um ofício para quem tinha caminhão aqui em Chopinzinho. Não eram tantos caminhões, mas também não eram poucos. (...) Olha, acho era uns 10 caminhões, mais ou menos, que daí o juiz mandou ofício na casa das pessoas e que tal dia, três horas da manhã, era pra todo mundo comparecer em frente ao fórum, tanto chovesse como fizesse sol. (...) Choveu de noite, amanheceu até com um pouco de chuva e depois, durante o dia, saiu sol. Mas amanheceu com um pouco de chuva e, assim mesmo, tava o exército já ali tudo, aonde que, na frente foi o exército, atrás um carro do exército e os caminhão, de uma altura pra frente, pararam, e teve os milicos do exército pularam em cima dos caminhão e ia em cima. (...) Era ônibus, carro e jipe deles, daquela época. (...) Era polícia lá que, pro lado que você via, tinha policial. (...) Você não sabia dizer quem era sem-terra e quem era policial, tava tomado conta de policial. E daí onde eles chegavam nos barracos, passavam a mão e jogavam pra cima. E ninguém, eu não vi ninguém reagir, nem nada né. Que nem tinha como reagir. Os policiais pegavam, jogam pra cima e “tampe os barracos e se mande”. E daí a gente vinha, aqui do lado da pista já tinha outros

policiais, que descarregam, aqui do lado do asfalto<sup>24</sup>. (...) Daí tinha policial que ajudava a tirar de cima, jogavam de cima e os caras dos barracos (...) ajudavam a descarregar. Eles sabiam as coisas que eram dele e as coisas que era do outro, daí cada um pegava o seu. Eles jogavam ali, botavam num monte aqui e você ia mais um pouco e botava em outro monte, ia mais um pouco e jogava mais um pouco no chão e virava de volta e vinha. (...) Daí ali eles foram se instalando, botando lona de novo e tudo. Quebrava tudo as coisas deles né. Virava numa gambiarra aquilo, que tá loco, tudo quebrado. Pois jogavam pra cima, não tinha nada de estar cuidando. Eles pegavam um fogão a gás daqueles e jogavam em cima, se o cara pegasse, pegava, se caísse pra dentro, não tinha nada que ver. A coisa não era nada assim de cuidado, nada, não abaixava a tampa, não fazia nada. Aquela milicaiada erguia por cima da tampa. E daí os que estavam em baixo, jogavam pra cima. Em cima tinha dois, se pegava, pegava, se não, jogava pra dentro. E vinha tudo meio embolado aquilo<sup>25</sup>.

O violento processo de despejo aponta como o Estado não teve preocupações sérias com a questão dos sem-terra, inclusive prometendo assentamentos apenas em momentos em que era necessário arrefecer os ares tencionados. Como o relato acima de Rudinei Luis Boschi aponta, os militares envolvidos no despejo trataram os acampados da pior forma possível. Aqueles que pouco tinham, tiveram seus pertences amontoados, misturados nas caçambas e jogados na beira da estrada, em uma clara alusão de desprezo por aquela gente.

\* \* \*

Como observamos a ocupação da Fazenda Corumbatá está dentro de um longo processo que se inicia com as lutas pela terra no Rio Grande do Sul no final da década de 1970, a formação de movimentos regionais de luta pela terra no Paraná no começo de 1980, as lutas pela terra no sudoeste, a reorientação no *repertório* do MST para um enfrentamento e ocupação direta das fazendas almeçadas e, posteriormente, em 1986, a reunião de acampamentos da região na Fazenda Corumbatá. O terceiro capítulo buscará, nas experiências de sujeitos que participaram desses movimentos, principalmente do acampamento na Fazenda Corumbatá, as interrelações entre os movimentos e, a partir disso, compreenderemos a emergência da ocupação da Reserva Ambiental da Vila Rural Araucárias, em Chopinzinho.

---

<sup>24</sup> Rudinei Luis Boschi refere-se o momento após o despejo, quando os pertences dos ocupantes eram deixados no asfalto, na comunidade rural do Bugrinho.

<sup>25</sup> Entrevista concedida por Rudinei Luis Boschi.

### 3 A ORIGEM DA OCUPAÇÃO

Neste capítulo nos debruçamos sobre as experiências dos sujeitos. A partir delas, objetivamos compreender a emergência da ocupação da Reserva Ambiental da Vila Rural Araucárias. Veremos que a experiência é ponto central e que encadeia tanto o processo histórico como dá base às teorias que utilizamos durante todo o trabalho. No subtópico 3.1 abordamos a experiência de um sujeito que se tornou um fio condutor: Evalter José Dalmazzo. Sua experiência em ocupações, desde o começo da década de 1980, propiciaram a ele estratégias que utilizaria para angariar famílias à ocupação das margens da PR-281, em Chopinzinho, no ano de 2004.

Por se tratar de um movimento que surge a partir da experiência dos sujeitos e, de certa forma, trazer um *repertório* parecido com o do MST, utilizaremos a teoria de *Mobilização de Recursos* ou *Indústria dos Movimentos Sociais*, para que possamos tecer reflexões sobre as influências do MST e como esse movimento propiciou diferenciadas formas de luta na região. Em seguida, no subtópico 3.2, faremos uma abordagem da formação da ocupação da Reserva Ambiental da Vila Rural Araucárias, onde teceremos reflexões que se encadeiem com a análise do subtópico anterior, mas que nos levem a contribuir, a partir da análise da ocupação que estudamos, com as discussões sobre os movimentos sociais contemporâneos.

#### 3.1 SUJEITOS: A EXPERIÊNCIA EM MOVIMENTO(S)

Este capítulo busca trazer a experiência dos sujeitos como elemento fundamental ao processo histórico e, em nosso caso, à formação de movimentos sociais. Desta maneira, precisamos apontar a necessidade de ter intitulado este subtópico da forma apresentada, pois entendemos que a trajetória pessoal de Evalter José Dalmazzo se tornou chave para entender a origem da ocupação analisada. Nossa intenção aqui não é realizar a biografia de Evalter, mas sim tratar de parte relevante de sua vida e que são essenciais para esta pesquisa. Este subtópico foi assim intitulado, *Sujeitos: a experiência em movimento(s)*, pois entendemos a *experiência* tanto em seu sentido de *movimento* (aquela experiência que traz cargas de aprendizagem que permeiam o sentido de processo histórico e que será abordada no sentido dos *repertórios de ação coletiva*) como a *experiência em movimentos sociais* propriamente ditos.

Optamos pelo termo *trajetória*, seguindo as orientações de Alexandre Karsburg (2015), que aponta as diferenças entre trajetória e biografia, ressaltando os preconceitos sobre o último termo dentro da historiografia e apontando algumas semelhanças metodológicas que perpassam

as duas metodologias, como a necessidade de levantar em detalhes elementos fundamentais que moldam a experiência do biografado. Para Karsburg (2015, p. 32), diferentemente da biografia do século XIX, no estudo das trajetórias “a questão passa por problematizar os sujeitos inserindo-os em distintos contextos e relações sociais, percebendo semelhanças e, principalmente, diferenças”. Além disso, tanto a biografia como a trajetória atuais não abordam mais indivíduos isolados no tempo e espaço, glorificando e heroizando suas façanhas. Pelo contrário, Karsburg (2015, p. 33) aponta que “a biografia atual problematiza as histórias particulares, relacionando-as e não isolando da história geral”. Isto posto, buscaremos analisar a conjuntura posta diante de Evalter, ou seja, a partir de uma condição de determinação social que age nos indivíduos, levando-os a ter expectativas, ações e experiências que se tornam o cerne do *ser*. O método de estudo da trajetória nos ajudará a compreender que, apesar de Evalter ser um indivíduo único, com seus anseios, expectativas e experiências, ele pode nos servir de base para entender as motivações de vários grupos que se entrecruzam nesta pesquisa.

Evalter José Dalmazzo é um sujeito chave para entender como se originou a ocupação da Reserva Ambiental da Vila Rural Araucárias e que deu início a este projeto de pesquisa. Iremos percorrer por sua experiência de vida, buscando conectar alguns episódios que moldaram sua vivência, principalmente através das lutas que enfrentou nos acampamentos. Antes disso, vamos elucidar o que estamos nos referindo quando falamos em experiência e sua conexão com a metodologia que utilizaremos, ou seja, o estudo de *trajetória*. Vejamos mais de perto.

O termo *experiência* que aqui nos referimos vem do historiador britânico Edward Palmer Thompson que, apesar de não se debruçar diretamente sobre os movimentos sociais, forneceu uma contribuição importante para analisá-los. O autor criticou a forma como pesquisadores trataram os conflitos políticos gerados a partir da transição de uma economia de tradições seculares na Europa, sobretudo na Inglaterra do século XVIII, e apontou que as análises feitas tratavam os protestos como reações às condições de vida da população daquela época. A isso, Thompson (1998, p. 150–202) indicou que as análises em geral tratavam os protestos como “rebeliões do estômago”, dando um sentido de irracionalidade ou mesmo de reação fisiológica aos protestos. A partir disso, o autor construiu uma narrativa explicativa que levava em conta o que ele chamou de *economia moral* e que, de forma geral, ajudou a explicar os protestos a partir de uma noção da *ética* de uma população que via nas novas práticas de mercado – que passavam a ser dominadas pela lógica liberal de concorrência e monopólio – uma afronta às tradições que aos poucos era sobreposta pelas lógicas de mercado emergentes. Com isso, Thompson (1998) inseriu o elemento da moralidade e do senso de justiça que agiam

como motores dos protestos, mostrando que as reações da população inglesa mais pobre não eram simples protestos contra o risco de não poderem garantir sua sobrevivência e reprodução social. Neste sentido, já se percebe nessas reflexões de Thompson a inserção da experiência de grupos humanos como um fator decisivo para entender determinado tempo histórico.

Thompson, em seu livro *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*, faz uma crítica contundente ao modo com que a filosofia, principalmente a de viés marxista estruturalista, concebia o processo histórico. O autor teceu duras críticas ao filósofo argelino Louis Althusser, acusando-o inclusive de ser conivente com as ações conduzidas pelo stalinismo na URSS. Porém, a grande contribuição de Thompson foram as reflexões que concebeu sobre a *experiência humana*, para ele o “termo ausente” nas concepções e reflexões sobre o processo histórico entre seus pares. Para Thompson (1981, p. 182), a *experiência humana* é

exatamente, o termo que Althusser e seus seguidores desejam expulsar, sob injúrias, do clube do pensamento, com o nome de “empirismo”. Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.

Mas qual a importância da obra de Thompson para refletir sobre os movimentos sociais e qual o alcance dela para entendermos nosso objeto de pesquisa? A citação acima nos indica alguns caminhos e entre eles podemos destacar algumas questões iniciais. 1) Qual a possibilidade de fazer “retornar” as experiências de homens e mulheres, agora retomados como sujeitos, fazendo dessas experiências o caminho explicativo para embasar a narrativa do processo histórico? Como veremos mais adiante, seria impossível levantar uma narrativa histórica que explicasse a formação da ocupação do Lagoão sem levar em consideração a experiência dos sujeitos e suas vivências; 2) Esses sujeitos são determinados por uma estrutura? Se sim, em que medida? Qual a importância dessas experiências para os sujeitos e como tratam em suas *consciências* e *cultura* ao ponto de agirem como antagonistas diante de sua situação determinada? Nota-se que, neste caso, o termo *experiência* é de grande valia quando o relacionamos com a *trajetória* dos indivíduos. Adiante, explanaremos sobre a *trajetória* de Evalter José Dalmazzo e como ela pode ser observada e analisada a partir de teorias que nos guiaram até a formação da ocupação do Lagoão.

No começo dos anos 1980, Evalter José Dalmazzo, nascido em 1969, estava acampado com a família nas margens da PR-281, próximo a linha rural Bugrinho, em Chopinzinho, Paraná. Ainda muito jovem, teve a experiência de ocupar a fazenda dos “Pelingrini”, próxima à ponte do Rio Iguazu na BR-373, que divide Chopinzinho e Cândói. Como ele diz, “lá nos Pelingrini não deu muita esquentação de banco”<sup>26</sup>. Ele narra que do Bugrinho

saímos pra ir ganhar terra lá nos Pilingrini. E lá aconteceu que terra não saiu, saiu nós de baixo da água. Eu fiquei um dia e uma noite escondido na beira do rio, um pouco na água, um pouco no mato. Os caras estavam todos lá esperando e a gente não tinha por onde sair. Lá eram os caras da fazenda mesmo. Ali se vestiram uns de polícia e pau pegou<sup>27</sup>.

Expulsos da terra, Evalter volta com cerca de 40 famílias de sem-terra às margens da PR-281, no mesmo local em que estavam antes, no Bugrinho. Em 1986, o MST passa a organizar a ocupação da Fazenda Corumbatá e, através do “boca a boca”, a informação chega até o acampamento em que Evalter estava. Decidem participar da ocupação. Nessa época ele tinha apenas 16 anos e foi participar da ocupação da Fazenda Corumbatá acompanhado dos pais e mais 7 irmãos. Após o despejo realizado em 11 de janeiro de 1987, ele e sua família voltam para o Bugrinho. Ele lembra que o momento do despejo foi muito triste e como os pertences dos sem-terra foram levados pelos caminhões-caçamba:

Pra carregar, carregavam. Pra descarregar, descarregavam meio como descarregar pedra. Mas pra nós era festa. É que não tinha nada na verdade, não tinha o que ganhar e nem o que perder. Eu só me lembrava do pai, porque eu era dos filhos mais velhos e ele acamado daquele jeito. E ele dava risada no meio da peleia<sup>28</sup>.

Essa narrativa é confirmada por Rudinei Luis Boschi, que participou da frota de caçambas que levaram os pertences dos acampados. Como já exposto no capítulo anterior, Rudinei Luis Boschi aponta que os policiais jogavam os pertences de qualquer forma, muitas vezes danificando e, até mesmo, misturando com a de outros acampados. Quando estava no acampamento do Bugrinho, após o despejo da Fazenda Corumbatá, Evalter recebeu o convite para participar da ocupação em Três Pinheiros<sup>29</sup>, mas lembra que a terra era muito difícil de se trabalhar e acabou ficando pouco tempo acampado lá. Evalter volta para Chopinzinho no

<sup>26</sup> Entrevista concedida por Evalter José Dalmazzo.

<sup>27</sup> Entrevista concedida por Evalter José Dalmazzo.

<sup>28</sup> Entrevista concedida por Evalter José Dalmazzo.

<sup>29</sup> Esse dado não ficou muito claro, gerando a dúvida se foi em Castro/PR ou Sananduva/RS. Farei nova entrevista com Evalter José Dalmazzo em tempo oportuno.

começo dos anos 1990 e passa a maior parte dessa década trabalhando como pedreiro e agregado em fazendas da região, trabalhando “por dia”. No primeiro semestre de 2004, ele e mais 5 pessoas, que optou por não citar os nomes, ganharam algumas lonas e foram acampar nas margens da PR-281, próximo à Fazenda Arco Verde. À princípio, o acampamento em frente à Fazenda Arco Verde foi motivado mais pela adequação local do que pelo desejo de ocupar a fazenda. Na primeira noite, Evalter narra que os outros acampados foram embora, deixando-o sozinho com duas barracas. Ele lembra o que pensou naquele momento:

Já que estou aqui, nem que eu faça uma casa aqui na beirada da BR pra minha família. E eu ia montar mesmo. (...) eu entro dentro desse mato, vou lascando tábua, faço tudo de vara a minha casa. Eu ia montar e ia levar minha família lá<sup>30</sup>.

Ele ficou neste acampamento sozinho, às margens da rodovia, cerca de um mês, como ele diz “só eu e deus”, e continua dizendo que

aqui no Arco Verde eu só fui, como eu te falei, porque eu estava pagando aluguel e vi que não ia aguentar mais (...) Não tinha mais o que fazer. Eu desempregado, trabalhava por dia, pagando aluguel, meu piá meio doente, era neném<sup>31</sup>.

Neste período de um mês ele continuava trabalhando como peão em fazendas próximas e se locomovia com uma “bicicleta Monark velha”. Um certo dia, Evalter teve uma ideia:

Peguei, vim ali e falei com o Ênio, o prefeito, deus que ajude ele. Então vou te explicar esse negócio, era o Carlinhos o vice dele. Daí eu sofri e meu sobrinho foi pousar uma noite comigo lá. Eu tinha uma bicicleta Monark na época e de noite eu pousava lá e de dia eu trabalhava com os Acorsi, com o Nico Acorsi. Ele ia me buscar de moto lá. Daí meu sobrinho foi pousar lá comigo. Chegou lá o coitadinho e eu estava no mato buscando nó, só eu e deus. E não tinha mais o que eu fazer. Não aguentava mais pagar aluguel. Daí ele chegou lá e de noite eu comecei a pensar. E eu falei pra ele “Leonildo, você não fale nada pra ninguém, vamos fazer fogo nos barracos aqui e vamos pra Chopim”, lá do Arco Verde, “o tio te leva na garupa da bicicleta”. Indo na rua, nós nos escondíamos e jogávamos a bicicleta no mato pra ninguém ver que os barracos estavam ficando sozinhos. Cheguei e disse “vou aplicar uma mentira lá na Rose e vou trazer mais gente amanhã pra lá”. E ele falava “mas o que o tio vai fazer?”. Eu disse “deixe pra mim, só não fale nada”. Ele está com 30 anos e até hoje não falou desse caso para os outros. Eu cheguei na casa, tomei um banho e disse “a Rose tá na casa?”, disseram “está”. Eu apliquei a mentira que o Ênio tinha ido lá com o Carlinhos e que pra 13 famílias ele ia dar casa aqui na cidade. Daí sobrou gente lá no acampamento. Rapaz, minha mentira colou. Colou, porque eu falei que na quarta feira ele ia atender um por família. E eu fui e falei com ele antes da quinta e deu certo. A mesma coisa

<sup>30</sup> Entrevista concedida por Evalter José Dalmazzo.

<sup>31</sup> Entrevista concedida por Evalter José Dalmazzo.

que eu tinha falado pra ela. A mentira se virou em uma coisa verdadeira. Foi onde de lá nós saímos, mas depois de passado muito tempo, uns 6 ou 7 meses na beira da BR<sup>32</sup>.

Nota-se que essas estratégias de angariação de famílias, apesar de ser uma ação quase desesperada de Evalter, estão vinculadas diretamente a uma experiência acumulada e, neste caso, são ações vivenciadas nos acampamentos vinculados ao MST, tanto que o *trabalho de base*, uma estratégia realizada pelo MST de forma localizada nos lugares onde pretendem formar novos acampamentos, está composto dessas estratégias. Fernandes (1979, p. 272) faz uma boa descrição sobre os *trabalhos de base* dos movimentos sociais:

Os trabalhos de base podem ser resultados da espacialização e ou da espacialidade da luta pela terra. Nascem sempre da própria necessidade das comunidades. A espacialização é um processo do movimento concreto da ação em sua reprodução no espaço e no território. Desse modo, os trabalhos de base podem ser organizados por pessoas que vieram de outro lugar, onde construíram as suas experiências. Por exemplo: um ou mais sem-terra de um estado que se deslocam para outras regiões do país para organizar famílias sem-terra. E, dessa forma, vão criando o Movimento na sua territorialização. A espacialidade é um processo contínuo de uma ação na realidade, é o dimensionamento do significado de uma ação. Desse modo, as pessoas do próprio lugar iniciam o trabalho de base porque ouviram falar, viram ou leram sobre ocupações de terra, ou seja, tomaram conhecimento por diferentes meios: falado, escrito, televisivo etc. E assim iniciam a luta pela terra construindo suas experiências.

São as reuniões, conversas, discursos e a persuasão, elementos fundamentais para que grupos de pessoas ou até famílias inteiras tomem a decisão de aderir ao movimento que, apesar de ser uma alternativa para sujeitos que tem diante de si uma situação desfavorável em diversos aspectos, não se trata de uma decisão simples e, sobretudo, envolvem “cálculos” que perpassam variantes positivas, como a possibilidade de consquistar um pedaço de terra. Porém o “cálculo” é invariavelmente muito mais pesado quando surgem as variantes negativas, como: ter que levar a família, às vezes com filhos pequenos e, como vimos o caso de Evalter na Fazenda Corumbatá, com familiares doentes; o medo do enfrentamento direto com as autoridades públicas e a provável experiência da violência, seja física ou psicológica; e também o próprio cotidiano de um acampamento, a preocupação de morar em barracos de lona, preocupação com a alimentação, com a higiene, e com os próprios conflitos entre participantes do movimento.

Mais ainda, nesta pesquisa vamos ao encontro do pensamento de Fernandes (1979), pois o *trabalho de base* não é uma “peculiaridade” do MST, mas sim parte de uma estratégia eficaz que, quando posta em prática por aqueles que lutam por um pedaço de terra, podem fazer crescer o contingente de pessoas que acreditam na causa dos trabalhadores, assim como fazer emergir

---

<sup>32</sup> Entrevista concedida por Evalter José Dalmazzo.

movimentos diferentes daqueles que produziram tais estratégias. Veremos ainda neste capítulo que essas estratégias serão abraçadas pelo conceito de *repertório*.

Diante disto, um fator importante é que as famílias normalmente estão em situações semelhantes e, sobretudo, tem interesses em comum com aqueles apresentados nessas reuniões, que apontam os objetivos e possíveis conquistas coletivas, caso componham o movimento. Porém, essa estratégia de Evalter é um caminho entre tantos outros que poderia ter seguido. Por que ele a utilizou? Para responder a esta questão, precisamos adentrar em, pelo menos, duas teorias. Uma delas (ou melhor, um conceito), já falamos aqui: a *experiência* em Thompson (1981), onde os sujeitos históricos vivenciam situações determinadas por vários fatores (como economia nacional, cultura, situações de pobreza e miséria, por exemplo) e tratam essa experiência em suas consciências. A partir desse ponto, os sujeitos agem diante de situações postas. Para Evalter, sua situação é clara: é peão de fazenda, sofre dificuldades de pagar aluguel na cidade e, sobretudo, seu filho sofre de uma doença degenerativa que paralisa os membros corporais. Entretanto, há outra questão a ser elucidada. De onde veio a ideia de ir à cidade e conchamar famílias para ocuparem as margens da rodovia? De onde veio a ideia de acampar utilizando lonas pretas? Havia uma ideia de que seria mais impactante se as margens da rodovia estivessem cheias de barracos de lona? Para entender isso, veremos que essas estratégias podem ser entendidas dentro da perspectiva de uma unidade de análise: *repertório de ação coletiva*.

O conceito de *repertório de contenção* foi elaborado e refinado dentro de uma gama de teorias dos movimentos sociais que foi desenvolvida entre a década de 1960 e 1970. Charles Tilly, Sidney Tarrow e Doug McAdam no livro *Dynamics of Contention* (2001, p. 36–37), apontam que houve uma concentração das reflexões em quatro conceitos-chave:

*Oportunidades políticas*, às vezes cristalizadas como estruturas de oportunidades estáticas, outras vezes como ambientes políticos em mudança; *estruturas mobilizadoras*, tanto as organizações formais do movimento quanto as redes sociais da vida cotidiana; *quadros de ação coletiva*, tanto as constantes culturais que orientam participantes como aquelas que eles mesmos constroem repertórios estabelecidos de *contenção* e como esses repertórios evoluem em resposta a mudanças no capitalismo, construção do estado e outros processos menos monumentais<sup>33</sup>.

---

<sup>33</sup> No original: “Attention focused on four key concepts: *political opportunities*, sometimes crystallized as static opportunity structures, sometimes as changing political environments; *mobilizing structures*, both formal movement organizations and the social networks of everyday life; *collective action frames*, both the cultural constants that orient participants and those they themselves construct; established *repertoires of contention*, and how these repertoires evolve in response to changes in capitalism, state building, and other, less monumental processes.

Aqui não nos deteremos em abordar a história desse refinamento e de como os autores foram influenciados por teorias anteriores, até chegar à elaboração mais acabada da *Teoria do Confronto Político*. Em linhas gerais os autores entendem a dinâmica da contenção pelas vias da política, desdobrando o conceito de *política contenciosa* nos conceitos de *contenção contida* e *contenção transgressiva* (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001, p. 20–30)<sup>34</sup>. Por *política contenciosa*, os autores entendem uma

interação episódica, pública e coletiva entre os formuladores de reivindicações e seus objetos quando (a) pelo menos um governo é um reclamante, um objeto de reivindicações ou uma parte das reivindicações e (b) as reivindicações, se realizadas, afetariam os interesses de pelo menos um dos requerentes (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001, p. 27)<sup>35</sup>.

Como podemos ver, os autores tratam o confronto político em um sentido dialético, em que os atores envolvidos estão sob pressão durante o confronto. Mais do que isso, os atores em confronto, seja o Estado, sejam os acampados ou os latifundiários – para utilizar os sujeitos envolvidos em nossa pesquisa – estão prestes a ter perdas significativas, caso as reivindicações e pressões exercidas pelo grupo que os confronta sejam eficazes. Esse risco move o confronto. Porém, surge um elemento novo quando os autores abordam a *contenção transgressiva*, apontando que

a *contenção transgressiva* consiste em interação episódica, pública e coletiva entre os formuladores de reivindicações e seus objetos quando (a) pelo menos um governo é um reclamante, um objeto de reivindicações ou uma parte das reivindicações, (b) as reivindicações, se realizadas, afetem os interesses de pelo menos um dos reclamantes (c) pelo menos algumas partes do conflito são atores políticos recém identificados, e/ou (d) pelo menos algumas partes empregam ação coletiva inovadora. (A ação se qualifica como inovadora se incorpora reivindicações, seleciona objetos de reivindicações, inclui auto-representações coletivas e/ou adota meios inéditos ou proibidos no regime em questão) (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001, p. 29–30)<sup>36</sup>.

O que nos chama atenção é o emprego da *ação coletiva inovadora*. Essa noção de que grupos fazem reivindicações e agem no seu tempo através de ações inovadoras (ou inéditas),

---

<sup>34</sup> No original: “contained contention e transgressive contention”.

<sup>35</sup> No original: “episodic, public, collective interaction among makers of claims and their objects when (a) at least one government is a claimant, an object of claims, or a party to the claims and (b) the claims would, if realized, affect the interests of at least one of the claimants”.

<sup>36</sup> No original: Transgressive contention consists of episodic, public, collective interaction among makers of claims and their objects when (a) at least one government is a claimant, an object of claims, or a party to the claims, (b) the claims would, if realized, affect the interests of at least one of the claimants, (c) at least some parties to the conflict are newly self-identified political actors, and/or (d) at least some parties employ innovative collective action. (Action qualifies as innovative if it incorporates claims, selects objects of claims, includes collective self-representations, and/or adopts means that are either unprecedented or forbidden within the regime in question.)

está relacionado ao conceito de *repertórios*. Este conceito foi, segundo Alonso (2012, p. 22), um empréstimo que Charles Tilly fez da música, principalmente do jazz, para apontar as possibilidades ao alcance de grupos em um determinado tempo histórico. Por um lado os músicos de jazz conhecem os códigos do gênero, seus acordes fundamentais, suas escalas, enfim, tudo aquilo que torna o jazz peculiar. Porém, quando os músicos tocam livremente, em uma Jam Session<sup>37</sup>, por exemplo, eles combinam esses códigos a partir do conhecimento e criam momentos únicos em um grande repertório combinado. Pelo lado dos acampados, eles são detentores de códigos e compõem suas sinfonias. Mas sobre a perspectiva histórica, a ação dos atores é realizada através de uma operação de cunho cultural, onde

os repertórios representam as formas culturalmente codificadas pelas quais as pessoas interagem no conflito político. Eles são invariavelmente mais estreitos do que todas as formas hipotéticas que eles podem usar ou que outros em diferentes circunstâncias ou períodos da história empregam (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001, p. 38).

Os repertórios são estreitos porque estão em uma conjuntura política e tempo histórico específico. Isso pode ser compreendido melhor se pensarmos que as experiências de confronto são acumuladas, principalmente aquelas que são eficazes. No entanto, cada tempo histórico necessita de formas diferentes de ação, sem abandonar aquilo que surte efeito. É como pensar que estratégias e ações de confronto estão disponíveis para qualquer grupo em um tempo histórico, porém esse tempo combina as ações eficazes que foram utilizadas no passado com novas ações que o tempo presente possibilita ou necessita<sup>38</sup>.

Neste momento a *contenção transgressiva* torna-se mais aparente. Como vimos nos casos dos acampamentos da Fazenda Annoni e Imaribo, em Marmeleiro e Mangueirinha, o MST entendeu que as formas tradicionais de acampamento precisavam ser aprimoradas para formas que possibilitassem a permanência e manutenção dos acampamentos, combinando com uma nova estratégia, a de ocupar as fazendas, não apenas acampando em suas margens. Porém, essas novas ações só foram possíveis pelas *oportunidades políticas*, onde o próprio governo paranaense prometia o assentamento dos sem-terra, ao passo que a demora e falta de perspectiva

---

<sup>37</sup> Jam Session trata-se de uma reunião onde os músicos tocam seus instrumentos livremente, de improviso, acompanhando uns aos outros, sem um roteiro ou música pré-definida. Pode ser iniciada a partir de um tom musical ou até mesmo a partir de um dos músicos que inicia algum ritmo e os outros improvisam por cima daquilo que já está soando.

<sup>38</sup> E essas ações estão vinculadas diretamente à tecnologia. Note, não seria possível conchamar e organizar um protesto na década de 1970 por redes sociais. Isso seria realizado por panfletos, jornais e cartas, por exemplo. Porém, muitos dos protestos contemporâneos são organizados por redes sociais ao mesmo tempo que usam ações eficazes utilizadas na década de 1970, como os cartazes. Por quê os cartazes estão ali? Por que são eficazes à visualização das exigências do grupo e foram incorporados ao *repertório* utilizado.

de sua realização levou os acampados a tensionar o confronto. Como vimos, essa mudança de *repertório* culminou em acampamentos massivos, como na Fazenda Corumbatá.

Mas voltando às questões sobre a *experiência* e estratégias de Evalter, podemos entender o conjunto de ações dele (as reuniões para angariar famílias e os barracos de lona preta) a partir de uma escolha racional deste sujeito. Esta escolha foi baseada no *repertório* utilizado pelo MST e apreendido por Evalter através de sua longa vivência em acampamentos de sem-terras. Nestes ambientes, ele aprendeu o que dava certo e o que não poderia acontecer para que a terra fosse conquistada, formas de organização e liderança de um movimento social. Para esclarecer isso, aqui entendemos que havia estratégias e ações culturalmente codificadas e disponíveis ao movimento social que emergiu em 2004. Tudo isso está dentro do *repertório*. Porém, como vimos, os *repertórios* não são estáticos. E apesar de estreitos, o presente fornece outras estratégias que podem ser incorporadas e, assim, alargar a margem de ação, ou seja, o *repertório*, combinando ações eficazes do passado com as formas de ação disponíveis no presente.

Figura 10 - Fotografia: Barracos de lona na PR-281, próximo a Fazenda Arco Verde, em Chopinzinho/PR (2004)



Fonte: acervo pessoal de Maria Rosangela Monteiro, cedida ao pesquisador durante a entrevista realizada na ocupação do Lagoão (2022)

As figuras 10 e 11 mostram um pouco do que foi o acampamento às margens da PR-281, próximo à Fazenda Arco Verde. Não temos como saber precisamente o número de famílias acampadas, porém há a estimativa de 60 famílias morando em barracos de lona, estimativa esta realizada através dos relatos de quem esteve presente na ocupação. Essas figuras nos mostram com clareza a ideia de *repertório*. Esse acampamento não teve ligação direta com o MST, porém, um observador externo facilmente ligaria os barracos de lonas pretas, a posição deles na beira da estrada, o fogo de chão e a reunião em frente aos barracos a um acampamento do MST.

Figura 11 - Fotografia: Barraca em lona nas margens da PR-281, próxima à Fazenda Arco Verde, em Chopinzinho/PR (2004)



Fonte: acervo pessoal de Maria Rosangela Monteiro, cedida ao pesquisador durante a entrevista realizada na ocupação do Lagoão (2022)

Ressaltamos que ante o exposto, no processo em questão, as estratégias assim como a estrutura material, o local de acampamento, as formas de confronto, não são novidades.<sup>39</sup> Essas formas de confronto são, como apontaram McAdam, Tarrow e Tilly (2001), codificadas culturalmente e estavam disponíveis naquele momento. Apesar desse acampamento não estar

<sup>39</sup> É importante sublinhar que quando se discute os repertórios em sua continuidade ou novidade, é preciso ter em vista o “ciclo de confronto” (Tarrow, 2009) em questão, já que os repertórios tendem a ser compartilhados entre os grupos contenciosos num mesmo ciclo.

ligado diretamente ao MST, ele utiliza as ações que foram historicamente percebidas como eficazes no conjunto da luta agrária. Mais do que isso, a experiência vivida por Evalter José Dalmazzo evoca essas estratégias a partir do passado em uma ação quase desesperada, diante de sua situação determinada, sua condição social no interior da estrutura. Fica claro que o objetivo do acampamento era reivindicar uma terra ou moradia que pudesse livrá-los dos alugueis, que comprometiam boa parte da renda das famílias acampadas. Além disso, outras ações podem ser compreendidas como empréstimos do repertório criado pelo MST. Como aponta Maria Rosângela Monteiro quando questionada sobre os conflitos e a forma de organização, ela diz que

sim, teve com a polícia por várias vezes, porque por ser bastante família ali, os donos da fazenda sempre a noite eles davam tiro. Várias vezes à noite eles davam tiro. E aí a gente tinha uma Guarita que ficava três até meia-noite e três depois da meia-noite que ficava acordado cuidando, né. Então várias vezes houve tiro em pneu, né, da parte, da nossa parte, por pessoas que passavam lá atirando. Passavam atirando por cima dos barracos. Aí os de lá davam tiro no pneu, pra parar. Várias vezes de correr atrás de carro, isso acontecia muito. O perigo ali era, que tinha dias que, principalmente no final de semana, eles atiraram muito por cima dos barracos<sup>40</sup>.

No relato acima há uma questão importante. Podemos entender essa relação conflituosa entre acampados e fazendeiros pela ótica de Georg Simmel, um dos primeiros autores a se debruçar sobre conflitos sociais. Em seu texto *A Natureza Sociológica do Conflito*, lança um olhar ontológico sobre as relações que envolvem o conflito social. Para Simmel (1983, p. 122), “se toda interação entre homens é uma sociação, o conflito – afinal, uma das mais vívidas interações e que, além disso, não pode ser exercida por um indivíduo apenas – deve certamente ser considerado uma sociação”. Pode ser um tanto estranho ao leitor perceber um conflito como “sociação”, porém quando analisamos como um todo, não há como separar “dois polos” de um conflito. Simmel busca essa natureza do conflito como uma forma de dualismo em que interpretações da realidade se chocam, mas como uma forma de unidade, mesmo que ela represente a aniquilação de um dos lados. Ao nosso ver, essa forma de interpretar o conflito parte de uma análise *dialética*. Isso porquê trata-se de uma interação conflituosa – que poderíamos entendê-la como um conflito entre *tese* e *antítese* – que gera um uma transformação social, ou síntese social. O próprio Simmel (1983, p. 123) utiliza os termos quando aponta que “essa natureza aparece de modo mais claro quando se compreende que ambas as formas de relação – a antitética e a convergente – são fundamentalmente diferentes da mera indiferença

---

<sup>40</sup> Entrevista concedida por Maria Rosângela Monteiro.

entre dois ou mais indivíduos ou grupos”. Desta forma, as ações tanto de acampados como de fazendeiros, de atirar por cima de barracos ou nos pneus dos carros, de formar guaritas para guarnecer o acampamento, tudo está dentro dessa relação conflituosa e dialética exposta por Simmel. Haveria necessidade de formar e organizar uma guarita se não houvesse perigo? Além disso, podemos pensar esta questão da organização tanto pelo conceito de *repertório* quanto o de *experiência*. Obviamente, não nos delongaremos novamente sobre isso. Porém, o leitor passa a perceber o amalgama que formam esses conceitos. Eles estão entrecruzados.

Até aqui, vimos algumas questões importantes e que iremos retomar para formular uma importante questão. Através da *experiência* e *trajetória*, observamos Evalter durante a ocupação da Fazenda Corumbatá, posteriormente ele participa de acampamentos na região, até 2004, quando organiza a ocupação das margens da PR-281. Vimos que várias ações tomadas no decorrer desse tempo já eram utilizadas pelo MST e foram apreendidas ou, podemos dizer, inseridas no *repertório* utilizado em 2004. Portanto, apesar do acampamento não ter relação direta com o MST, qual a importância e influência, ou melhor, qual a relação entre os dois movimentos?

Para refletir sobre a questão acima, utilizaremos a abordagem da teoria de *Mobilização de Recursos*, desenvolvida por John D. McCarthy e Mayer N. Zald e exposta na obra *Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory*. De acordo com McCarthy e Zald (1977, p. 1218), um movimento social é definido como

um conjunto de opiniões e crenças em uma população que representa preferências para mudar alguns elementos da estrutura social e/ou distribuição de recompensas de uma sociedade.

Nessa primeira premissa da teoria, os movimentos sociais são considerados como uma manifestação coletiva, relacionando-se mais com as aspirações sociais compartilhadas. Porém, os autores buscam uma abordagem onde o foco principal não está na psicologia das massas, nas privações, onde tensões, queixas e descontentamentos são os motores dos movimentos sociais. Eles compreendem que esses fatores são importantes dentro do processo social, porém trazem para a análise o papel de atores que atuam no movimento de forma externa, como um partido político, uma determinada instituição ou, até mesmo, pessoas e empresas que contribuem com o movimento em forma de recursos, porém não participam como ativistas ou membros diretos. Mais ainda, os autores dão importância secundária às queixas e privações, pois compreendem

que há sempre descontentamento suficiente em qualquer sociedade para fornecer o apoio popular para um movimento se o movimento é efetivamente organizado e tem

à sua disposição o poder e os recursos de algum grupo de elite estabelecido (MCCARTHY; ZALD, 1977, p. 1215) <sup>41</sup>.

O aspecto organizacional do movimento é compreendido como uma *organização de movimento social (SMO)*, onde já se observam diferentes níveis de estruturação e onde os movimentos sociais lutam por recursos disponíveis na sociedade. Os autores categorizam as *SMO's* de acordo com seus objetivos e preferências, sendo que

todas as *SMO's* que têm como objetivo a obtenção das preferências mais amplas de um movimento social constituem uma *indústria do movimento social (SMI)* - o análogo organizacional de um movimento social (MCCARTHY; ZALD, 1977, p. 1219) <sup>42</sup>.

No entanto, um dos principais pontos da teoria reside na competição entre as organizações de movimento social (SMO) por recursos disponíveis, criando uma dinâmica de "concorrência aberta" entre os movimentos. Os autores admitem que "um modelo explícito, ainda que grosseiro, de oferta e demanda às vezes é aplicado ao fluxo de recursos para e longe de movimentos sociais específicos" (MCCARTHY; ZALD, 1977, p. 1216)<sup>43</sup>. Mas o que exatamente são esses recursos que entram no "jogo" das ofertas e demandas? Eles podem abranger recursos humanos, materiais, políticos, apoio e influência, entre outros. Como isso se relaciona com nosso objeto de pesquisa? Um exemplo simples: desde um pacote de pregos, uma lona doada, um rolo de arame até o fornecimento de alimentação a uma ocupação, pode ser entendido a partir da *Mobilização de Recursos*, ou melhor, como recursos disponíveis na sociedade. Veja, uma doação de lona não se trata apenas de um recurso material, ele diz respeito tanto sobre quem recebe, como de quem doa a lona. Por que o doador fez esse ato "benevolente"? Há empatia da sociedade em relação ao movimento? Há sentimento de culpa? Há um entendimento de que o movimento é justo? Poderíamos fazer diversas problematizações. É claro, a teoria não trata apenas disso. Ela aborda a organização dos movimentos, o motivo de sua expansão e de sua derrocada e a ação dos participantes para angariar novos adeptos, por exemplo. Mas essas questões ficaram abertas neste momento, pois o escopo e tempo de pesquisa não nos permitirá abordar tais problematizações.

---

<sup>41</sup> No original: "that there is always enough discontent in any society to supply the grass-roots support for a movement if the movement is effectively organized and has at its disposal the power and resources of some established elite group".

<sup>42</sup> No original: "All SMOs that have as their goal the attainment of the broadest preferences of a social movement constitute a social movement industry (SMI) - the organizational analogue of a social movement".

<sup>43</sup> No original: "an explicit, if crude, supply and demand model is sometimes applied to the flow of resources toward and away from specific social movements".

Mas o ponto nodal da teoria de *Mobilização de Recursos* para a análise de nosso objeto é justamente o caráter da produção de novos movimentos a partir de influências de movimentos maiores. É este o caso da ocupação das margens da PR-281, em 2004? Sim. Note, a ocupação das margens da PR-281 tem relação direta com as ações anteriores do MST na região, sobretudo a partir da ocupação da Fazenda Corumbatá. Mais ainda, poderíamos pensar está última ocupação também pelo olhar da teoria de *Mobilização de Recursos*. McCarthy e Zald (1977, p. 1220) fazem uma diferenciação importante sobre a relação dos movimentos sociais e os recursos disponíveis na sociedade:

Cada SMO tem um conjunto de metas-alvo, um conjunto de mudanças preferenciais para as quais afirma estar trabalhando. Tais objetivos podem ser amplos ou restritos, e são as características dos SMOs que os ligam conceitualmente a SMs e SMIs específicos. Os SMOs devem possuir recursos, mesmo que poucos e de qualquer tipo, a fim de trabalhar para a realização de metas. **Indivíduos e outras organizações controlam recursos**, que podem incluir legitimidade, dinheiro, instalações e trabalho<sup>44</sup>.

Note, o trecho grifado, onde os autores apontam que os detentores dos recursos necessários a um movimento são os indivíduos e instituições, aponta a necessidade de angariar esses recursos na sociedade. No caso que analisamos, os principais recursos estão disponíveis nos próprios sujeitos. Sobre isso, McCarthy e Zald (1977, p. 1221) fazem uma diferenciação importante sobre os sujeitos que podem ou não fornecer recursos a uma *Organização de Movimento Social* (SMO), apontado que

existem **aderentes** e **não aderentes**. Os **aderentes** são aqueles indivíduos e organizações que acreditam nos objetivos do movimento. Os **constituintes** de um SMO são aqueles que fornecem recursos para ele. (...) Em um nível, a tarefa de mobilização de recursos é principalmente a de converter adeptos em constituintes e manter o envolvimento dos constituintes. No entanto, em outro nível, a tarefa pode ser vista como a transformação de não aderentes em aderentes<sup>45</sup>.

Quando, na década de 1980, os acampamentos estavam formados em margens de rodovias e o MST, como um movimento unificado, ainda não estava formado, esses

---

<sup>44</sup> No original: Each SMO has a set of target goals, a set of preferred changes toward which it claims to be working. Such goals may be broad or narrow, and they are the characteristics of SMOs which link them conceptually with particular SMs and SMIs. The SMOs must possess resources, however few and of whatever type, in order to work toward goal achievement. Individuals and other organizations control resources, which can include legitimacy, money, facilities, and labor.

<sup>45</sup> No original: exist in a society may be categorized along a number of dimensions. For the appropriate SM there are adherents and nonadherents. Adherents are those individuals and organizations that believe in the goals of the movement. The constituents of a SMO are those providing resources for it. (...) At one level the resource mobilization task is primarily that of convert-ing adherents into constituents and maintaining constituent involvement. However, at another level the task may be seen as turning nonadherents into adherents.

acampamentos não tinham vinculações fortes com movimentos organizados. Sabemos que havia uma atuação do Mastro, por exemplo, porém os acampamentos eram formados por diversas razões ligadas à questão agrária, como o êxodo causado pela construção de usinas hidrelétricas na região, mas não tinham vinculações diretas. Tanto o Mastro, como posteriormente o MST, se olharmos pela via teórica da *Mobilização de Recursos*, disputaram a aderência daqueles acampamentos a um movimento com maior organização. E, voltando à ocupação das margens da PR-281, em 2004, também podemos entender dessa forma. O trabalho de Evalter era transformar *aderentes* em *constituintes*, ou seja, trazer sujeitos que estavam em condições parecidas e que possuíam anseios comuns ao dele, para que um movimento emergisse. É também fácil sermos levados a pensar que Evalter optou por este *repertório* guiado por sua experiência em acampamentos massivos e sabendo da pressão e tensão social que seriam geradas a partir da mudança na paisagem, causada pelos barracos de lona.

Após frequentes conflitos com a polícia e com fazendeiros locais, que provavelmente não aceitavam aquela situação por lembrar as ocupações do MST na região, o acampamento dissolve-se após cerca de 8 meses no local. Apenas 18 famílias das cerca de 60 que estavam acampadas, foram remanejadas para o “britador”, uma antiga usina de asfalto à frio que estava desativada havia anos. Obviamente, diante desta situação, surge uma pergunta: para onde foram as outras famílias que estavam acampadas nas margens de rodovia? Evalter relata que o MST passa a realizar reuniões, buscando uma aproximação com o acampamento, porém o grupo se divide por vários motivos. Nós apontamos isso anteriormente, bastando dizer que a decisão de aderir o movimento não é simples, envolvendo questões sobre a região em que as famílias vivem e a preocupação de se habituar em outro lugar e com outras pessoas, por exemplo. Evalter aponta essa ligação:

Agora essa última vez ali [2005], nós nos ligamos ao MST, fazia reuniões com eles, mas nossa intenção era se ganhasse terra ou não ganhasse, nós queríamos uma casinha pra nós morar. E deu certo, graças a deus. (...) Daí foi onde nós nos apartamos. Daí os que quiseram ir pra lá com eles foram e os que não quiseram foram ali no Martinelli, no terreno da prefeitura ali<sup>46</sup>.

Esse relato de Evalter é importante para refletirmos sobre algumas questões. As pessoas que se tornam aderentes de um movimento social fazem isso por várias motivações. Isso não precisa ser mascarado com o intuito de trazer uma hegemonia que não existe nos movimentos. Há aqueles que adentram ao movimento, principalmente os movimentos ligados à terra, que já

---

<sup>46</sup> Entrevista concedida por Evalter José Dalmazzo.

eram agricultores e em algum momento de suas vidas foram levados a deixar a terra, muitas vezes por relações conflituosas. Ao mesmo tempo, há aqueles que vão compor um movimento social, um acampamento, por motivações dúbias, talvez para conseguir um pedaço de terra, mas não possuem a intenção de ficar na terra e a vendem logo após sua conquista. É uma questão um tanto utilitarista de indivíduos que, por si só, já são bastante complexos. Diante disso, a ligação entre o acampamento da PR-281 e o MST não fora algo natural. Veja, quando Evalter aponta que “nós queríamos uma casinha para nós morar”, o eixo motivador já aponta alterações, não está vinculado diretamente à luta pela terra no sentido clássico, onde há famílias advindas de conflitos agrários e que são obrigadas a sair de suas terras. O que temos aqui se encaminha mais para uma relação conflituosa advinda da área urbana. São famílias que, em sua maioria, estão com uma série de dificuldades na cidade, principalmente ligadas à falta de condições de ter uma casa própria. Por essa razão o movimento liga-se ao MST, mas através de uma relação que poderíamos destacar como flexível ou, até mesmo, fraca. Não há uma relação ideológica forte e homogênea no movimento, o que faz o acampamento se diluir em diferentes grupos ainda em 2005. Algumas famílias vão participar de outros acampamentos no Sudoeste, como em Quedas do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu, outros desistem e voltam para o centro urbano. Foram apenas 18 famílias remanejadas para o “britador”.

No “britador”, as famílias iriam permanecer cerca de um ano até serem remanejadas até o Lagoão, no ano de 2007. O remanejamento fez parte de uma promessa de campanha eleitoral. A imagem 12 mostra um pouco como eram as moradias na usina de asfalto desativada.

Figura 12 - Fotografia: família Monteiro na ocupação da antiga usina de asfalto, em Chopinzinho/PR (2005)



Fonte: Acervo pessoal de Maria Rosângela Monteiro, cedida ao pesquisador durante a entrevista realizada na ocupação do Lagoão (2022)

A fotografia acima nos mostra algumas coisas. Primeiramente, há que se ressaltar o ambiente em que estão. Apesar de estarem “fora de perigo”, àquele perigo que a margem da rodovia PR-281 proporcionava, as condições de moradia ainda são dramáticas. São casas levantadas com tábuas, com as varandas feitas com galhos de árvores e ainda estão “protegidos” das chuvas através de lonas, que lhe servem de cobertura. Evalter relata que

ali eu fiz uns barracos. E eu tinha bastante conhecido, daí logo eu fui pegando umas madeirinhas, fazendo uma casinha. E a mulher, nos dias de ganhar o meu piá mais novo, hoje ele está com 18 anos, eu disse “eu vou fazer uma casinha mais descente, né”. E fiz um barraquinho de tábua, coberto de brasilite. O Martinelli deu uma mão pra nós ali<sup>47</sup>.

O retrato da figura 8, trata-se de um momento em que a família Monteiro se reunia no final de 2005, mostrando a humildade com que essas pessoas encaravam a vida. Adultos e crianças se mostram alegres por estarem reunidos e, com garrafas de cerveja sendo exibidas, nos revelam que, mesmo naquelas condições de moradia, permaneciam felizes por terem um

<sup>47</sup> Entrevista concedida por Evalter José Dalmazzo.

lugar onde estar (agora não mais em beiras de estrada) e que ainda assim nutriam forças para trabalhar e pagar sua própria bebida, motivo de orgulho para eles. No ano seguinte, em 2006, já estariam morando na Reserva Ambiental da Vila Rural Araucárias.

### 3.2 A OCUPAÇÃO DA RESERVA AMBIENTAL DA VILA RURAL ARAUCÁRIAS

Primeiramente, torna-se necessário entender o Programa Vilas Rurais. Ele foi criado em 1995 pelo governo de Jaime Lerner e causou uma série de discussões sobre seu caráter e objetivo. O objetivo do programa era entregar, aos trabalhadores boias-frias, um lote de 5.000 m<sup>2</sup> e uma casa de 44,56 m<sup>2</sup>, bem como a infraestrutura necessária. Com isso, o governo pretendia proporcionar um retorno do trabalhador ao meio rural. De certa maneira, este último objetivo foi atingido, porém o significado de “retorno” ao campo pode ser questionado (FERNANDES; PONTE, 2002). Para Fernandes e Ponte (2002), apesar do programa ser exposto pelo governo como uma reforma agrária no Paraná, o programa tanto não atende a esta designação como também mostra um caráter que mascara os reais objetivos: amenizar conflitos urbanos por falta de moradia e concentração populacional ao mesmo tempo em que é “mais uma política pública para o fornecimento de mão-de-obra assalariada ao capital do que uma possível alteração na estrutura fundiária com a formação de pequenas propriedades” (FERNANDES; PONTE, 2002, p. 116). Fernandes e Ponte (2002, p. 116) argumentam corretamente que

como a produção é insuficiente para o consumo, o trabalho fora dele se torna de extrema relevância para as famílias, caracterizando as Vilas Rurais como local de reserva de mão-de-obra, tanto para o meio urbano como para o meio rural, e seus moradores sendo vistos como trabalhadores temporários; pois como não conseguem manter uma economia mercantil simples, necessitam buscar outras atividades externas ao lote para auferir renda.

De fato, é difícil imaginar que o campesinato possa se autossustentar com produtos vindos de seu lote (5000 m<sup>2</sup>) ao mesmo tempo em que possa gerar excedentes que agreguem a renda familiar. Veremos que essa lógica irá se repetir na ocupação da Reserva Ambiental da Vila Rural Araucárias. Apesar de não fazer parte do Programa Vilas Rurais, a ocupação que analisamos relaciona-se a ele de algumas formas. Veremos que a ocupação inicial e, posteriormente, generalizada do espaço, não pode ser entendida a partir de um prisma de retorno do campesinato ao meio rural. O que veremos é uma extensão dos problemas que fizeram o governo Jaime Lerner criar o Programa Vilas Rurais. São famílias que, em sua maioria,

dependem de trabalhos temporários e programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. Mas vejamos como se inicia a ocupação em 2007.

O remanejamento do antigo “britador”<sup>48</sup> para a Reserva Ambiental da Vila Rural Araucárias ocorreu através de uma política informal. Eleito e empossado em 1º de janeiro de 2005, Vanderlei José Crestani explana sobre o momento em que passa a conversar com as famílias e também sobre os objetivos do município à época:

Foi em 2005, quando eu assumi meu segundo mandato e a gente se deparou com aquela situação lá. Então o que que nós tínhamos ali? Nós tínhamos uma usina e um britador de pedras que estavam ocupados e que o município tinha interesse em reativá-lo (...) então a alternativa que a gente tinha para reativar aquela usina velha, que aquele britador velho para fazer os asfaltos a frio chamado pmf, o pré-misturado a frio, e a usina estava toda ocupada, estava cheio de gente, famílias, crianças, idosos, numa condição bem complicada. O saneamento, zero. Água para alimentação, instalações sanitárias, era horrível aquilo, era precário. E a partir disso a gente começou então a fazer um diálogo com as famílias<sup>49</sup>.

Foram construídas 12 casas em madeira, com banheiros em alvenaria, que começariam a ser ocupadas em 2007. Tanto os relatos de Crestani quanto os relatos dos moradores da ocupação, apontam que não foi realizado qualquer contrato formal entre o poder público e os moradores. Porém, havia o combinado de que as famílias que fossem morar nas casas seriam realocadas em programas de habitação que futuramente o município viesse a elaborar, sendo que o dever dos moradores seria apenas o de evitar a ocupação generalizada do espaço, visto que a situação poderia sair do controle caso se espalhasse a notícia de que, naquele espaço, a prefeitura havia alocado famílias e construído habitações para este fim.

A quantidade de moradias iniciais permaneceu inalterada por alguns anos, no entanto, Maria Rosângela Monteiro, que chamaremos aqui apenas de Rose, como é conhecida, aponta que houveram varia tentativas de ocupação de outras famílias que passavam por dificuldades semelhantes à dela, ou seja, com dificuldades em pagar aluguel na cidade. Os poucos projetos de habitação governamentais<sup>50</sup> não saíram e a situação passou a se alterar a partir de 2013. O ano coincide com o empossamento do prefeito Leomar Bolzani e seu vice, Rogério Masetto. Apesar do ex-vice-prefeito ter sido entrevistado durante a pesquisa, não foi possível encontrar uma resposta eficaz para o salto no número de famílias da ocupação. Veja, inicialmente, não se tratou de uma ocupação sem mediação do poder público, mesmo que o remanejamento tivesse

---

<sup>48</sup> Atualmente é uma propriedade privada, onde está instalada uma empresa de beneficiamento de eucaliptos.

<sup>49</sup> Entrevista concedida por Vanderlei José Crestani.

<sup>50</sup> Não nos referimos aqui a projetos como Minha Casa Minha Vida, pois mesmo em projetos como este, as famílias tem dificuldades tanto em adentrar no programa e também em pagar os financiamentos.

sido realizado de forma não legal. Porém, a partir de 2013, o número de famílias que chegaram à ocupação teve um severo acréscimo. Não conseguimos realizar um histórico deste aumento no número de famílias, sendo até difícil dar um número preciso de residências por conta das frequentes migrações que ocorrem, apesar dos contatos frequentes com o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Chopinzinho.

Atualmente há cerca de 90 famílias morando no espaço, sendo que, em fevereiro de 2023, 65 famílias eram atendidas pelo CRAS e 48 delas eram beneficiadas pelo Bolsa Família (CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2019). Este dado é importante, pois apesar de não ser uma informação definitiva sobre a condição social das famílias que residem na ocupação, nos indica um certo grau de pobreza, dependência social de políticas governamentais e vulnerabilidade social.

*O Relatório de Levantamento Socioeconômico e Habitacional das famílias residentes na comunidade do Lagoão*, realizado em setembro de 2018 pelo CRAS (2019) contava 59 famílias na ocupação, apontando que

em tempo, salientamos que os problemas sociais observados e relatados pelas famílias vão desde questões de saúde por falta de saneamento básico e acesso a água potável com incidências de doenças devido a estes problemas, desde a questão de barreiras ao acesso ao mercado de trabalho o que incide em demais contingências sociais.

Em 2021, quando entrevistamos Rose pela primeira vez, ela explicou a situação sanitária de uma forma mais explícita. Na época desta primeira entrevista, apenas 20 casas eram abastecidas com água encanada, sendo que 52 famílias utilizavam água de poço e algumas delas utilizavam água diretamente de um córrego que corta a ocupação<sup>51</sup>. Ela acrescenta que

M.R.M<sup>52</sup> - Eu acho que é um direito de todo mundo. Então, o que nós estamos fazendo pra esta semana? Eu vou esperar mais esse fim de semana. Se eles não derem nenhum resultado da prefeitura, daí a gente vai falar direto com o promotor. Que a outra vez a gente conversou com a promotoria da prefeitura. Então, agora a gente vai no fórum e vamos falar com o promotor pra ver o que a gente pode fazer. Por que assim, nessa situação, não dá. Nós temos água encanada aqui, aqui em casa né. Mas só a que a metade do povo, alguns estavam falando comigo, um menino andava todo cheio de feridas na boca. Porque eles tomam banho nesse rio que corre, que corre em volta né. E aí, aqui, tem essas granjas. Eles passam o veneno nas granjas e vem na água. E aí, uns dias atrás, na época de seca, daí vinha um caminhão pipa trazer água pra tomar, mas eles colocam no poço, que não é todo mundo que tem caixa d'água né. Colocavam água no poço, o poço subia e as vezes tinha que tomar até água da sanga. Fervia e tomar água da sanga.

<sup>51</sup> Entrevista concedida por Maria Rosângela Monteiro.

<sup>52</sup> Iniciais do nome Maria Rosângela Monteiro.

L.E.K<sup>53</sup> – E a água do poço está contaminada?

M.R.M – Está contaminada. Que nem aqui, aqui não é água verdadeira. Aqui é água de banhado. E daí quando tá chovendo tem a água do banhado. Quando para de chover, para a água. Não tem mais da onde tirar a água<sup>54</sup>.

O relato acima nos indica algumas coisas. Primeiramente, há a questão da situação jurídica da ocupação. Veja, o início da ocupação, em 2007, ocorreu através de contrato informal entre os moradores e o prefeito da época, Vanderlei José Crestani. Diante disso, da promessa de que os moradores seriam alocados em programas de habitação do município, a situação jurídica da ocupação ficou prejudicada, ao passo de que essa ilegalidade jurídica do espaço impossibilitou tramites que possibilitariam a construção da infraestrutura básica para os moradores. Portanto, trata-se de um descaso do poder público municipal que deixou a situação dos moradores perdurarem por, pelo menos, 10 anos, haja vista que alguns moradores tinham o abastecimento de água. Outro ponto importante, é a caráter organizacional da ocupação. Apesar da condição dos moradores e da própria Rose, que tinha acesso à água, houve a mobilização e sensibilidade de lutar para que os direitos básicos e garantidos em constituição, fossem cumpridos pelo poder público. A água encanada chegaria aos moradores em 2023 por conta dessas lutas e pressões contra os poderes legalmente instituídos. Trata-se de uma vitória dos moradores da ocupação através da organização e mobilização dos moradores. Sobre isso Rose aponta que

M.R.M – Líder, tem eu que sou líder, tem o Gilberto Dalmazzo, que é vice-líder, tem o Márcio, que é o tesoureiro e a Josi, que é secretária.

L.E.K – Certo, então tem essa divisão de funções.

M.R.M – Sim, que a gente sempre faz alguma coisa ou outra pra ter um dinheiro em caixa pra quando precisa. Na verdade, a nossa ideia era fazer um barracão pra fazer reuniões e essas coisas. Porque tudo é feito nas casas e aí não fica certo. Mas só que a gente tem um barracão ali, que é o da antiga reciclagem que está ocupado por um morador. E ele não é daqui e comprou numa época que eu não estava aqui. Ele comprou ali e daí ele está ocupando, mas não mora aqui e tem três casas na cidade. Aí também eu fiz um abaixo assinado que está correndo pra, quando levar no fórum, pedir o barracão de volta, por que pertence pra comunidade. Eu não sei como ele entrou ali, eu não morava aqui. Mas dizem que ele comprou. Ele comprou de um outro morador que não saiu, que vendeu ali e fez outra casa. Porque a maioria foi assim né.

---

<sup>53</sup> Iniciais do nome do entrevistador, Lucas Eduardo Knapik.

<sup>54</sup> Entrevista concedida por Maria Rosângela Monteiro.

L.E.K – Ele fez outra casa aqui?

M.R.M – Sim. E aí, isso passou por três moradores ali o barracão, e depois ficou com o Sebastião, que agora está ali. Mas ele não tem como ocupar ali, porque ele nem mora aqui. Não tem família que mora aqui. Daí ele tem três casas na cidade né, que é alugada. Então, eu acho que é justo que a comunidade fique com o barracão. Nós queríamos pintar, arrumar e fazer as reuniões ali. Porque era a antiga reciclagem ali. Mas isso também depende de a gente ir no fórum falar com o promotor. Que eu passei esse abaixo assinado e todo mundo está assinando. Todo mundo quer de volta o barracão<sup>55</sup>.

Estas e outras lutas são travadas diariamente no interior da ocupação. A necessidade de organização e cooperação para transformar o espaço e reaproveitar espaços sem uso torna-se um anseio de moradores que movem seus esforços para cuidar da ocupação.

\* \* \*

Até aqui, realizamos uma análise para compreendermos a origem da ocupação da Reserva Ambiental da Vila Rural Araucárias de forma que a experiência dos sujeitos fosse um guia para um processo histórico diretamente ligado aos movimentos sociais de luta pela terra que permearam a segunda metade do século XX, principalmente no sul do Brasil.

Observamos que o elemento *experiência* foi fundamental para que mobilizações emergissem, tanto aquelas ligadas diretamente ao MST, como também aquelas que, pela experiência dos sujeitos no próprio MST, fizeram produzir formas parecidas com este movimento clássico de luta pela terra, porém com diversificações que tornaram a mobilização e a própria motivação para se mobilizar uma conjuntura complexa.

Diante disto, produzimos uma reflexão embasada em teorias dos movimentos sociais que pudessem não apenas compreender o surgimento da ocupação, mas também produzir uma tese que relaciona tanto períodos históricos diferentes em suas peculiaridades quanto movimentos sociais que se conectam por várias vias. Um exemplo claro desta ligação é a utilização de estratégias e ações que foram acumuladas através de experiências em outros movimentos sociais e que compuseram *repertórios de ação coletiva* peculiares. Por fim, temos duas reflexões que podem se traduzir em duas teses: a) o movimento social que emergiu em 2004 às margens da PR-281, apesar de não estar relacionado ao MST, utilizou os *repertórios* deste movimento, caracterizando-o como uma continuidade do processo de luta pela terra; b) a

---

<sup>55</sup> Entrevista concedida por Maria Rosângela Monteiro.

ocupação da Reserva Ambiental da Vila Rural Araucárias, iniciada em 2007, é um resultado direto das lutas por terra da década de 1980, sobretudo a ocupação da Fazenda Corumbatá, realizada pelo MST em Chopinzinho, em 1986.

Isto posto, o nosso próximo capítulo buscará entender a composição da ocupação desde seu início, com o progressivo aumento no número de famílias que a compõe, ao mesmo tempo em que produziremos reflexões a partir de teorias dos movimentos sociais (ou dos grupo) que possam nos ajudar a compreender a atualidade da ocupação e as relações sociais que a compõe, com vistas a entender as relações que a tornam peculiar, tanto àquelas entre os membros da ocupação quanto àquelas que a relacionam com o poder público. Esperamos, desta forma, levantar algumas questões importantes sobre o assunto.

## 4 A OCUPAÇÃO E A TEORIA DA AÇÃO COLETIVA

Até aqui, o leitor se deparou com escolhas de teorias, sobretudo dos movimentos sociais, que foram pertinentes à análise de nosso objeto. Neste capítulo abordaremos a ocupação através de uma *teoria da ação coletiva* que nos ajudará a analisar a ocupação pelos seguintes aspectos: sua organização, divisão de grupos dentro da ocupação, os interesses individuais e questões que nos ajudem a problematizar tanto a teoria como possíveis adaptações a ela. Primeiramente, daremos atenção ao surgimento da *teoria da ação coletiva*, elaborada por Mancur Olson na década de 1960, diferenciando-a de outras teorias que buscavam entender as ações coletivas e movimentos sociais. A partir disso, explanaremos sobre os principais pontos teóricos, buscando uma análise de nosso objeto de pesquisa.

### 4.1 A QUEBRA DO PARADIGMA CLÁSSICO DAS AÇÕES COLETIVAS E MOVIMENTOS SOCIAIS

O termo *movimentos social* passou a ser utilizado a partir da década de 1960 para designar grupos coletivos que se organizavam na época, como o movimento *hippie*, por exemplo. Até então, as teorias que buscavam dar conta dos movimentos sociais de forma a evidenciar o aspecto cultural inflado pelos efeitos do capitalismo. Desta forma, autores como Theodor Adorno, guiados por uma perspectiva marxista, viam na modernidade e no abarcamento cultural ao capitalismo como um fator de desmobilização, em que a cultura e sua relação com a estrutura social produziam um individualismo que afastavam, ou mesmo, mitigavam os grupos de resistência ao capitalismo, ao passo que viam um descolamento ideológico dos protestos. Tal perspectiva buscava uma resposta para um presente que não via mais uma expectativa clara com relação a *revolução*, em seu sentido clássico. Ou seja, esses autores buscavam uma explicação para a *ausência* das revoluções ao mesmo tempo em que viam nas mobilizações a irracionalidade, a busca de respostas em um tempo de frustrações e necessidades de afirmações de estilos de vida (ALONSO, 2009).

Maria da Glória Gohn situa as teorias da ação coletiva e dos movimentos sociais através de uma quebra dos *paradigmas clássicos* e teorias que viriam a se desenvolver principalmente dos Estados Unidos, por haver naquele país uma efervescência cultural que desafiava os teóricos na busca por respostas. Gohn (2000, p. 24) aponta que

os autores clássicos analisavam os movimentos em termos de ciclos evolutivos em que seu surgimento, crescimento e propagação ocorriam por intermédio de um processo de comunicação que abrangia contatos, rumores, reações circulares, difusão de ideias etc. As insatisfações que geravam as reivindicações eram vistas como respostas às rápidas mudanças sociais e à desorganização social subsequente. A adesão aos movimentos seriam respostas cegas e irracionais de indivíduos desorientados pelo processo de mudança que a sociedade industrial gerava. Nessas abordagens dava-se, portanto, grande importância à reação psicológica dos indivíduos diante das mudanças, reação considerada como comportamento não-racional ou irracional.

Não faremos aqui uma abordagem geral das teorias que se debruçaram sobre ações coletivas e movimentos sociais<sup>56</sup>. Entretanto, como aponta Gohn (2000), é importante destacar que os teóricos clássicos abordaram as ações coletivas e movimentos sociais pelas vias do comportamento, da psicologia social, da cultura e privações socioeconômicas, muitas vezes se encaminhando para abordagens que viam nas manifestações o reflexo de patologias sociais relacionadas à desorientação gerada pelas mudanças sociais da primeira metade do século XX.

A partir da década de 1960, movimentos organizados passam a surgir, principalmente nos Estados Unidos, pautados por direitos civis, por questões raciais e o movimento feminista, por exemplo. Diante disso, as explicações que se baseavam em comportamentos irracionais ou mesmo na dualidade do marxismo, a luta entre operariado e burguesia, não eram suficientes para explicar de forma concreta a organização das ações coletivas e dos movimentos sociais. Os movimentos tornavam-se mais concretos, criavam hierarquias, dividiam funções, ao passo que suas ações eram mais eficientes através de coordenações mais robustas. Sobre as novas direções dos movimentos, Alonso (2009, p. 51) aponta que

tratava-se seguramente de “movimentos”, no sentido de ações coordenadas de mesmo sentido acontecendo fora das instituições políticas, mas não eram, de modo algum, protagonizadas por *mobs*, tampouco por “proletários”. Eram jovens, mulheres, estudantes, profissionais liberais, sobretudo de classe média, empunhando bandeiras em princípio também novas: não mais voltadas para as *condições* de vida, ou para a redistribuição de recursos, mas para a *qualidade* de vida, e para afirmação da diversidade de estilos de vivê-la. Essas demandas (...) se completavam com a opção por formas diretas de ação política e pela demanda por mudanças paulatinas na sociabilidade e na cultura, a serem logradas pela persuasão, isto é, léguas longe da ideia de tomada do poder de Estado por revolução armada. Então eram, sim, movimentos, mas movimentos *sociais*.

A partir dessas mudanças históricas dos movimentos sociais, onde as organizações envolviam ações coletivas mais estruturadas, surgem novas teorias que viam nos movimentos não mais a *irracionalidade* que frustra as expectativas de revolução ou a desorganização social

---

<sup>56</sup> Para saber mais, ler *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*, de Maria da Glória Gohn, 2000.

causada pelos desdobramentos do capitalismo, mas ao contrário, a *racionalidade* como eixo central na explicação da organização dos movimentos. Gohn (2000, p. 50), em sua esquematização dos conjuntos de teorias, situa a década de 1960 como o período de mudança no paradigma clássico de explicação das organizações e movimentos sociais, apontando que

a fragilidade do paradigma tradicional para explicar os movimentos sociais da década de 60 (que emergiram desde a década de 50), os dos direitos civis, aqueles contra a guerra do Vietnã, os do feminismo etc., que também contavam com a participação de militantes advindos das camadas médias da população, levou a formulação da teoria da MR<sup>57</sup>. As teorias das tensões estruturais, privações, descontentamentos etc. eram, para os criadores da MR, insuficientes para explicar os novos movimentos. A nova teoria enquadrava as ações coletivas em explicações comportamentalistas organizacionais, rejeitando portanto a ênfase anterior dada pelo paradigma clássico aos sentimentos, descontentamentos e quebras de normas, todos de origem pessoal.

Já utilizamos alguns elementos da teoria de *mobilização de recursos* no capítulo anterior e, neste momento, daremos atenção a uma teoria que formou as bases para ela. Trata-se da teoria da *ação coletiva* proposta por Mancur Olson, exposta em sua tese de doutorado e publicada em forma de livro na década de 1960. É necessário entender de onde ela vem, pois para este autor que agora escreve também se tratou de um entendimento complexo.

#### 4.2 MANCUR OLSON: COMO PENSAR A OCUPAÇÃO A PARTIR DA TEORIA DA AÇÃO COLETIVA?

Mancur Olson viveu entre 1932 e 1998, graduou-se pela North Dakota State University, pela Universidade de Oxford teve seu mestrado e tornou-se doutor em Economia em 1963 pela Universidade de Harvard. Sua tese de doutorado de 1963 resultou na publicação, em 1965, da obra *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais* (BOTTINO; DEMMEL; GUARDIOLA, 2009). Para Gohn (2000, p. 51), “a base do modelo é a teoria do utilitarismo”, que ao invés de tratar grupos sociais coesos em seus interesses grupais e que buscam alcançar esses objetivos, Mancur Olson trata os grupos por uma via que os separa e os vê como atores econômicos individuais, onde “a ênfase toda é colocada numa visão exclusivamente economicistas, baseada na lógica racional da interação entre os indivíduos, que buscam atingir metas e objetivos”, e onde a predominância do interesse dos indivíduos leva em conta uma lógica de custo/benefícios que permeia as ações ou ausência delas. As reflexões de

---

<sup>57</sup> Gohn refere-se à teoria de Mobilização de Recursos.

Mancur Olson nascem de uma inquietação com relação a teorias que ele considerava amplamente aceitas sobre as ações coletivas. Na introdução de sua obra, Mancur Olson (1999, p. 13–14) já indica o caráter de sua pesquisa, ou seja, o combate a uma ideia predominante nas Ciências Sociais e outras áreas que se debruçavam sobre o tema da ação coletiva na década de 1960, apontando que

frequentemente é dado por certo, ao menos quando há objetivos econômicos envolvidos, que grupos de indivíduos com interesses comuns usualmente tentam promover esses interesses comuns. Espera-se que os grupos de indivíduos com interesses comuns ajam por esses interesses tanto quanto se espera que os indivíduos isoladamente ajam por seus próprios interesses. (...) Em outras palavras, geralmente se deduz que se os membros de um determinado grupo têm um interesse ou objetivo comum, e se todos ficariam em melhor situação se esse objetivo fosse atingido, logicamente os indivíduos desse grupo irão, se forem pessoas racionais e centradas nos próprios interesses, agir para atingir esse objetivo.

Com isso, Olson pretendia elaborar uma teoria que pudesse cobrir lacunas sobre as ações coletivas, como as teorias sobre a ação das classes sociais, elaboradas a partir da teoria de classes de Karl Marx, criando assim uma das teorias mais influentes e alternativas com relação às vertentes marxistas. Para Olson, um grupo de trabalhadores conscientes de sua classe, mesmo entendendo a necessidade da luta para a conquista de bens coletivos, um direito trabalhista por exemplo, ainda assim não seria suficiente para levá-los a uma ação coletiva, ou melhor dizendo, parte do grupo talvez não seria teria motivações suficientes para isso. Olson (1999, p. 118) aponta que Marx

definiu a classe em termos da posse da propriedade produtiva. Assim, todos os membros do proletariado têm interesses comuns, já que são grupos cujos membros ganham ou perdem juntos conforme preços e salários mudam. Um grupo expropria a mais-valia que o outro produz; subsequentemente, a classe explorada compreende que é de seu interesse e que está ao seu alcance se voltar e terminar com essa forma de exploração. Em síntese, as classes são definidas de acordo com seus interesses econômicos, para cuja promoção elas se servirão de todos os métodos disponíveis, incluindo a violência.

Mancur Olson não pretendia refutar toda e qualquer análise que se baseia em classes sociais. Porém, o autor vê a necessidade de entender como os grupos, que podem estar em uma mesma “classe social” e que possuem condições econômicas comuns, não são exatamente um núcleo coeso que age por seus interesses grupais. Portanto, a “consciência de classe” que poderia dar coesão para um determinado grupo não seria o suficiente para fazê-los agir pelos interesses do grupo, pois na teoria de Mancur Olson os indivíduos são entendidos como *homo economicus*, carregados de interesses individuais. Diante disto, Mancur Olson (1999, p. 21)

buscou nas lógicas de mercado, como a competitividade e a lei de oferta e demanda, criar uma teoria que explicasse a atuação de grupos e suas organizações com base nos interesses envolvidos, sendo que “a combinação de interesses individuais e comuns em uma organização sugere uma analogia com o mercado competitivo”. Olson (1999, p. 21–22) faz essa analogia da seguinte maneira:

As empresas de um determinado setor industrial perfeitamente competitivo, por exemplo, têm um interesse comum em preços mais altos para o produto do setor. Dado que um preço uniforme tende a prevalecer em um mercado desse tipo, uma empresa não pode esperar um preço mais alto para si sem que todas as outras empresas do setor também obtenham esse preço mais alto. Mas uma empresa em um mercado competitivo também tem interesse em vender o máximo possível, tendo como teto o ponto em que o custo de produção de uma nova unidade do produto excede o preço dessa unidade. Nisso não há nenhum interesse comum. O interesse de cada empresa é diametralmente oposto ao de todas as outras, porque quando mais as outras venderem, menor o preço e menores os ganhos de cada empresa. Em síntese, ao mesmo tempo que todas as empresas têm interesse em preços mais altos, elas têm interesses antagônicos no que refere à produção. Isso pode ser ilustrado com um simples modelo de oferta-e-procura. Como exemplo, suponha-se que um setor industrial perfeitamente competitivo esteja vivendo uma situação momentânea de desequilíbrio, com os preços excedendo os custos marginais de produção para todas as empresas em sua atual fase de produção. Suponha-se também que todos os ajustes necessários serão feitos mais pelas empresas já no setor do que pelas recém-chegadas, e que esse setor industrial se veja no momento em uma seção pouco elástica de sua curva de demanda. Com o preço excedendo os custos marginais de produção para todas as empresas, a produção cresce. Mas, quando todas as empresas aumentam sua produção, o preço cai. E como a curva de demanda do setor industrial em questão está, como supusemos, inflexível, a receita total desse setor industrial declina. Aparentemente toda a empresa acha que com o preço excedendo os custos marginais de produção vale a pena aumentar sua produção, mas o resultado é que cada empresa acaba obtendo um lucro menor. Alguns economistas de tempos passados devem ter questionado esse resultado, mas o fato é que a maximização dos lucros das empresas em um setor industrial perfeitamente competitivo pode agir contrariamente aos interesses delas como grupo.

Na explanação acima, Olson pretende trazer a lógica de interesses das empresas de um determinado setor como interesses individuais conflitantes. Em síntese, o autor aponta que os interesses individuais podem afetar negativamente os benefícios coletivos que, no caso do mercado, seriam os lucros individuais. Veja, para Marcur Olson, os indivíduos em uma situação de mercado estão agindo racionalmente, porém os resultados do grupo em si não são racionais, pois irão afetar a todos negativamente. Voltaremos a esta reflexão mais adiante.

Obviamente, o leitor que se deparou com o estudo até aqui, poderá achar que a comparação entre mercado competitivo e movimentos sociais está longe de ser cabível, ao passo que essas comparações podem ser uma barreira, principalmente para pesquisadores que abordam os movimentos a partir vieses marxistas, haja vista que há uma tendência de sentirem-se repelidos pela teoria *olsoniana*. Apontamos isso, pois também para nós, à primeira vista, é

uma teoria que causa um certo estranhamento e desconforto. Porém aqui, o objetivo é buscar a utilidade das reflexões para o nosso objeto de pesquisa, assim como o apontamento das limitações da teoria e, talvez, a adaptação necessária para cobrir elementos que não foram considerados, sempre com base no objeto analisado.

É comum pensarmos em protestos, mobilizações e movimentos sociais organizados a partir de uma ótica que pressupõe interesses grupais coesos e que se encerram em si mesmos. Por exemplo, um acampamento de sem-terra busca terras e os membros do grupo lutam por esse interesse grupal; os sindicatos buscam melhorias para os trabalhadores e lutam por esse interesse grupal; as greves buscam aumentos de salários e melhores condições de trabalho e todos os membros lutam por esse interesse grupal. Porém, todas essas ações são permeadas por dinâmicas complexas e que envolvem interesses individuais que afetam diretamente como e se os objetivos serão atingidos e se os benefícios serão distribuídos.

Para entender isso, Mancur Olson buscou uma resposta que partisse da conceituação dos *bens públicos*. Por *bens públicos*, Olson entende os benefícios que, quando conquistados, são distribuídos a toda uma coletividade. Porém, Olson (1999, p. 50) difere os *bens públicos* em *inclusivos* e *exclusivos* e que afetam diretamente o conceito de *coletividade*, pois a coletividade pode ser a sociedade como um todo ou um grupo que age a partir de interesses restritos ao próprio grupo, o que leva o autor a apontar que

por causa da quantidade fixa, e portanto limitada, de ganho que pode derivar do “benefício coletivo” (o preço mais alto) em uma situação de mercado – que leva os membros de um grupo inserido no contexto de mercado a tentarem reduzir o tamanho de seu grupo –, esse tipo de benefício coletivo será chamado aqui de “benefício coletivo exclusivo”. E, pelo fato do provimento de os benefícios coletivos em situação fora do contexto de mercado, em contraste, se expandirem automaticamente quando o grupo se expande, esse tipo de benefício público será chamado aqui de “benefício coletivo inclusivo”.

Olson (1999, p. 26) exemplifica isso através do Estado e os benefícios distribuídos à população, apontando a necessidade de impostos compulsórios como forma de distribuição de bens:

A razão pela qual o Estado não pode sobreviver de cotas ou pagamentos voluntários e precisa recorrer aos impostos é que os serviços mais fundamentais que ele fornece são, sob um importante aspecto, equivalentes ao preço mais alto em um mercado competitivo: esses serviços têm de estar disponíveis para todos se estiverem disponíveis para alguém. Os benefícios ou serviços mais elementares proporcionados por um governo, como defesa militar, proteção policial e todos ou praticamente a todos da nação. Seria obviamente inviável, caso fosse possível, negar a proteção das forças armadas, da polícia e dos tribunais àqueles que não pagassem voluntariamente

sua parte dos custos governamentais com esses serviços, e os impostos são, portanto, necessários.

A reflexão sobre os *benefícios públicos* é central na obra de Mancur Olson. É a partir dela que se estrutura a teoria das *ações coletivas* e que o autor irá aprofundar as reflexões sobre o *problema do carona* – apesar de não utilizar o conceito diretamente. O *problema do carona* é um conceito que parte da premissa que os sujeitos em uma sociedade irão agir racionalmente para atingir seus objetivos, porém no caso dos *benefícios inclusivos*, o sujeito poderá entender que se ele não contribuir com os custos para atingir determinado objetivo ou para receber determinado *benefício*, ainda assim ele terá acesso à distribuição destes, ou seja, ele “pega carona” nos ganhos do grupo<sup>58</sup>.

Para exemplificar isto, podemos fazer uma reflexão sobre a questão dos impostos no Brasil. É de conhecimento comum que os serviços públicos, como educação e saúde, são custeados pela arrecadação de impostos, sejam eles diretos ou indiretos. Um sujeito que sonega o imposto de renda não será impedido de utilizar esses *benefícios públicos inclusivos*, a iluminação pública, por exemplo. O ato de sonegar, quando analisado a partir do *problema do carona* pode estar relacionado ao “cálculo” que o sujeito fará e que o levará a pensar que, mesmo que não contribua, ainda assim terá os *benefícios* mantidos, pois o restante da sociedade estará custeando o provimento destes *benefícios*. Para Mancur Olson (1999, p. 28), os sujeitos poderão pensar que “seus esforços individuais não terão um efeito sensível sobre a situação de sua organização, e ele poderá desfrutar de quaisquer vantagens obtidas pelos outros quer tenha ou não colaborado com o grupo”. Obviamente, podemos também pensar que o ato de sonegar impostos esteja relacionado a um sentimento de “injustiça” sobre o valor do imposto pago, ou mesmo sobre o problema dos desvios de verbas públicas através da política institucional. Apesar de entender que fatores como ideologia, sentimentos de exclusão ou de solidariedade fazem parte das *ações coletivas*, Mancur Olson não os incluiu de forma sistemática e profunda em sua tese. Porém, isso não quer dizer que não devamos leva-los em consideração.

Em sua obra, Mancur Olson faz uma diferenciação do tamanho dos grupos, o que ele expõe como uma *taxonomia dos grupos*. Para o autor, é importante levar em consideração o tamanho do grupo analisado, pois para ele o tamanho de determinado grupo afeta significativamente a efetividade ou não das *ações* que buscam alcançar *benefícios*. Ele faz uma

---

<sup>58</sup> O termo *carona* (free rider no inglês) aparece apenas na versão em inglês, *The logic of collective action: public goods and the theory of groups*, 1974, p. 76.

distinção entre grupos *pequenos* – que podem ser *privilegiados* ou *intermediários* – e grupos *grandes e latentes*. Nas palavras de Olson (1999, p. 75)

Os grupos pequenos o bastante para serem classificados como “privilegiados” e “intermediários” são, portanto, duas vezes abençoados: eles têm ao seu dispor não somente incentivos econômicos como, talvez, incentivos sociais que podem levar seus membros a trabalharem pela consecução de benefícios coletivos. O grupo grande e “latente”, por outro lado, sempre tem um número de membros maior do que aquele que permitiria que eles se conhecessem uns aos outros, e não provável (exceto quando se trata de um grupo formado por pequenos grupos federados) que ele possa se utilizar pressões sociais que o ajudariam a satisfazer ao seu interesse por um benefício coletivo.

É importante ressaltar que essas diferenciações teóricas devem ser flexibilizadas e adaptadas em diferentes casos analisados, pois diferentes grupos terão composições que podem mesclar intermediários, privilegiados e latentes. Olson (1999, p. 62) aponta que

Um grupo “intermediário” é um grupo em que nenhum membro obtém sozinho uma parte do ganho suficiente grande para incentivá-lo a prover o benefício, mas que não tem tantos integrantes a ponto de um membro não perceber se outro está ou não ajudando a prover o benefício coletivo. Em tal grupo, um benefício coletivo pode ser obtido ou pode não ser, mas nenhum benefício coletivo jamais será obtido sem alguma coordenação ou organização grupal.

Para efeito teórico, trataremos a ocupação como um grupo composto por uma parcela de *intermediários* e outra parcela de *latentes*<sup>59</sup>. Em abril de 2024, haviam 259 moradores na ocupação após a contagem realizada pela organização. Apesar de ser um grupo que poderia ser considerado grande pelo seu quantitativo, levamos em consideração que os moradores se conhecem bem, tendo uma interação cotidiana e tornando as relações dinâmicas. Além disso é necessário destacar que a ocupação conta com um *subgrupo* que organiza e coordena ações e é composto por: presidente, vice-presidente, secretário(a), tesoureiro(a) e também uma parcela dos moradores que participa das reuniões e discussões ativamente. Este grupo é tratado aqui como *intermediário*, haja vista que há certa coordenação e organização das ações. Quando questionada sobre se havia uma divisão de grupos na ocupação, Maria Rosangela Monteiro apontou que seriam três grupos:

---

<sup>59</sup> Há também a possibilidade de adaptar a teoria e trabalhar um grupo composto por diferentes níveis de interação a partir dos termos *militantes*, *ativistas* e *simpatizantes*.

Aqueles que vão se eu chamar, que são mais ou menos 15, teria os outros que, se você der uma forçadinha eles vão e aí tem aqueles outros que você pode forçar que eles não vão igual<sup>60</sup>.

Uma questão se apresenta diante dessa situação: por que uma parcela de moradores não quer dispensar esforços para alcançar objetivos grupais? Primeiramente é necessário entender algumas questões de como a ocupação chegou ao tamanho que está e de como as relações de solidariedade se formaram.

A partir de 2007 começaram a chegar os primeiros moradores. As primeiras famílias foram morar nas casas construídas pela própria prefeitura, de modo informal, ou seja, sem titulação, inclusive sem saber que a área que ocupavam se tratava da Reserva Ambiental da Vila Rural Araucárias. A imagem aérea de 2014 nos dá uma ideia de como era a ocupação do espaço inicialmente. Os dois círculos vermelhos na imagem representam os locais onde as casas de madeira foram construídas pela prefeitura. Eram 6 casas ao norte e 6 casas ao sul.

Figura 13 - Fotografia aérea da ocupação da Reserva Ambiental da Vila Rural Araucárias (2014)



Fonte: Imagem extraída do software Google Earth® em 6 mar. 2024

<sup>60</sup> Entrevista concedida por maria Rosângela Monteiro.

A partir de 2014 começam a chegar mais famílias à ocupação, inclusive de outros municípios. São famílias que chegam através do “boca a boca”, do convite de parentes que conseguiram um lugar na ocupação e que tem familiares ou amigos próximos que passam por situações semelhantes com relação à moradia. As figuras 14, 15 e 16 mostram como o espaço foi sendo ocupado ao longo de 10 anos. Além disso, nos aponta uma realidade brasileira em o acesso à moradia, à casa própria, ainda é um grande impasse para muitas famílias.

Figura 14 - Fotografia aérea da ocupação da Reserva Ambiental da Vila Rural Araucárias (2016)



Fonte: Imagem extraída do software Google Earth® em 6 mar. 2024

Figura 15 - Fotografia aérea da ocupação da Reserva Ambiental da Vila Rural Araucárias (2020)



Fonte: Imagem extraída do software Google Earth® em 6 mar. 2024

Figura 16 - Fotografia aérea da ocupação da Reserva Ambiental da Vila Rural Araucárias (2024)



Fonte: Imagem extraída do software Google Earth® em 6 mar. 2024

Há uma questão de sensibilidade com os novos moradores, pois os primeiros moradores da ocupação chegaram após um longo período de luta por moradia, sendo difícil não ter empatia pelos novos moradores que chegavam.

Teve um monte de gente que chegou ali que chegou até de madrugada com mudança. Daí chegavam, faziam um barraquinho e colocavam a mudança em baixo e construía no outro dia. E daí a gente, que já tinha passado por isso sabe como que é, né? Então, não tinha como “atropelar”. Tinha que deixar ali<sup>61</sup>.

Como negar espaço a pessoas em situações semelhantes àquela vivenciada pelos primeiros moradores da ocupação? As famílias que chegaram entre 2014 e 2024, apesar de terem laços em comum e formarem pequenos grupos, não possuíam os mesmos laços com o resto da comunidade. Essas relações foram sendo criadas e fortalecidas ao longo do tempo através de interações, como uma simples ceia de natal para as crianças carentes ou com projetos, como o “Colabore e Ganhe”, uma ação feita pela organização da ocupação e que buscava motivar os moradores a transformar o espaço em troca de cestas básicas, compradas com a ajuda de um vereador e um voluntário. Com o projeto, foram instaladas caixas de mercado em postes para servirem de cestos de lixo, além de fazerem o reflorestamento em alguns pontos da ocupação.

Figura 17 - Fotografia: Instalação de lixeiras e reflorestamento pelo Projeto Colabore e Ganhe (2022)



Fonte: acervo pessoal de Maria Rosângela Monteiro, cedida ao pesquisador durante a entrevista realizada na ocupação do Lagoão (2023)

<sup>61</sup> Entrevista concedida por Maria Rosângela Monteiro.

Essas ações motivadas pela organização podem ser entendidas por aquilo que Mancur Olson chamou de *incentivos seletivos*, que mobiliza o um grupo *latente*. O termo *latente* é utilizado por Olson separadamente do que ele chama de grupo *grande e latente*. Quando o autor utiliza apenas o termo *latente*, ele refere-se a um grupo ou parte dele que não se mobiliza para alcançar o objetivo grupal. Neste sentido, Olson (1999, p. 73) diz que “sanções e recompensas sociais são ‘incentivos seletivos’, isto é, são incentivos do tipo que pode ser utilizado para mobilizar um grupo latente”. No caso do projeto “Colabore e Ganhe”, tem-se um aspecto econômico envolvido, pois trata-se de um incentivo através de cestas básicas, mas ao mesmo tempo uma ação que gera um *benefício público inclusivo*, tanto no sentido da utilização do espaço, das lixeiras ou mesmo da paisagem mais organizada, como também uma tentativa de engajamento de grupos que dificilmente se mobilizariam.

Além dos *benefícios seletivos* como recompensas econômicas, Mancur Olson traz, em sua teoria, elementos sociais e psicológicos nas relações sociais dos grupos. Apesar de sua teoria basear-se em interesses e cálculos sobretudo materiais que vão levar um indivíduo agir ou não para o bem grupal, Olson (1999, p. 72) entende que

os incentivos econômicos não são, com certeza, os únicos possíveis. As pessoas algumas vezes sentem-se motivadas também por um desejo de prestígio, respeito, amizade e outros objetivos de fundo social e psicológico. (...) A possibilidade de que, num caso em que não haja nenhum incentivo econômico para que um indivíduo contribua para a realização de um interesse grupal, possa haver contudo um incentivo social para que ele dê sua contribuição deve ser considerada.

Por isso é muito importante considerar o tamanho do grupo, pois quando há uma interação face a face, podem ser criadas relações diversas. As relações de solidariedade e compromisso com um determinado grupo podem estar relacionadas à mobilização ou não de um indivíduo, sem ter qualquer relação direta com fatores econômicos, ou mesmo fazer com que, se houverem benefícios econômicos envolvidos, o indivíduo pode fazer esse “cálculo” em que sua visibilidade no grupo seja mais importante do que qualquer ganho econômico. Mancur Olson (1999, p. 72) aponta isso pelo seguinte exemplo:

Se os membros de um pequeno grupo de pessoas que tivesse um interesse em um benefício coletivo fossem também amigos pessoais, ou pertencessem ao mesmo clube social, e alguns membros do grupo pusessem o ônus de prover esse benefício coletivo nas costas dos outros, eles poderiam, mesmo que ganhassem algo economicamente com esse tipo de conduta, perder socialmente com ela, e a perda social poderia pesar mais na balança do que o ganho econômico.

Isso nos leva a outro ponto da teoria de Mancur Olson. Trata-se tanto dos *benefícios seletivos*, porém o autor traz uma questão importante para a análise do nosso objeto de pesquisa: a *coersão*. Mancur Olson (1999, p. 14–15) aponta que

mesmo que os membros de um grande grupo almejem racionalmente uma maximização do seu bem-estar pessoal, eles *não* agirão para atingir seus objetivos comuns ou grupais a menos que haja alguma coerção para força-los a tanto, ou a menos que algum incentivo à parte, diferente da realização do objetivo comum ou grupal, seja oferecido aos membros do grupo individualmente com a condição de que eles ajudem a arcar com os custos ou ônus envolvidos na consecução desses objetivos grupais. Nem irão tais grupos de grande porte formar organizações para promover seus objetivos comuns na ausência da coerção ou incentivos independentes acima mencionados.

Note que Mancur Olson estabelece que essas relações de coerção e benefícios à parte, acontecem em *grandes* grupos, aqueles em que dificilmente se tem interação face a face, dificultando a pressão social sobre determinados membros. Aqui é necessária uma adaptação teórica, pois observamos que mecanismos de *coerção* acontecem mesmo que o grupo seja *pequeno* ou *intermediário*. Antes precisamos voltar à questão dos *benefícios públicos inclusivos*. Veja, a ocupação que analisamos luta ou lutou por questões básicas, no sentido da das infraestruturas necessárias a qualquer lugar, ou seja, as principais lutas foram pela energia elétrica, pelo saneamento básico e policiamento do local, por exemplo. Todos os itens mencionados são *benefícios públicos inclusivos*, pois quando esses objetivos são alcançados, quando a rede de energia elétrica é instalada, por exemplo, todos os moradores da ocupação serão beneficiados, quer tenham dispensado custos pessoais para alcançar o objetivo ou não. Na teoria de Mancur Olson, partes de um grupo que não dispensam esforços ou custos para a obtenção de um benefício, pois sabem que, mesmo que não lutarem por isso, terão o bem distribuídos para si, seriam os “caronas”, que em linhas gerais iriam compor o “*problema do carona*”. Em teoria, esses membros do grupo, mesmo podendo dispensar esforços, custos e recursos para atingir os objetivos, não o fazem, pois entendem que outras pessoas irão fazer e os benefícios serão distribuídos a eles. Isso se daria porque não há como excluir um membro que não dispensou esforços para conseguir a infraestrutura de energia elétrica ou saneamento básico, justamente por serem *benefícios públicos inclusivos*. Porém, há uma questão que deve ser levada em consideração: o *constrangimento*. Aqui, iremos considerá-lo como uma forma de *coerção*. Maria Rosangela Monteiro nos explica como isso é movido na prática:

Eu sempre falo com eles, assim, em particular, né. Eu chamo tal pessoa lá e falo: “olha, nós precisamos ir lá em tal lugar! E se nós formos fazer alguma coisa você vai?”. A pessoa fala “não, eu não posso, amanhã eu tenho tal coisa pra fazer”. Eu digo

“viu, você tem que entender que você mora aqui, nós moramos em uma sociedade, somos uma vila, então nós temos que morar em uma comunidade e todo mundo que mora aqui tem o direito, mas tem o dever”. Aí, dali se estende para uma reunião. Você fala com as pessoas, vamos supor, os três principais que mais levantam o resto. Aí você fala numa reunião que elas vão ter que ir lá e se nós marcarmos pra amanhã às nove horas, nós não podemos quebrar com a nossa palavra. Nove horas nós temos que estar lá<sup>62</sup>.

O *constrangimento* acontece pela relação próxima dos moradores da ocupação. O senso de dever com a luta por direitos dos moradores, pela infraestrutura básica e também por projetos que podem beneficiar a ocupação, permeiam essas relações e mobilizam moradores que, sem essa *coerção*, não agiriam para atingir os interesses comuns, mesmo que a ação desejada para este morador fosse apenas estar presente em uma reunião.

Mas, se mesmo através do *constrangimento* ou do *benefício seletivo* os membros não agem, poderíamos tratá-los a partir do *problema do carona*? Ao nosso ver, trata-se de uma questão altamente complexa e dinâmica. Veja, podemos pensar que o conceito puro do *problema do carona* pode ser útil para pensar questões como a abstenção de votos em uma eleição, sabendo que muitas pessoas acreditam que seu voto não irá fazer diferença, ou mesmo em um caso em que a racionalização de água é necessária para não haver falta dela e determinadas pessoas podem pensar que elas não o farão, pois acredita que outras pessoas também não irão racionar água e ela estará em situação pior que a dos outros. O *problema do carona* pode ser aplicado a várias situações em que *benefícios públicos inclusivos* estão envolvidos. Porém, os moradores da ocupação, não estão simplesmente deixando que os outros dispensem esforços para que, caso alcancem um determinado objetivo, também façam parte da distribuição dos benefícios.

Em uma das conversas com Maria Rosângela Monteiro, a principal liderança da ocupação, pedimos para ela se haviam divisões dentro da ocupação, sendo que essa divisão deveria ser baseada na vontade dos moradores em dispensar esforços e agirem para alcançar benefícios para a ocupação. Em resposta, ela apontou que pelo menos 15 membros da ocupação são ativos e participam de ações quando chamados a ajudar em alguma causa. Pelas vias teóricas este trata-se de um grupo *intermediário*. São membros que conferem um alto valor às ações coletivas e entendem que a organização e coordenação podem gerar benefícios importantes à ocupação, além daqueles já conquistados. Além desse grupo mais ativo, há também membros que participam de alguma forma quando são solicitados, estão no grupo de rede social digital que comunica questões da ocupação e totalizam cerca de 60 membros. O restante dos membros

---

<sup>62</sup> Entrevista concedida por Maria Rosângela Monteiro.

da ocupação totaliza cerca de 150 pessoas (excluindo crianças), que chamaremos aqui de grupo *latente*, ou seja, são membros que vão levar em consideração os custos e potenciais benefícios que podem ser distribuídos a eles. Sua ação dependerá do objetivo de determinado momento. Observe que deixamos de lado a categoria *privilegiados*, pois tal categoria refere-se a um grupo muito pequeno e que Olson (1999, p. 62) assemelha a um *oligopólio*, quando em contexto de mercado. Na ocupação analisada, não encontraremos tal grupo que se encaixe nessas especificidades.

Portanto, a questão que iremos abordar a partir de agora, trata-se de pensar fatores que possam nos indicar o *porquê de o grupo latente não agir para alcançar objetivos comuns da ocupação*. Isso pode nos ajudar a abranger a *teoria da ação coletiva* de forma que o *problema do carona* esteja relacionado não somente a uma concepção do *sujeito econômico*, que só age para alcançar *benefícios coletivos* quando o *custo* de suas ações não ultrapassa o “valor” do *benefício*. Essa é a lógica que Mancur Olson traz em sua obra e que faz com que os indivíduos partam apenas ser uma racionalidade econômica. É isso também que repele a utilização de sua teoria por pesquisadores que sentem um estranhamento com o fator economicista da teoria. Para isso, iremos estabelecer algumas hipóteses. Elas são necessárias, pois o tempo de pesquisa é curto para realizar um estudo abrangente e que possa deixá-lo mais concreto, ao passo que tais hipóteses, aplicadas ao objeto de pesquisa, possam dar um sentido teórico mais abrangente e que possa ajudar outros pesquisadores a ter maiores margens de utilização teórica.

Como já apontamos no capítulo anterior, a ocupação da Reserva Ambiental da Vila Rural Araucárias se inicia em 2007 e, no decorrer destes 18 anos, ocorreram mudanças significativas nos grupos que a formavam. Vimos, no decorrer da pesquisa, que a ocupação derivou de movimentos sociais de luta pela terra, principalmente o MST e sua influência na região sudoeste do Paraná. A ocupação, apesar de ter sido originada a partir de uma mediação com o prefeito da época, não pode ser considerada apenas um fato isolado, sem relação com os movimentos sociais e as lutas travadas em seu tempo. Podemos, inclusive, fazer uma pequena linha cronológica para chegar ao nosso ponto de partida. Em 1986, tem-se a ocupação da Fazenda Corumbatá, fenômeno que reuniu diversos agrupamentos da região e formou um grande acampamento com cerca de 3000 pessoas envolvidas. Após isso, a ocupação das margens da PR-281, em 2004, pode ser entendida como um acampamento originado da experiência de sujeitos que participaram de outros episódios, como Evalter José Dalmazzo, que participou da ocupação da Fazenda Corumbatá. Logo em seguida, após o desmantelamento da ocupação e da divisão dos grupos, algumas famílias ocuparam, a partir de 2005, a usina de asfalto desativada.

Posteriormente, em 2007, o remanescente de famílias, como a de José Evalter Dalmazzo e de Maria Rosangela Monteiro, ocupam a Reserva ambiental da Vila Rural Araucárias.

Atualmente, a ocupação tem cerca de 88 famílias. Muitas dessas famílias não tiveram um contato direto com movimentos sociais no sentido da experiência em que o núcleo que iniciou a ocupação se inseriu. Portanto, não é difícil imaginar que boa parte das famílias que hoje participam da ocupação não tenham vínculos fortes com a ideia de movimentos sociais.

O ponto central a que pretendemos chegar pode ser resumido, *a priori*, em duas hipóteses. 1) *a atualidade da ocupação indica que, como grupo social, ou mesmo como movimento social, possui dificuldades de organização pela maior diversidade de interesses individuais que a compõe*. Isso quer dizer que, quando parte dessas famílias ocupavam as margens da PR-281, havia uma maior coesão de interesses? Não, exatamente. Podemos imaginar que haviam interesses muito diferentes também em 2004, como aqueles que buscavam acesso à terra para a reprodução de sua vida social como camponeses e aqueles que se interessavam pela terra, mas que suas dificuldades de aluguel na cidade, por exemplo, os levavam à ocupação com os interesses de ganhar apenas uma casa na cidade, uma moradia. Obviamente, por consequência, ainda estão lutando por terra, mas o sentido de uso é diferente. Inclusive, isso ficou evidenciado em um nível que podemos chamar de ideológico. Quando do desmantelamento da ocupação, em 2005, tiveram algumas famílias que foram ocupar a usina de asfalto, enquanto outras famílias optaram por fazer parte de outras ocupações organizadas em movimentos, principalmente por intermédio do MST, e participar de uma luta maior, com mais riscos e, talvez, maiores ganhos.

A segunda hipótese está ligada às experiências e conecta-se diretamente à primeira hipótese. 2) *Os grupos que formam a ocupação, por serem diversificados, por chegarem na ocupação em diferentes momentos e não terem experiência direta com outros movimentos sociais, tendem a não enxergar no núcleo do movimento um fator que gera conquistas e bens que são distribuídos a todos os moradores da ocupação*. Isso gera ações contrárias, inclusive. Não raro, encontramos pessoas apontando que o *núcleo base* da ocupação não irá conseguir determinado benefício. Essa hipótese relaciona-se diretamente às reflexões de Thompson (1981, p. 121) sobre a formação das classes, onde expõe que as classes se formam no seu próprio movimento, ou seja, no próprio processo de formação. Portanto, se entender a ocupação no sentido de classe em processo, o fator *experiência* de Thompson é determinante, pois trata-se da experiência da ação conjunta, de indivíduos que experimentaram, em algum momento, a ação coletiva e tem, desta forma, uma percepção da efetividade e o do próprio poder que ações coletivas têm de transformar a realidade.

A terceira hipótese relaciona-se àquilo que Mancur Olson (1999, p. 34) menciona sobre a dificuldade em relacionar os interesses e comportamentos do grupo ao tamanho do mesmo:

A dificuldade de analisar a relação entre o tamanho do grupo e o comportamento do indivíduo no grupo se deve em parte ao fato de que cada indivíduo em um determinado grupo pode conferir um valor diferente ao benefício público almejado por seu grupo.

Sobre isso, o comportamento que precisamos evidenciar é a falta de *ação* do grupo *latente* com relação aos interesses comuns da ocupação. Veja, esta questão não é simples e a hipótese abaixo trata-se de um ponto de referência para pensarmos a especificidade da ocupação que analisamos. 3) *Indivíduos que alcançaram um dos objetivos mais básicos com relação a reprodução de sua existência – ou seja, uma moradia – possuem vontade de dispensar mais esforços para o alcance de outros benefícios?* Aqui, é indispensável pensar que indivíduos, sejam eles participantes de movimentos sociais, ou mesmo aqueles que lutam por determinada demanda social ou pautas abrangentes, como a ambiental, possuem certos limites de ação. Estes limites de ação envolvem questões que podem estar relacionadas hipoteticamente a uma sensação de desmotivação diante da percepção de inalteração das estruturas sociais, ou mesmo limites físicos – a velhice e doenças, por exemplo. Mark Fisher (2020), intitula sua obra mais influente utilizando uma famosa frase de Slavoj Žižek. A obra chama-se *Realismo capitalista: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo?* A obra, que varia entre tons pessimistas e alternativas para vencer a crise neoliberal, aponta uma certa mistura de angústia e tédio relacionada aos fracassos em vencer a cooptação do capitalismo e sua versão extrema, o neoliberalismo. Não por acaso, nas últimas décadas se tornou frequente ouvirmos que o capitalismo não é perfeito, mas que seria o melhor sistema econômico até o momento. É um pensamento trágico, que leva os indivíduos a normalizar as desigualdades, os horrores da guerra e a angústia de ter uma existência guiada pelo consumo. O ponto que nos interessa aqui é pensar que essas questões minam a capacidade de motivar os indivíduos em suas próprias lutas. É neste sentido, e apenas nele, que podemos tratar *o problema do carona* em seu sentido mais negativo à análise da ocupação, o da *acomodação social*.

As reflexões acima nos levam a uma quarta hipótese. 4) *O comportamento apolítico, ou antissistema, mina a ação política e desmobiliza tanto o desejo por mudanças como a capacidade de pensar a política como um fator de transformação social.* Esta última hipótese leva em consideração o sentimento de ineficiência da política como força de transformação social. Para indivíduos que passaram boa parte da vida expostos mais diretamente aos efeitos negativos da política, como a corrupção e as ações da política locais, traduzidas no senso

comum da “politicagem”, ao passo que uma vivência individualizada e sem experiência coletiva levam à percepção de que somente pelo esforço próprio e individual sua realidade é transformada. Como aponta Maria Rosângela Monteiro sobre a falta de mobilização de alguns moradores:

Eu acho que um pouco é medo da sociedade, pelo jeito. Sabe a pessoa que já foi muito rejeitada, muito sofrida? Eu acho que a maioria está ali. Esses dias eu estava comentando com a Pâmela aqui. Eu falei: parece que todas as pessoas que sofreram bastante e as pessoas que erraram bastante parece que vieram ali<sup>63</sup>.

Em síntese, temos hipóteses básicas que trazem elementos que devem ser considerados nas reflexões teóricas e que tornam o *problema do carona* extremamente complexo quando se incluem fatores sociais como *experiência*, *percepção social*, *percepção política*, entre outros fatores que podem influenciar nas ações individuais. Portanto, incluímos na *teoria da ação coletiva* reflexões que, apesar de Mancur Olson ter entendido que são importantes à análise comportamental, ele não desenvolveu e incluiu sistematicamente em sua teoria. Veja, aqui também não fora possível, por questões de tempo de pesquisa, sistematizar como esses fatores podem ser decisivos à ação coletiva. Porém, esperamos que, através dessas reflexões, seja possível repensar a teoria com um olhar que não seja àquele que leva em consideração apenas a atuação e pensamento econômico diante de determinadas situações e conjunturas.

Observamos que desde 2007, quando a Reserva Ambiental da Vila Rural Araucárias foi ocupada por algumas famílias, houve um processo em que a composição dos grupos sofreu alterações significativas. Por meio de hipóteses, levantamos algumas questões que ajudam a entender as dinâmicas que envolvem a especificidade da ocupação analisada a partir da teoria de Mancur Olson. Além disso, observamos um processo histórico que encadeia formas de luta pela terra que perpassam movimentos sociais longevos, como o MST, e que geram experiências que impactam diretamente a contemporaneidade e carregam ao mesmo tempo confrontos de experiências. Como vimos, as experiências dos moradores são diversificadas, sendo que ao longo do tempo mantem-se um núcleo de organização e coordenação das demandas da ocupação que já estava ligado há movimentos sociais, ao passo que a chegada de novos moradores com outras experiências e o crescimento da ocupação, as dinâmicas que envolvem os interesses e objetivos são alteradas. Diante disto, foi necessário refletir sobre como e o porquê dessa diversificação, contrapondo o *problema do carona* no sentido de que não são apenas motivações econômicas que fazem o movimento ter aderência ou não, mas sim todo um

---

<sup>63</sup> Entrevista concedida por Maria Rosângela Monteiro.

processo permeado por sentimentos e expectativas diante da realidade concreta. Sendo assim, acreditamos que a abordagem de nosso objeto à luz da teoria de Mancur Olson é de extrema utilidade, porém ela não deve se limitar à teoria, mas sim trazer elementos que possam explicar cada objeto em sua especificidade.

\* \* \*

Neste capítulo tivemos o objetivo de analisar a ocupação através da teoria da *ação coletiva* de Mancur Olson (1999), que estabelece importantes conceitos para entender os movimentos sociais de forma que não sejam entendidos como grupos coesos. Talvez esta seja a principal contribuição de Mancur Olson, àquela que não trata os movimentos a partir de objetivos comuns e que devem ser alcançados por todos os sujeitos envolvidos, mas que um grupo pode ser formado por diferentes grupos, com diferentes níveis de ação e interesse. A partir disso, compreendemos a ocupação composta por grupos *intermediários* e *latentes*, ou seja, aqueles que organizam e coordenam as ações e aqueles que, muitas vezes, precisam de *benefícios seletivos* para entrar em ação. Além disso, buscamos problematizar e adaptar o conceito de *problema do carona*, para que a teoria não seja utilizada em seu sentido estrito, levando em consideração apenas os interesses econômicos envolvidos nas ações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos trazer à tona a história da ocupação da Reserva Ambiental da Vila Rural Araucárias, na comunidade do Lagoão, em Chopinzinho/PR. Aquele breve trabalho final realizado na disciplina isolada História dos Movimentos Sociais no Campo, ministrada por Antônio Marcos Myskiw e Mônica Hass, nos instigou a entender melhor como se originou a ocupação. Ao longo da pesquisa, observamos que os sujeitos e suas experiências foram fundamentais para entender o processo histórico que levou à ocupação.

A história de Chopinzinho está ligada diretamente à disputa por território no século XIX, quando o Império decreta a fundação de colônias militares para defender as fronteiras diante do interesse dos argentinos no que ficou conhecido como a Questão de Palmas. A Colônia Militar do Chopim teve uma breve administração dos militares e a colônia sofreu com o isolamento com relação a outras regiões, sendo que muitos moradores acabaram por sair da colônia e optaram por morar em outras localidades que se desenvolviam mais rapidamente.

Esse desenvolvimento de localidades que viriam a se tornar Pato Branco ou Francisco Beltrão, por exemplo, perpassaram políticas governamentais como a “Marcha para o Oeste” levada à cabo por Getúlio Vargas no final da década de 1930. Com o objetivo de ocupar e integrar economicamente regiões do oeste brasileiro, o projeto teve fortes impactos na região e gerou conflitos de grandes montas. Junto ao projeto “Marcha para o Oeste”, os interesses econômicos de empresas colonizadoras, de madeireiras, juntamente a figuras políticas, como a de Moysés Lupion, produziram uma série de conflitos ligados ao interesse por terras. Todos os conflitos trazidos à baila no segundo capítulo e que tratam de diferentes regiões (extremo norte, sudoeste e oeste paranaense) perpassam a atuação política coadunada com o interesse econômico e que geraram intensa violência entre posseiros, grileiros, empresas colonizadoras e madeireiras. Além disso, observamos o caso dos indígenas de Mangueirinha que, além de serem empurrados para áreas cada vez mais distantes, sofreram intensamente com os órgãos criados durante do século XX para “protegê-los”, mas que resultaram em uma negação do seu modo existência, sendo que órgãos como o SPI atuaram como sistemas de controle dos indígenas, atuando com violência e com uma visão evolucionista de que o indígena, ao longo do tempo, sairia de seu estado “selvagem” e seria integrado à sociedade brasileira, à “civilização”, tornando-se uma força de trabalho no campo.

Já no final da década de 1970 e início de 1980 analisamos o início de movimentos sociais que agitariam o cenário agrário paranaense. Os conflitos por terra no Rio Grande do Sul

fariam emergir o MST. No Paraná, a modernização levada à cabo pela Ditadura Militar com a construção de hidrelétricas e o alagamento de imensas áreas ocupadas por camponeses fez emergir o movimento *Justiça e Terra* com a construção da Usina de Itaipu Binacional. O movimento *Justiça e Terra* fora também elaborado a partir de uma mediação entre os camponeses afetados pela construção das barragens e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) ligada à Igreja Católica. Vale ressaltar que a construção da Usina de Salto Santiago transformou-se em um laboratório de experiências e que geraram o entendimento de que, sem luta, os camponeses teriam sua forma de existência extremamente afetadas caso não houvesse organização e luta pela terra. É a partir dessa mediação que a CPT elabora em 1981 o cadastro de cerca de 6.000 famílias afetadas pela construção de barragens. Era o início do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra do Oeste do Paraná (Mastro).

Ainda na década de 1980, vimos que na região já haviam acampamentos ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra do Oeste do Paraná (Mastro) e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra do Sudoeste do Paraná (Mastes) e que viriam a compor o MST do Paraná.

Utilizamos alguns conceitos importantes para entender as ações dos movimentos na década de 1980. Um deles foi o conceito de *oportunidades e restrições políticas* de Sidney Tarrow (2009) que nos permitiu entender o cenário político paranaense diante dos conflitos agrários que permeiam a luta pela terra dos camponeses e seu embate com o governo do Paraná, que prometia resolver o problema assentando os camponeses que sofriam com as diversas formas de exploração e esbulho da terra. Diante disto, também utilizamos o conceito de *repertório de ação coletiva* de Charles Tilly (2001) para dar ênfase na mudança de estratégia do MST frente às promessas não concretizadas de assentamento dos camponeses. O *repertório* passou por uma transformação, onde os camponeses ligados ao movimento passam a entender que a ocupação direta das fazendas almeçadas e não mais o acampamento em estradas e margens das fazendas poderiam gerar maiores conquistas e maior pressão sobre o governo. É nesta esteira que em 1986 é realizada a ocupação da Fazenda Corumbatá, que reuniu diversos acampamentos da região e chegou a ter um contingente com cerca de 3.000 trabalhadores rurais sem-terra.

A parti disso, relacionamos alguns conceitos essenciais para desenvolver o trabalho de forma que pudéssemos entender a origem da ocupação da Reserva Ambiental da Vila Rural Araucárias, em Chopinzinho, fazendo conexões que aproximam os movimentos sociais da década de 1980 aos movimentos sociais da década de 2000, com o objetivo de entender essa processualidade que incorpora elementos do passado e presente. Dessa forma, através de

depoimentos orais, buscamos no conceito *experiência humana* de Thompson (1981) e no conceito de *repertório de ação coletiva* de Charles Tilly (2001) a compreensão das conexões entre diferentes experiências em movimentos sociais. Não à toa, um dos subtópicos do terceiro capítulo foi intitulado de *Sujeitos: a experiência em movimento(s)*, pois é tanto a interiorização da *experiência* de um determinado tempo histórico, onde um sujeito como Evalter José Dalmazo participa ativamente de movimentos sociais e suas formas de luta, como também a própria *experiência* se movimentando pela ação humana. Desta forma o conceito de *repertório de ação coletiva* deu conta de entender que as ações e estratégias movidas durante a ocupação das margens da PR-281 em 2004, são frutos da *experiência* acumulada por um sujeito que participou de outros movimentos e trouxe essas *experiências* (as movimentou) para formar um novo movimento, com *repertório* parecido com o do MST, mas com suas peculiaridades.

Através de entrevistas orais, pudemos trazer um olhar diferente para aqueles que sempre lutaram por questões básicas, como terra e moradia. Essa luta, essa experiência em movimentos sociais, surte efeitos atualmente. Desta forma, chegamos a um importante fato inicial, apontando-nos que a ocupação que analisamos tem raízes fortes nas ações promovidas pelo MST, principalmente a ocupação da Fazenda Corumbatá, em novembro de 1986, corroborando com a ideia de que os movimentos da década de 1980, sobretudo o MST, produziram experiências que culminaram em novos movimentos sociais, como a ocupação das margens da PR-281, em 2004.

Vimos que sujeitos como Evalter José Dalmazo e Maria Rosangela Monteiro, levam consigo a *experiência humana* de que Thompson (1981) nos falou. Essa *experiência* traduziu-se em *repertórios de ação coletiva* utilizados para lutar por terra, para saírem de situações de extrema dificuldade. Desta forma, trazem ao presente a *experiência* acumulada de suas vivências em movimentos sociais e suas formas de luta.

Buscamos também utilizar teorias de diferentes vertentes que, mesmo quando não concordassem entre si ou não fossem confluentes, pudessem ajudar a pensar o objeto de pesquisa trazendo aquilo que melhor pudesse se aproximar da realidade e mesmo que fosse necessário refutar ou adaptar alguns pontos, como o *problema do carona* contido na teoria de Mancur Olson (1999). Analisamos cautelosamente os aspectos da teoria de Olson, pois o autor traz em suas reflexões uma predominância de aspectos econômicos e materiais sobre os interesses que movem cada sujeito em suas determinadas *ações coletivas*. É certo que cada sujeito fará “cálculos” que o levarão ou não a levar à cabo ações dentro de um grupo, porém há fatores não relacionados à aspectos econômicos, mas que são de extrema relevância para que entrem em ação ou não. São fatores como o sentimento diante da organização do movimento

social, os sentimentos e expectativas, muitas vezes frustradas, diante da política regional ou mesmo da política como elemento de transformação social.

Ainda analisando a ocupação a partir da teoria de Mancur Olson (1999), buscamos entender a formação e composição da ocupação através da diferenciação realizada pelo autor no que tange o tamanho do grupo ou mesmo os diferentes grupos no interior da ocupação. Desta forma foi possível analisar a ocupação através de grupos que a compõe e que possuem diferentes atuações no sentido das *ações coletivas*. Há, por exemplo, um grupo *intermediário* que forma o *núcleo base* da ocupação e que move ações através das demandas dos moradores. Por outro lado, há também outro grupo que forma uma maioria e que o designamos como o grupo *latente*, que dependendo das ações promovidas pelo movimento irá ou não contribuir para alcançar o *benefício público*. Mas, como citado anteriormente, o *problema do carona* que, se o seguíssemos em seu sentido estritamente econômico seria o elemento explicativo dessa falta de movimentação, deve levar em consideração diversos aspectos que mobilização ou não os sujeitos.

O leitor que chegou até aqui, percebeu que este trabalho buscou dar um enfoque na ocupação como um movimento social em si. Além disso, todo o processo que perpassou a ocupação da Fazenda Corumbatá (1986), a ocupação das margens da BR-281 (2004), a ocupação do britador (2005) e a ocupação da Reserva Ambiental da Vila Rural Araucárias (2007) foi analisada em uma perspectiva teórica dos movimentos sociais, buscando assim uma contribuição para outros pesquisadores que buscam analisar movimentos sociais de médio e pequeno porte. Além disso, fica evidente que os movimentos sociais sofrem intensas alterações dependendo de seu contexto histórico, haja vista que a origem a ocupação analisada tem forte relação com a atuação do MST na região, porém hoje, pela sua composição, está inserida em formas de luta muito diferentes, utilizando *repertórios de ação coletiva* de seu próprio tempo, como não poderia deixar de ser.

Obviamente, todo trabalho de pesquisa deixa lacunas e este não seria diferente. A abordagem concreta da realidade é um processo difícil de se alcançar e, quando se chega perto disso, ainda assim muitas lacunas e possíveis interpretações ficam para trás. Entretanto, esperamos ter contribuído cientificamente ao analisar uma ocupação que fruto direto de movimentos sociais da década de 1980.

## REFERÊNCIAS

### FONTES DOCUMENTAIS

#### Depoimentos Orais

BARBOZA, Hilda Terezinha. **Hilda Terezinha Barbosa**: depoimento. [Entrevista concedida a] Lucas Eduardo Knapik. Chopinzinho/PR, 24 mar. 2023.

BERNARDO, Juliana Paola. **Juliana Paulo Bernardo**: depoimento. [Entrevista concedida a] Lucas Eduardo Knapik. Chopinzinho/PR, 16 mar. 2023.

BOSCHI, Rudinei Luis. **Rudinei Luis Boschi**: depoimento. [Entrevista concedida a] Lucas Eduardo Knapik. Chopinzinho/PR, 8 dez. 2023.

CENI, Enio Valdir. **Enio Valdir Ceni**: depoimento. [Entrevista concedida a] Lucas Eduardo Knapik. Chopinzinho/PR, 16 mar. 2023.

CRESTANI, Vanderlei José. **Vanderlei José Crestani**: depoimento. MONTEIRO, Maria Rosângela. **Maria Rosângela Monteiro**: depoimento. [Entrevista concedida a] Lucas Eduardo Knapik. Chopinzinho/PR, 12 dez. 2022.

DALMAZZO, José Evalter. **José Evalter Dalmazzo**: depoimento. [Entrevista concedida a] Lucas Eduardo Knapik. Chopinzinho/PR, 6 mai. 2023.

FALCÃO, Sergio de Melo. **Sérgio de Melo Falcão**: depoimento. MONTEIRO, Maria Rosângela. **Maria Rosângela Monteiro**: depoimento. [Entrevista concedida a] Lucas Eduardo Knapik. Chopinzinho/PR, 16 abr. 2022.

MASETTO, Rogério. **Rogério Masetto**: depoimento. [Entrevista concedida a] Lucas Eduardo Knapik. Chopinzinho/PR, 20 dez. 2022.

MECCA, José Helio. **José Hélio Mecca**: depoimento. [Entrevista concedida a] Lucas Eduardo Knapik. Chopinzinho/PR, 3 jun. 2023.

MONTEIRO, Emilia. **Emilia Monteiro**: depoimento. [Entrevista concedida a] Lucas Eduardo Knapik. Chopinzinho/PR, 3 jun. 2023.

MONTEIRO, Maria Rosângela. **Maria Rosângela Monteiro**: depoimento. [Entrevista concedida a] Lucas Eduardo Knapik. Chopinzinho/PR, 13 abr. 2024.

MONTEIRO, Maria Rosângela. **Maria Rosângela Monteiro**: depoimento. [Entrevista concedida a] Lucas Eduardo Knapik. Chopinzinho/PR, 20 dez. 2022.

PASQUALI, Neide Maria Gasparetto. **Neide Maria Gasparetto**: depoimento. [Entrevista concedida a] Lucas Eduardo Knapik. Chopinzinho/PR, 21 dez. 2022.

SAUER, Madalena Olivia. **Madalena Olivia Sauer**: depoimento. [Entrevista concedida a] Lucas Eduardo Knapik. Chopinzinho/PR, 16 mar. 2023.

## Jornais

A ESPERA DA REFORMA AGRÁRIA. **Jornal dos Trabalhadores Sem Terra**, São Paulo, ed. ago. n°46 ano IV, 1985.

ACAMPADOS QUEREM ACORDO CUMPRIDO. **Jornal dos Trabalhadores Sem Terra**, São Paulo, ed. jun. n° 53 ano V, 1986.

CONSUMADO O DESPEJO DOS SEM-TERRA DE CORUMBATÁ. **Correio de Notícias**, Curitiba, PR, ed. ed. 1659, 1987.

FAZENDEIROS ESTÃO SE ARMANDO. **Jornal dos Trabalhadores Sem Terra**, São Paulo, ed. jun. n°44 ano IV, 1985.

MAIS TRÊS DESPEJOS SÃO AUTORIZADOS PELA JUSTIÇA DO PARANÁ. **Correio de Notícias**, Curitiba, PR, ed. ed. 1647, 1986.

OPERAÇÃO DE GUERRA CONTRA 750 FAMÍLIAS. **Jornal dos Trabalhadores Sem Terra**, São Paulo, ed. jan. n° 59 ano VI, 1987.

PARANÁ, Desapropriados do Paraná pedem mais pelas terras. Reforma agrária: Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária. **Reforma agrária: Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Campinas, SP, ed. jun/jul, seq. Noticiário especializado, 1979.

PM DESPEJA 750 FAMÍLIAS QUE INVADIRAM FAZENDA NO PARANÁ. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, RJ, ed. jan. n°278 ano XCVI, 1987.

PROPRIETÁRIO DA FAZENDA INVADIDA PEDIU REINTEGRAÇÃO DE POSSE. **Correio de Notícias**, Curitiba, PR, ed. ed. 1615, 1986.

SEM-TERRA INVADEM FAZENDA CORUMBATÁ EM CHOPINZINHO. **Correio de Notícias**, Curitiba, PR, ed. ed. 1614, 1986.

SEM-TERRA OCUPAM ÁREA EM QUEDAS DO IGUAÇU. **Correio de Notícias**, Curitiba, PR, ed. ed. 1654, 1986.

SARNEY DESAPROPRIA TERRA PARA REFORMA AGRÁRIA. **Correio de Notícias**, Curitiba, PR, ed. ed. 1882, 1987.

VIVER NO PARANÁ É CONVIVER COM VIOLÊNCIA. **Jornal dos Trabalhadores Sem Terra**, São Paulo, ed. fev/mar. n° 60 ano VI, 1987.

## Decretos

BRASIL. Decreto n°o 94.914, de 18 de setembro de 1987. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado “Fazenda Marrecas”, constituído dos lotes nos 6,18 (parte) e 18-B, classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, situado no Município de Turvo, no Estado do Paraná, compreendido na zona prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto n° 92.622, de 2 de maio de 1986, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** 1987.

BRASIL. Decreto nº 91.683, de 24 de setembro de 1985. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, parte do imóvel rural denominado “Fazenda Bugre”, situado no Município de Chopinzinho, no Estado do Paraná, e compreendido na área prioritária, para fins de reforma agrária, fixada pelo Decreto nº 69.411, de 22 de outubro de 1971 e alterado pelos Decretos nºs 78.422, de 15 de setembro de 1976 e 84.969, de 28 de julho de 1980. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 set. 1985. Seção 1, p. 16467. 1985.

## Relatórios

CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Relatório de Levantamento Socioeconômico e Habitacional das famílias residentes na comunidade do Lagoão**. Chopinzinho/PR, CRAS, 2019.

## Bibliografia

ALBERTI, Verena. De “versão” a “narrativa” no Manual de história oral. **História Oral**, v. 15, n. 2, 18 dez. 2012. DOI 10.51880/ho.v15i2.263. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/263>. Acesso em: 4 out. 2023.

ALBERTI, Verena. **Manual De Historia Oral**. 3. ed., Rio de Janeiro: Fgv Editora, 2004.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 76, p. 49–86, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100003>.

ALONSO, Angela. REPERTÓRIO, SEGUNDO CHARLES TILLY: HISTÓRIA DE UM CONCEITO. **Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 3, p. 21–41, jun. 2012. <https://doi.org/10.1590/2238-38752012v232>.

BALDIN, Rafael. **No Pátio do Cabo Dito: memórias de uma favela em Pato Branco/PR (1968-2010)**. 2022. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, SC, 2022.

BARROS, Vera Lucia Fregonese. **A Colônia Militar do Chopim - 1882 a 1909**. 1980. UFSC, Florianópolis, 1980.

BATTISTI, Elir. As disputas pela terra no sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX. **Revista Campo-Território**, v. 1, n. 2 Ago., p. 65–91, 30 ago. 2006. <https://doi.org/10.14393/RCT1211785>.

BERTUOL, Eduarda. **Luta Pela Terra e Resistência Indígena no Sudoeste do Paraná: a formação do movimento dos Kaingang da Terra Indígena de Mangueirinha (1960-1988)**. 2022. 190pt f. Mestrado – UFFS, Chapecó, SC, 2022. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/6047/1/BERTUOL.pdf>. Acesso em: 6 maio 2024.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3. ed. São Paulo, Brazil: Companhia das Letras, 1994.

BOTTINO, María Carolina; DEMMEL, María Constanza; GUARDIOLA, Emiliano. MANCUR LLOYD OLSON: UN CIENTÍFICO SOCIAL. 2009.

CAMARGO, Maria Luiza Gutierrez De. **O latifúndio do Projeto Jari e a propriedade da terra na Amazônia brasileira**. 2015. Mestrado em Geografia Humana – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. DOI 10.11606/D.8.2015.tde-03122015-145826. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-03122015-145826/>. Acesso em: 16 fev. 2024.

DE SOUZA, Almir Antonio. **Armas, pólvora e chumbo: a expansão luso-brasileira e os indígenas do planalto meridional na primeira metade do século XIX**. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2012.

DELGADO, Guilherme. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. *In*: RAMOS FILHO, Luiz Octávio; ALY JUNIOR, Osvaldo (orgs.). **Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual**. São Paulo, SP: INCRA, 2005. p. 21–86.

ENGELS, Friedrich. **A Situação Da Classe Trabalhadora Na Inglaterra**. São Paulo, SP: Boitempo, 2022.

FERES, João Bosco. **Propriedade da terra: opressão e miséria: o meio rural na história social do Brasil**. Amsterdam, The Netherlands: CEDLA, 1990(Latin America studies, 56).

FERNADES, Bernardo Mançano; PONTE, Karine Furini da. As vilas rurais do Estado do Paraná e as novas ruralidades. **Terra Livre**, n. Ano 18, nº 19, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento Dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979 –1999)**. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/BERNARDO%20MANCANO%20FERNANDES/tese\\_bmfernandes.pdf](http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/BERNARDO%20MANCANO%20FERNANDES/tese_bmfernandes.pdf). Acesso em: 10 fev. 2023.

FISHER, Mark. **Realismo capitalista**. [S. l.]: Autonomia Literaria, 2020.

GOHN, Maria Da Gloria. Ciclos de protestos no Brasil: 1970-2019. **Mundos Plurales - Revista Latinoamericana de Políticas y Acción Pública**, v. 6, n. 1, p. 93–119, 21 jul. 2020. <https://doi.org/10.17141/mundosplurales.1.2019.3925>.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 2. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2000.

GOVERNO PARANAENSE AGUÇA CHOQUE. **Jornal dos Trabalhadores Sem Terra**, São Paulo, ed. dez. nº 68 ano VI, 1987.

HEINZ, FLÁVIO MADUREIRA. O historiador e as elites - à guisa de introdução. *In*: HEINZ, FLÁVIO MADUREIRA (org.). **Por Outra História Das Elites**. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2006.

HELM, Cecília Maria Vieira. **Direitos territoriais indígenas: disputa judicial entre Kaingang, Guarani e Madeireiros pela Terra Indígena Mangueirinha, Paraná, Brasil**. Curitiba: Acervo ISA, 1997.

HERMETO, Miriam; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **Entrevistas imprevistas: surpresa e criatividade em história oral**. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2022.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Assentamentos rurais no Paraná**. CURITIBA: IPARDES, 1992.

KARSBURG, Alexandre. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. *In*: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luis Augusto (orgs.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo/RS: Oikos Editora, 2015.

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regina (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2008.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. São Paulo, SP: Hucitec, 1993.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney G.; TILLY, Charles. **Dynamics of contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 76, p. 11–48, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100002>.

MCCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory. **The American Journal of Sociology**, v. 82, n. 6, p. 1212–1241, 1977.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. trad. Maria do Carmo Alves Do BOMFIM. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001.

MOTA, Lucio Tadeu. A Guerra de Fronteira nos territórios Kaingang no sul do Brasil. **Armas, pólvora e chumbo: a expansão luso-brasileira e os índios do planalto meridional**. Curitiba, Paraná, Brasil : Guarapuava/PR, 2015.

MURARO, Valmir Francisco. Sobre fronteiras e colonização. *In*: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. (orgs.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó, SC: UFFS, 2016. p. 167–189.

MYSKIW, Antonio Marcos. Colonos, posseiros & grileiros no oeste paranaense. **Colonos, posseiros & grileiros no oeste paranaense**, 1 jan. 2020. Disponível em: [https://www.academia.edu/44050361/Colonos\\_posseiros\\_and\\_grileiros\\_no\\_oeste\\_paranaense](https://www.academia.edu/44050361/Colonos_posseiros_and_grileiros_no_oeste_paranaense). Acesso em: 15 jan. 2024.

NASCIMENTO, Domingos. **Pela Fronteira**. Curitiba, PR: Directoria da Exposição Paranaense, 1903.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino De. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 185–206, dez. 2001. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300015>.

OLIVEIRA, Francisco de; OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: O ornitorrinco**. 1a. ed. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2003.

OLSON, Mancur. **A Logica Da Acao Coletiva**. São Paulo/SP: Edusp, 1999.

PODLASEK, Luciana. A nomenclatura das escolas públicas estaduais de Curitiba-PR: um estudo sobre genealogia e dominação simbólica. **Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR**, v. 4, n. 1, p. 104, 2018. <https://doi.org/10.5380/nep.v4i1.60217>.

POLI, Jaci. Revolta dos posseiros no sudoeste do Paraná. *In*: RADIN, José Carlos; VALENTINI, Delmir José; ZARTH, Paulo A. (orgs.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó, SC: UFFS, 2016.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. trad. Ricardo SANTHIAGO. São Paulo, SP: Letra e Voz, 2016.

PRESTES, Valdeir De Oliveira; ESPÍNDOLA, Carlos José. Cadeia de laticínios em Chopinzinho (PR): uma análise geoeconômica. **Espaço e Economia**, n. 24, 2022. DOI 10.4000/espacoeconomia.22614. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/22614>. Acesso em: 22 nov. 2023.

PRIORI, Angelo. LEGISLAÇÃO E POLÍTICA FUNDIÁRIA NO ESTADO DO PARANÁ (1889-1945). **Revista de História**, n. jan./jun., p. 133–147, 2012.

PRIORI, Angelo; POMARI, Luciana Regina; AMÂNCIO, Silvia Maria; IPÓLITO, Veronica Karina. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. [S. l.]: EDUEM, 2012. DOI 10.7476/9788576285878. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/k4vrh>. Acesso em: 26 set. 2023.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2000.

SERRA, Elpídio. A RELAÇÃO ENTRE A APROPRIAÇÃO DA TERRA, SEU USO ECONÔMICO E OS CONFLITOS RURAIS NO PARANÁ. **São Paulo**, 2009.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. *In*: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. trad. Magda Lopes. São Paulo, SP: UNESP, 2011. v. 21, p. 115–118.

SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. *In*: MORAES FILHO, Evaristo de (org.). **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo, SP: Ática, 1983.

STÉDILE, João Pedro; ESTEVAM, Douglas (Orgs.). **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964**. 2a ed. São Paulo, SP: Editora Expressão Popular, 2012. v. IV.

TARROW, Sidney. **O Poder em Movimento: movimentos sociais e confronto político**. [S. l.]: Vozes, 2009. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=19026>. Acesso em: 10 fev. 2023.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. trad. Waltensir DUTRA. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes Em Comum**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998.

VENSON, Leticia Maria; MYSKIW, Antonio Marcos. Colônias Militares no Brasil Meridional: O caso da Colônia Militar do Chapecó. *In*: ARANHA, Bruno Pereira de Lima; MANEGAT,

Carla; ROMANI, Carlos Maurizio (orgs.). **Anais do I Encontro Fronteiras e Territorialidades**. Rio de Janeiro, RJ: UNIRIO, 2019.

VIEIRA, Eleandro De Moraes. **Ocupação e mediação no Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná (MASTES) na década de 1980: o caso da Fazenda Annoni**. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, SC, 2021.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização**. 2º ed. Curitiba, PR: Vicentina, 1987.

WEBER, William. **A Colônia Militar do Chopim**. Curitiba, PR: Instituto Histórico e Geográfico do Paraná : Imprensa Oficial do Paraná, 2006.

WOOD, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.